

O QUE CABE ÀS MULHERES NO BOLSA FAMÍLIA?

UMA HISTÓRIA DE MUITAS MARIAS,
MAHINS, MARIELLES E MALÊS

Camila Borges Machado
Fernando Santana de Paiva

O QUE CABE ÀS MULHERES NO BOLSA FAMÍLIA?

UMA HISTÓRIA DE MUITAS MARIAS,
MAHINS, MARIELLES E MALÊS

Camila Borges Machado
Fernando Santana de Paiva



Juiz de Fora

2021

© Editora UFJF, 2021

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa da editora. O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es), são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

REITOR

MARCUS VINICIUS DAVID

VICE-REITORA

GIRLENE ALVES DA SILVA



DIRETOR DA EDITORA UFJF

RICARDO BEZERRA CAVALCANTE

CONSELHO EDITORIAL

RICARDO BEZERRA CAVALCANTE (PRESIDENTE)

ANDRÉ NETTO BASTOS

CHARLENE MARTINS MIOTTI

CLAUDIA HELENA CERQUEIRA MARMORA

CRISTINA DIAS DA SILVA

ILUSKA MARIA DA SILVA COUTINHO

JAIR ADRIANO KOPKE DE AGUIAR

MARCO AURELIO KISTEMANN JUNIOR

RAPHAEL FORTES MARCOMINI

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

MALORGIO STUDIO DESIGN & COMMUNICATION



Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFJF

Machado, Camila Borges

O que cabe às mulheres no Bolsa Família? : uma história de muitas mairias, mahins, marielles e malês / Camila Borges Machado, Fernando Santana Paiva. – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021.

Dados eletrônicos (1 arquivo: 2,1 mb)

ISBN 978-65-89512-21-9

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Mulheres. I. Paiva, Fernando Santana. II. Título.

CDU: 364.3(81)

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto n. 6.583 de 29 de setembro de 2008.



EDITORA UFJF

RUA BENJAMIN CONSTANT, 790

CENTRO - JUIZ DE FORA - MG - CEP 36015-400

FONE/FAX: (32) 3229-7646 / (32) 3229-7645

editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br

www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



Dedicado a todas as mulheres da classe trabalhadora que, na labuta do cotidiano, lutam não só pela sua sobrevivência, mas pela força das futuras gerações.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
Candida Dantas	
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
POBREZA E “QUESTÃO SOCIAL”: NOVAS EVIDÊNCIAS, VELHOS PROBLEMAS	12
1.1 POBREZA E “QUESTÃO SOCIAL”: ALGUNS APONTAMENTOS	13
1.2 O CENÁRIO DE POBREZA NA AMÉRICA LATINA E BRASIL	20
1.3 POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL: ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA?	25
1.4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	29
CAPÍTULO 2	
A CAÇA ÀS MULHERES NO “COMBATE À POBREZA”	34
2.1 A MULHER NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	35
2.2 POBREZA E FEMINIZAÇÃO: FACES QUE REVELAM REALIDADES	38
2.3 AS MULHERES NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ENTRE CONSENSOS E CONTRADIÇÕES	40
CAPÍTULO 3	
OS CAMINHOS DA PESQUISA	43
3.1 TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DO LÓCUS DE PESQUISA	43
3.2 A PESQUISA EM MOVIMENTO	47
3.2.1 GRUPO DE DISCUSSÃO	48
3.2.2 AS ENTREVISTAS A PARTIR DA HISTÓRIA DE VIDA	49
3.3 COMPROMISSO ÉTICO E SOCIAL DA PESQUISA	51

SUMÁRIO

CAPÍTULO 4

ENTRE FIOS E DESAFIOS: COSTURANDO OS RESULTADOS _____ **52**

4.1 O COTIDIANO DO DIÁRIO DE CAMPO _____ 52

4.2 ESCREVENDO HISTÓRIAS DE VIDAS _____ 60

4.3 CHEGOU A VEZ DE CONHECER A MARIA, MAHIN, MARIELLE E MALÊ _____ 67

4.3.1 TRAJETÓRIA DE VIDA: DO SINGULAR AO COLETIVO _____ 69

4.3.2 O QUE CABE ÀS MULHERES NO BOLSA FAMÍLIA? _____ 74

4.3.3 EU NO MUNDO: SONHOS E INCERTEZAS _____ 83

CAPÍTULO 5

ANÁLISE SOBRE AS HISTÓRIAS DAS MARIAS, MAHINS, MARIELLES E MALÊS _____ **86**

CONSIDERAÇÕES FINAIS _____ **94**

REFERÊNCIAS _____ **97**

APÊNDICES _____ **107**

APÊNDICE A – ROTEIRO DO GRUPO DE DISCUSSÃO _____ 107

APÊNDICE B – MATERIAL ENTREGUE ÀS PARTICIPANTES DO GRUPO DE DISCUSSÃO _____ 108

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA _____ 109

APÊNDICE D – CATEGORIAS _____ 110

ANEXO A – PARECER FAVORÁVEL DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA _____ **114**

PREFÁCIO

Foi com muita alegria e entusiasmo que recebi o convite de Camila e Fernando para prefaciar esta obra que considero de extrema relevância no cenário político e social brasileiro. Particpei das bancas de qualificação e defesa de mestrado, e pude acompanhar de perto o processo de amadurecimento teórico e metodológico e, principalmente, o crescente comprometimento e implicação da pesquisadora com a defesa irrestrita da vida e libertação de mulheres pobres, negras e periféricas.

A dissertação, agora apresentada em formato de livro, trata da história de muitas Marias, Mahins, Marielles e Malês que, em que pese as suas singulares trajetórias de vida, compartilham das mesmas condições de precariedade, marcadas por diversos tipos de violências de gênero, e a naturalização da responsabilização pelas atividades domésticas e de cuidado.

Tais histórias refletem a de muitas outras imersas em cenários de violência, pobreza e da desproteção social que assolam os seus corpos e faz do cotidiano de mulheres negras, periféricas, indígenas, camponesas, trabalhadoras, assentadas, travestis, transexuais, seja no campo ou nas cidades, uma luta incessante pela sobrevivência. Mulheres para quem sobreviver significa resistir à multiplicidade de opressões que atravessam a sua existência (Collins, 2019). Reside aqui a força do livro: são histórias de opressão, pobreza e desigualdade social, mas também são histórias de resistências tecidas cotidianamente, produzindo enfrentamentos possíveis à condição de pobreza e as desigualdades de gênero.

Além disso, não poderia deixar de mencionar que a publicação desse livro ocorre em meio a um cenário de avanços do conservadorismo, da intolerância, do preconceito, de retrocessos no campo dos direitos e desmonte das políticas públicas, que vem impactando fortemente as condições de vida das mulheres.

Esse cenário torna-se ainda mais complexo e grave frente ao contexto de pandemia que temos vivenciado nos últimos meses. No momento em que escrevo, passamos da marca das 170 mil pessoas mortas e contamos com mais 6 milhões de pessoas infectadas. O momento atual impõe pensarmos não somente nos efeitos catastróficos dessa crise sanitária, mas cabe-nos refletir como ela escancara e agudiza a estrutura de desigualdade que sustenta a nossa sociedade, ancorada em hierarquias e opressões de gênero, de classe e de raça, e que constitui o nosso sistema capitalista em meio a uma crise política, econômica e social brasileira. A pandemia impõe, portanto, uma série de desafios relacionados às esferas de reprodução econômica e social em nossas sociedades, exacerbando condições de desigualdade e violências historicamente vivenciadas pelas mulheres.

É nesse contexto, que as temáticas abordadas nesse livro são fundamentais para a crítica à realidade social e para vislumbrar caminhos que fortaleçam as lutas pela justiça social, democracia e construção de outros mundos possíveis, tarefa imprescindível nesses tempos sombrios.

Assim, a partir da questão de partida proposta na pesquisa: quais são as relações que têm sido construídas pelo Estado Democrático de Direito com as mulheres no trato da questão da pobreza? a autora e o autor transitam pelos campos teóricos marxianos, da psicologia social crítica e dos estudos feministas para problematizar as lógicas capitalistas e neoliberais, produtoras de condições de pobreza e desigualdades, atravessadas historicamente por relações patriarcais e pela divisão sexual de trabalho que subjugam as mulheres a estruturas de dominação e opressão, especialmente as mulheres pobres e negras.

Tais mulheres são bolsistas e titulares (como a pesquisadora opta por nomear as mulheres participantes da sua pesquisa) do Programa Bolsa Família, principal programa de transferência de renda no país, que tem assumido um lugar de importância inegável na melhora relativa dos índices de desigualdade e pobreza das últimas décadas, embora duramente ameaçado no momento atual. Diante disso, são apontadas as contradições do programa que, se por um lado, promove espaços importantes de autonomia para as mulheres na gestão do recurso, reproduzem hierarquias e desigualdades de gênero ao responsabilizá-las exclusivamente pelos cuidados dos filhos. Além disso, em um contexto de feminização da pobreza, revela a funcionalidade das mulheres na lógica neoliberal presente na política de assistência ao perpetuar o foco das ações na família e a centralidade na maternidade.

Outro ponto de destaque no livro é acompanhar a trajetória da pesquisadora no campo. A inserção no território e o encontro com as mulheres bolsistas revelam a complexidade dos desafios metodológicos impostos pelas particularidades do cenário de pesquisa, decorrentes do contexto de vulnerabilidade ali presente. É, portanto, uma leitura fundamental para pensar os limites e possibilidades da produção de conhecimento em Psicologia em cenários de pobreza.

Assim, convido vocês a compartilhar das histórias de Marias, Mahins, Marielles e Malês que, apesar de toda a precarização das suas vidas, conseguem sonhar e projetar outros modelos de sociedade. É um convite também para acompanhar a trajetória de uma pesquisadora mulher que, mesmo diante de toda a angústia produzida pelo reconhecimento dos limites do seu papel como pesquisadora, reafirma o seu desejo pela produção de uma Psicologia, cujos saberes e práticas sejam cada vez mais comprometidos ética e politicamente com a construção de outros mundos possíveis.

Candida Dantas
Natal, 25 de novembro de 2020.

INTRODUÇÃO

O presente livro, decorrente de uma pesquisa de mestrado em Psicologia, objetiva compreender os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) na vida das mulheres bolsistas¹ e titulares do programa no âmbito familiar. Essa pesquisa é fruto dos movimentos pessoais e acadêmicos com a construção de uma atuação comprometida com a realidade social brasileira, que imprime uma dinâmica de exploração sobremaneira às mulheres mais pobres da classe trabalhadora. Assim, buscamos unir o interesse em trabalhar com as mulheres – público o qual influenciou diretamente o ingresso da autora no mestrado – com os processos de desigualdades sociais e pobreza. Vale ressaltar que mais do que uma escolha temática, este trabalho surge através da indignação pela existência da pobreza e por sua face feminina e negra (preta e parda), bem como a naturalizada responsabilidade feminina pelo trabalho de reprodução social e de cuidados. Logo, tratou-se antes de uma escolha posicionada, podendo a Psicologia, embora limitada, contribuir de maneira ética e política com o horizonte de transformação da realidade social.

Dessa maneira, o Grupo de Pesquisa Martín-Baró: Psicologia Social, Política e Direitos Humanos, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) tem um lugar central nessa caminhada, por concretizar um espaço de aprendizagem, atuação e fortalecimento para o prosseguimento do compromisso com a realidade social. Anterior a isso, as vivências de estágio na Psicologia Social Comunitária, no período da graduação, também trouxeram a sensibilidade de uma atuação comprometida, bem como os laços construídos através da aproximação com a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Compreendemos, assim, como necessária as produções de pesquisas voltadas para a realidade, cuja marca estrutural das desigualdades sociais e pobreza impera em níveis alarmantes. Em pesquisa sobre o lugar da pobreza na produção científica brasileira em psicologia, Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010), dentre outras considerações, apontam que essa temática é, em grande parte, utilizada de forma acrítica e de maneira utilitarista. Essas considerações vão de encontro a nossa revisão sistemática da literatura acerca do papel atribuído às mulheres na política de transferência de renda de combate à pobreza, pois dentre os 22 trabalhos selecionados e lidos na íntegra, apenas um se ocupava da Psicologia, e o mesmo apresentava uma análise funcional para a manutenção do status quo.

Com isso, em razão da complexidade que envolve a questão, emergiu a seguinte indagação de partida para elaboração da pesquisa que deu origem a este livro: quais são as relações que têm sido construídas pelo Estado Democrático de Direito com as mulheres no trato da questão da

¹ Utilizamos o termo “bolsista” em detrimento da nomenclatura “beneficiária/o”, uma vez que qualquer pessoa que receba uma bolsa (estágio, pesquisa, estudo etc.) é denominada bolsista, o que remete a ideia de remuneração de uma determinada atividade, uma relação de troca de serviços e não mera dádiva. Em relação ao Bolsa Família, a atividade remunerada consiste em sustentar o núcleo familiar. Contudo, de modo geral, os órgãos públicos competentes se referem às pessoas que recebem o Bolsa Família como beneficiárias.

pobreza? Debater sobre tais questões se fez um enorme desafio e, talvez, por isso, a Psicologia se mostrou insuficiente, onde outras áreas do saber foram entrelaçadas, tais como o Serviço Social, Economia, Sociologia e História, que foram pensadas de acordo com o referencial teórico seguido da Psicologia Social Crítica e abordagens feministas marxistas e materialistas. Para tanto, apresentamos brevemente a divisão dos capítulos deste livro.

No primeiro capítulo, intitulado “Pobreza e ‘questão social’: novas evidências, velhos problemas”, diferentes leituras sobre a pauperização são debatidas, explicitando o caráter múltiplo e contraditório dos estudos sobre a pobreza. A pobreza é aqui, então, compreendida enquanto expressão máxima da questão social, intrínseca e estrutural ao capitalismo. Assim, as respostas do Estado Democrático de Direito frente ao cenário de crescente pobreza se encontram, sobretudo, no PBF, o principal programa de transferência de renda de nosso país, apresentando obstáculos estruturais para enfrentar, de fato, a pauperização. Nesse cenário, além da abordagem marxista, é fundamental considerar as dimensões multidimensionais da pobreza, visto seu caráter material, psicossocial e histórico-cultural.

O segundo capítulo, “A caça às mulheres no ‘combate à pobreza’”, evoca o período da caça às bruxas, aparentemente tão distante, como ponto de partida para se discutir a funcionalidade da figura da mulher, leia-se mãe, na agenda neoliberal. No PBF, as mulheres, ao assumir a titularidade, em razão do seu papel histórico advindo do patriarcado e da divisão sexual do trabalho, são as principais responsáveis pela política, seja na gestão e execução das esferas públicas (política) e privadas (espaço familiar). Tal responsabilização forja uma série de desigualdades sociais que, ao se conjugarem, produzem relações desiguais vivenciadas cotidianamente pelas mulheres da classe trabalhadora, ao ponto de falar-se da feminização da pobreza. Contudo, a complexidade do debate se concentra em dois polos de natureza contraditória, uma vez, paradoxalmente, a titularidade feminina pode sinalizar efeitos significativos de possíveis processos de fortalecimento, ao passo que pode reforçar a ideologia patriarcal.

“Os caminhos da pesquisa” guiam o terceiro capítulo com a finalidade de dar ênfase à processualidade da pesquisa. Sendo assim, buscamos esclarecer a natureza do estudo, a trajetória de construção do *lócus* da investigação, os movimentos de uma pesquisa comprometida e um retrato das mulheres que afetivamente toparam caminhar conosco. Além disso, descrevemos os recursos utilizados, como a observação participante, o grupo de discussão e as entrevistas baseada no método da história de vida.

O quarto capítulo “Entre fios e desafios: costurando os resultados” busca registrar o material produzido durante o caminho da pesquisa. Aqui, o cotidiano da pesquisa via diário de campo, fruto dos bons encontros que ampliam a capacidade de afetar e ser afetados, é exposto. São também apresentadas as 33 categorias composta em cinco famílias que foram projetadas a priori e a posteriori ao campo. No intuito de detalhar a riqueza dos encontros, os resultados da atividade grupal e das entrevistas individuais são apresentados de forma separada. Assim, na finalidade de apreender as

experiências da titularidade feminina, a análise da atividade grupal engloba um grande eixo com três categorias elaboradas, são elas: a) relação com o PBF, b) titularidade feminina; c) sentimento de receber o PBF. Para análise dos resultados das entrevistas, as outras 30 categorias estão divididas em três subitens: “Trajetória de vida: do singular ao coletivo”; “O que cabe às mulheres no Bolsa Família?”; “Eu no mundo: sonhos e incertezas”.

No quinto capítulo, a “Análise sobre as histórias das Marias, Mahins, Marielles e Malês” buscamos resgatar alguns elementos da discussão teórica realizada anteriormente, além de novos debates conforme a construção do livro demandou. Por último, em busca de um ponto final, as considerações finais sintetizam as discussões apresentadas.

POBREZA E “QUESTÃO SOCIAL”: NOVAS EVIDÊNCIAS, VELHOS PROBLEMAS

*“Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento. Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado. Mulheres, tamoios, mulatos. Eu quero um país que não
está no retrato” (História pra Ninar Gente Grande, Mangueira).*

Ao recontar o processo de ocupação do país sob a perspectiva do povo brasileiro, o samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira, no carnaval de 2019, levou para a Marquês de Sapucaí uma leitura crítica da história do Brasil. O enredo é contundente ao dizer que o descobrimento, na verdade, foi uma invasão à terra dos povos originários. Entre genocídios, etnocídios, dominação, catequização, saque, exploração e luta: a nossa nação se “desenvolveu” (e “desenvolve”).

Não é nossa intenção analisar as causas históricas e estruturais da pobreza no Brasil com ênfase no sentido e papel da colonização, considerando que há uma vasta produção sobre o pensamento social brasileiro nesta direção e, com isso, destacamos os clássicos estudos e produções de Caio Prado Júnior (2011), Darcy Ribeiro (2006) Florestan Fernandes (2009) e Octavio Ianni (2000). Nessa história, contudo, de modo a articular com a nossa narrativa, vale a pena lembrar brevemente as origens distantes, embora atuais, da pobreza na sociedade brasileira, que tem raízes seculares de uma nação que já “nasceu” sob os signos da colonização europeia e, posteriormente, norte-americana². A pobreza tem sido parte constitutiva da história do Brasil, assim como os recursos e serviços voltados para o seu enfrentamento.

Trabalhar sobre a pobreza e desigualdades sociais, nesta atual conjuntura, nesta espécie de olho do furacão no qual estamos mergulhados, é uma tarefa árdua. A conjuntura está marcada pelo aprofundamento da crise capitalista, ascensão da extrema direita e projetos políticos alinhados com o imperialismo e o fascismo, que ganha força em países como a França (Marine Le Pen), Estados Unidos (Donald Trump), Argentina (Mauricio Macri), e o personagem autodenominado “presidente” Juan Guaidó na Venezuela. No Brasil, um ex-militar apoiado pela bancada da bala, ruralista e evangélica, (dentre outros aspectos), foi eleito presidente nas eleições de 2018, através de um discurso reacionário e com medidas que ameaçam diretamente a vida da classe trabalhadora e a Natureza.

Como se o retrato da conjuntura já não fosse o suficiente, os desafios de debater sobre a pauperização ainda se somam ao analisar o caráter múltiplo e contraditório dos estudos sobre o fenômeno da pobreza, o que enseja diferentes formas de leitura, análises e interpretações. A fim de

² Diante da magnitude da questão, sugere-se maior aprofundamento no clássico livro de Lenin (2007).

localizar tais debates, o presente capítulo é dividido em quatro tópicos: no primeiro, é realizada uma análise histórico-crítica sobre a pobreza e “questão social”; no segundo, as veias abertas do cenário de desigualdades sociais e pobreza da realidade latino-americana e brasileira são brevemente contextualizadas; no terceiro, há uma localização crítica sobre a Política de Transferência de Renda no Brasil como forma de enfrentamento e combate à pobreza; e no quarto, por fim, são apresentadas as origens e definições do PBF que é o principal programa desta monta adotado em nosso país.

1.1 POBREZA E “QUESTÃO SOCIAL”: ALGUNS APONTAMENTOS

Os estudos sobre a pobreza, conforme advertido, adquiriram caráter múltiplo e contraditório. Quanto à definição e avaliação desse conceito, não há concordância por parte dos estudiosos e organismos governamentais. No Brasil, as principais fontes de estudos, advêm das pesquisas domiciliares nacionais desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma entidade administrativa pública e federal que organiza as informações obtidas pelos censos (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000). As estatísticas resultantes dos censos, classificam a pobreza em: pobreza absoluta e pobreza relativa. Assim, há duas principais linhas para definição e avaliação da pobreza, de um lado, abordagens de subsistência ou pobreza absoluta; e de outro, a pobreza compreendida em sua complexidade como fenômeno multidimensional (Accorsi, Scarparo, & Guareschi, 2012).

A pobreza absoluta se refere a uma abordagem de subsistência ao considerar o mínimo necessário para sobreviver. Ela se relaciona às questões de sobrevivência física, identificando as pessoas que estão abaixo de um padrão de vida considerado mínimo para suprir as necessidades básicas vitais. Já a pobreza relativa é classificada em função do conceito de privação, isto é, pelo modo de vida predominante na sociedade. Sendo assim, a partir de uma análise multidimensional, a pobreza relativa é definida em função do contexto social, incluindo acesso a serviços como luz, água potável, educação e outros (Barros, Henrique & Mendonça; Rocha, 2006).

A concepção de pobreza absoluta sofre críticas por seu reducionismo biológico- alimentar atribuído às necessidades vitais das pessoas e pelo fato de não haver possibilidades de se estabelecer critérios em relação à quantidade mínima de nutrientes necessários para a vida humana, pois tal avaliação é dependente de fatores ambientais, sociais e climáticos (Accorsi *et al.*, 2012). Por sua vez, ainda para os referidos autores, “o perigo das definições nas quais a relatividade do fenômeno é considerada ponto chave é o fato de que se pode cair em uma armadilha ideológica ao não se conseguir mais nomear ou quantificar quem é pobre” (p. 538).

Segundo a economista Rocha (2006), pelo fato de os estudos sobre a pobreza surgirem a partir da problemática dos países ricos, o critério de mínimo vital para a sobrevivência passou a ser substituído pelo critério de renda, na medida em que uma parcela ponderável das necessidades pessoais é atendida através das trocas mercantis. Neste sentido, trata-se de estabelecer certo valor monetário associado ao atendimento das necessidades vitais de uma determinada parcela

da população. Quando se trata das necessidades nutricionais, esse valor é denominado de pobreza extrema ou linha de indigência; em relação ao conjunto mais amplo, como habitação e vestuário, trata-se da chamada linha de pobreza.

Para efeitos de comparação, a linha adotada pelo Banco Mundial (BM) para definir a pobreza extrema em nível internacional é a renda de US\$1,90 por dia *per capita* (aproximadamente R\$ 7,37/dia). No Brasil, atualmente, são consideradas extremamente pobres as pessoas com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa; ou até R\$ 178,00 por pessoa em famílias com crianças e adolescentes, de acordo com a linha oficial do PBF (SENARC, 2019).

Tais parâmetros são utilizados como crivo para caracterizar dois subgrupos, na população total, de acordo com a sua renda monetária: indigentes e não indigentes, quando se utiliza a linha de indigência (extrema pobreza); e pobres e não-pobres, no caso da linha de pobreza. Na prática, a concepção de se utilizar a renda como único elemento de definição da pobreza é problemática, uma vez que não possibilita a comparação entre países com realidades diferentes e por esbarrar em uma discussão mais ampla sobre a distribuição de renda (Rocha, 2006; Soares, 2011).

Num cenário brasileiro de crescente pobreza, absoluta e relativa, a partir da década de 1970, a concepção de pobreza adotada pelas agências multilaterais como BM e o Fundo Monetário Internacional (FMI), foi a de necessidades básicas, considerando, além da renda, o acesso à educação, saneamento e habitação (Rocha, 2006). Segundo a referida autora, entre as décadas de 1970 e 1980, houve um esforço para a criação de um indicador social sintético que avaliasse as ações de combate à pobreza, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), computando os seguintes fatores: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Contudo, o IDH ainda é deficitário por não considerar as diferenças socioeconômicas dos diferentes países e nem captar as particularidades das desigualdades sociais.

Há ainda que se questionar a forma como as agências multilaterais se consagram como apropriadas para promover ações de combate à pobreza, sobretudo nos países periféricos. Segundo Soares (2001) e Siqueira (2013), desde 1980, o BM e o FMI atuam como reguladores e formuladores de políticas para os países periféricos, exercendo um papel importante na disseminação das políticas de ajustes neoliberais. Ou seja, impõem certas condições para emprestar dinheiro, determinando a reestruturação de governos municipais, estaduais e federais, a fim de orientar suas práticas, seguindo padrões internacionais. Dessa forma, segundo Siqueira (2013), em diferentes contextos, mas com reflexos semelhantes, os Estados endividados passaram a depender do mercado financeiro, prejudicando a autonomia para gerenciar suas próprias políticas.

Em consonância com a lógica do capital e com os princípios neoliberais, o BM prescreveu reformas e ações políticas para os Estados endividados, especialmente, nas áreas da educação e saúde. A ideia era que “as despesas governamentais com os serviços sociais não eram eficientes, pois não beneficiavam quem mais precisava delas: os pobres” (Accorsi *et al*, 2012, p.541). Logo, as medidas focalizadas passaram a ser fortemente recomendadas, o que significa serviços sociais para os mais pobres

dentre os pobres, colocando em pauta a ideia de Estado mínimo e questionando o ideal de equidade. Por sua vez, a outra parcela da classe trabalhadora, adere aos serviços do mercado privado. Evidentemente, esse processo traz consequências graves como a naturalização do sucateamento dos serviços públicos, a concepção de favor na oferta de tais serviços, a aceitação da pobreza sem maiores questionamentos e o esvaziamento da concepção política de garantia dos direitos sociais para muito além das políticas compensatórias (Accorsi *et al.*, 2012).

Frente a isso, diversas instituições surgiram para amenizar os problemas decorrentes do ajuste estrutural. Com o avanço das desigualdades sociais e o desmonte das políticas públicas, surge o Terceiro Setor caracterizado, sobretudo, por um conjunto amplo de organizações não governamentais (ONGS) para preencher a lacuna das políticas públicas (Montaño, 2012). Neste sentido, a suposta crise e a escassez de recursos “serviram como justificativa para que o Estado se eximisse de sua responsabilidade social, assim como para a abertura de certos serviços por entidades que se imaginava serem sem fins lucrativos e comprometidas com a sociedade” (Accorsi *et al.*, 2012, p.542).

Em contexto de análises individualizantes ou positivistas, essa é uma discussão tão necessária quanto polêmica. De acordo com Netto (2011), as concepções hegemônicas sobre a pauperização são orientadas por interesses do capital e a cada fase do sistema vigente. Com isso, a pobreza passa a ser objeto de lucro e sua funcionalidade é tida como necessária para a manutenção do *status quo*. Dessa forma, apresenta-se um cenário pessimista, uma vez que as medidas de “combate à pobreza”, a exemplo os Programas de Transferência de Renda, conforme veremos no 3º subitem deste capítulo, são concebidas enquanto medidas paliativas, visto que o fenômeno da pobreza é muito mais complexo que o problema de distribuição de renda, onde a possibilidade de sua supressão está subordinada à superação da própria sociedade burguesa (Netto, 2011).

A partir da tradição marxista, a pobreza e suas formas de enfrentamento só podem ser compreendidas em relação às contradições de classes da sociedade capitalista. A pobreza não é resultado do desenvolvimento capitalista, nem uma crise ou efeito à margem, é uma contradição fundante e um produto estrutural do próprio desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista (MPC). Assim, quanto maior a riqueza produzida na sociedade capitalista, maior a acumulação dela (mediante a exploração de mais-valia) e maior a pauperização da maioria que socialmente produz a riqueza (Netto, 2007; Siqueira & Alves, 2018).

Nas sociedades pré-capitalistas a pobreza era produto da escassez de produção, pois não havia forças produtivas suficientemente desenvolvidas para produzir os bens necessários de forma excedente (Lessa & Tonet, 2011). Nas palavras de Montaño (2012, p. 279), “nas sociedades pré-capitalistas a pobreza é o resultado (para além da desigualdade na distribuição da riqueza) do insuficiente desenvolvimento da produção de bens de consumo, ou seja, da escassez de produtos”. Contudo, é a partir do advento do MPC que esse fenômeno é reconfigurado através do desenvolvimento das forças produtivas na esfera da produção, e é nesse contexto que a

pobreza se agrava e ganha maiores proporções em relação dialética com a acumulação de riqueza (Netto, 2007).

Não é a escassez que gera a pauperização, mas a abundância, isto é, a concentração de riqueza que gera a pobreza e desigualdade. Conforme aponta Marx (2017, p. 719-720): “essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”. Dessa forma, o próprio desenvolvimento capitalista não reduz a pobreza, pelo contrário, a produz e amplia, pois quanto mais se desenvolve as forças produtivas, maior será a acumulação de capital e conseqüentemente, maior será a pauperização (Montaño, 2012). Sendo assim, a pobreza não é um fenômeno isolado, mas ela se mantém sob os pilares da contradição de classes entre aqueles que vendem sua força de trabalho e aqueles que a compram.

Neste sentido, o surgimento da expressão “questão social” representa o reconhecimento, por parte do Estado capitalista, da impossibilidade de manter a classe trabalhadora empobrecida em posição passiva frente a um quadro progressivo de pauperização. Ou seja, representa a necessidade de enfrentar determinados problemas sociais oriundos do MPC que afeta, de diferentes formas, grande parte da população e que, em determinado momento, podem abalar a sociedade burguesa (Netto, 2001; Pimentel, 2012).

A “questão social” é concebida de diferentes maneiras de acordo com a perspectiva teórico-política adotada. Na tradição marxista, o termo se refere aos processos sócio-históricos, políticos e econômicos, apontando para as diferentes manifestações e expressões de desigualdades sociais produzidas pela própria exploração estrutural do capitalismo (Netto, 2001).

Segundo Montaño (2012), o uso da expressão “questão social” foi empregado maciçamente, no pensamento conversador, a partir da separação positivista entre o econômico e o social, passando a ser visto como algo a-histórico, natural e desarticulado dos fundamentos econômicos estruturais e políticos da sociedade. O referido autor aponta que esta separação tem origem nas revoluções liberais de 1830-48, “no momento em que a classe burguesa perde seu caráter crítico-revolucionário perante as lutas proletárias” (p. 271). Netto (2001) acrescenta que a expressão surgiu como forma de explicar o fenômeno do pauperismo, que assolou a grande massa dos trabalhadores com o processo de industrialização na instauração do capitalismo, trazendo uma condição de pobreza generalizada, ao mesmo tempo em que a capacidade de produção de riquezas aumentava.

No pensamento burguês, de acordo com Montaño (2012), as causas da miséria estariam vinculadas a pelo menos três fatores: a) déficit educativo (ausência de conhecimento sobre as leis “naturais” do mercado e de como se comportar dentro dele); b) incapacidade de planejar o orçamento familiar (apontando uma incapacidade dos sujeitos sobre o planejamento orçamentário de suas famílias); c) problemas de ordem moral-comportamental (caracterizado pela mal gerenciamento dos recursos, tendência ao ócio, vadiagem, álcool e outras drogas). Desse modo, são encaradas como um fenômeno de responsabilidade individual ou coletiva, sendo concebidas de forma natural, isolada e produzida pelo

comportamento do sujeito que padece de tal situação, e não como resultado da exploração constituinte da sociedade capitalista, bem como os componentes históricos, políticos e sociais.

As formas pelas quais a “questão social” se apresenta, ao longo do tempo, sofreram modificações. Suas manifestações contemporâneas são expressões da expansão capitalista do segundo pós-guerra, da crise do sistema capitalista internacional, do esgotamento do modelo fordista-keynesiano e da ampliação das lutas trabalhistas (Montaño & Duriguetto, 2010). Para os autores citados, nessa experiência, a pobreza e a miséria (expressões da “questão social”) passam a ser vistas, a partir das formulações keynesianas, como consequência do subdesenvolvimento ou por um descompasso na relação de oferta e demanda de bens e serviços. A “questão social”, dessa forma, passa a ser internalizada na esfera política, reduzida à gestão segmentada e sistemática, mediante as políticas sociais. O Estado, por sua vez, “passa a absorver e organizar parte do excedente e a redistribuí-lo mediante políticas sociais” (Montaño, 2012, p.275). Assumindo, assim, o papel principal no enfrentamento e combate das expressões da “questão social”, com destaque para a proposta do *Welfare State* e sua ascensão para a agenda neoliberal.

A pobreza no contexto neoliberal e atual crise do capital, assim como no pensamento liberal clássico, está marcada pela intervenção estatal minimizada, políticas financiadas e focalizadas. Na sociedade brasileira, ela adquire contornos ainda mais perversos, como por meio do desmonte da política e retrocessos de direitos e reformas – tributária, trabalhista e previdenciária. Neste cenário, novas e velhas são as características que marcam a compreensão da pobreza e suas formas de enfrentamento. Montaño (2012) aponta que o atual enfoque avança ao buscar considerar as manifestações da “questão social” para além dos comportamentos e hábitos individuais, embora o problema continue sendo visto como um resultado insuficiente do desenvolvimento capitalista. Como afirmou o ex-ministro Delfim Netto³: “fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”. “Com isso, desloca-se a gênese da “questão social” da esfera econômica, do espaço da produção, da contradição entre capital e trabalho para a esfera política, no âmbito da distribuição, como uma questão entre cidadãos carentes e o Estado” (Montaño, 2012, p.276).

A partir da década de 1970, segundo Pastorini (2004), surge uma tendência para analisar a “questão social” como uma “nova questão social” que se diferencia dos momentos históricos anteriores e, dessa forma, demandaria ações inovadoras. É justamente nesse período que surgem as análises sobre a falência do *Welfare State* e as “novas” propostas de intervenções, caracterizando o terceiro setor. A “nova questão social” se associa à ideia de que as mudanças no mundo capitalista representariam o fim das lutas de classes, resultando na falência do marxismo enquanto modelo explicativo para as contradições concretas que compõem a realidade. É nesse contexto, pós anos 1990, que surge a temática da exclusão social, que possibilitaria ir além da “velha” luta de classes. Junto a isso, surge o conceito de nova pobreza para designar aqueles que, nesse período, são expulsos do mercado de trabalho (Pastorini, 2004).

³ Discurso na íntegra disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html>>

Assim, a categoria exclusão social, como substituto da “questão social”, aparece desde uma orientação conservadora. Isso porque, ela não toca nas contradições inerentes ao sistema capitalista, traduzindo ações políticas voltadas para a inserção ou inclusão, disfarçando a gênese da relação capital-trabalho. Nas palavras de Pimentel (2012, p. 152), “a essência do fenômeno da ‘questão social’ na atualidade permanece a mesma, qual seja, o conflito entre capital e trabalho, cujas raízes humano-materiais estão na essência capitalista geradora de desigualdades de classes”.

O conceito de exclusão social se torna, então, um conceito perigoso que revela uma perspectiva funcionalista ao entender a pobreza como uma disfunção e com possibilidades de ajustes. Ao ajustar o pobre à ordem, o conceito encobre processos estruturais que (re)produzem a pobreza, reduzindo à mera condição de acesso (Netto, 2011). Assim como o conceito de pobreza encontra-se em dialética à riqueza, evidenciando os conflitos de classe, o conceito de inclusão só pode ser compreendido através da dialética exclusão/inclusão, isto é, “a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica em um caráter ilusório da inclusão” (Sawaia, 1999, p.8).

Nessa linha de raciocínio, torna-se necessário, então, analisar os trabalhos teóricos do economista indiano Amartya Sen, pois seus estudos tornaram-se uma grande referência para o BM nas propostas de combate à pobreza nos países periféricos, bem como influenciaram na criação de indicadores sociais nos padrões de classificação dos países, resultando na criação do IDH (SIQUEIRA, 2012). Sobre o tema pobreza e miséria, a obra Desenvolvimento como liberdade (2000) se destaca, tendo garantido, inclusive, o Nobel de Economia. Seus estudos pretendem contribuir com uma nova (nem tão nova assim) compreensão dos conceitos sobre a pobreza, fome e miséria. O autor pensa a pobreza não sendo apenas mensurável pelo nível de renda (pobreza absoluta), mas como privação de capacidades básicas que envolve acessos a serviços públicos e bens de consumo, por isso, inclusive, lhe é atribuída a formulação do conceito multidimensional da pobreza. No entanto, a perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa (Sen, 2010, p.109).

Isso significa que a concepção de pobreza está vinculada à privação das necessidades básicas (acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico, à alimentação etc.). Assim, “quanto mais incluído for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma *chance maior de superar a penúria* (grifo nosso)” (Sen, 2000, p.113). Nessa lógica, a eliminação da pobreza pode ser alcançada com ações de inclusão social, a fim de superar as *privações de capacidades* individuais, utilizando o termo do autor. Para ele, a doença, miséria, analfabetismo, falta de acesso aos serviços públicos, assim como outras demandas relacionadas ao cenário de pobreza, revelam-se como privações de capacidades que impedem a superação da pobreza.

Sen (2000) sustenta a importância de pensar a pobreza com outros fatores que não se restringem à renda. Contudo, sua análise retoma os princípios clássicos do liberalismo, descartando

a dinâmica da acumulação e apropriação do capital. Com isso, retoma a ideia de que o próprio indivíduo, a partir das oportunidades existentes, alcance o real desenvolvimento. Nas palavras de Siqueira (2012, p. 634) “é como se cada um pudesse ou tivesse, quando livre de privações, possibilidade de criar ou desenvolver um negócio para si e pudesse, se assim desejar, tornar-se um empresário, ou no mínimo, um empresário de si mesmo”.

Como propostas de resolução da pobreza, o autor supracitado, aponta o microcrédito, o desenvolvimento e o empoderamento. O papel do microcrédito seria de permitir fontes de renda, de forma flexível e com juros baixos, para as populações mais pobres, de modo a possibilitar o financiamento de alguma atividade produtiva, construção de moradias, acesso à educação, dentre outras possibilidades. Em relação à proposta de empoderamento, Sen (2000), aponta a transformação das relações de poder existentes, o que viabilizaria a superação da condição de pobreza. Assim, por meio do empoderamento, surge a expectativa de que as pessoas pobres e “excluídas” superaríamos as fontes de privação das liberdades, o que implicaria no desenvolvimento das capacidades individuais (Sen, 2000). O debate sobre o empoderamento também tem sido proposto, nas últimas décadas, tanto pelos defensores do mercado livre e neoliberalismo, quanto pelos que defendem a humanização do capital, em consonância com a lógica de “incluir” o “excluído” (Siqueira, 2012).

Sen (2000), de modo geral, propõe, um modelo desenvolvimentista pautado na expansão das oportunidades e liberdades pessoais. Ou seja, um projeto de sociedade, como o próprio autor determina, em aberto e não definido (diferentemente do projeto socialista), orientado para as pessoas enquanto agentes sociais, respeitando a liberdade de escolha e a diversidade humana. Por fim, cabe ressaltar, que o projeto desenvolvimentista de Sen não conversa sobre os fundamentos estruturais do poder econômico e político (propriedade privada dos meios de produção de riqueza, exploração da força de trabalho, concentração e acumulação de capital), demonstrando que o suposto “empoderamento” dos pobres não necessariamente precisaria de um possível “desempoderamento” dos ricos (Siqueira, 2012).

Diante do exposto, diferentemente do economista indiano, entende-se que a pobreza, evidência concreta das desigualdades e expressão máxima da questão social, deve ser entendida como fruto de um determinado tempo e período histórico e político (Guzzo, 2016). Assim, compreendemos a pobreza como consequência de uma política sistêmica que combina a produção coletiva da riqueza com a concentração de renda pelos proprietários dos meios de produção. Seu real enfrentamento significaria a supressão da burguesia, enfrentando, assim, sistematicamente e estruturalmente o capitalismo, de modo a socializar a riqueza e construir uma sociedade socialista. Ademais, por seu caráter material, histórico e dialético, não se deve perder de vista as múltiplas dimensões da pobreza que impactam o cotidiano de vida das pessoas, em especial oriundas dos diferentes segmentos da classe trabalhadora, produzindo efeitos em seus processos de subjetivação e construção de sua consciência, gerando sofrimentos e opressões específicas em uma sociedade patriarcal, racista, sexista e de consumo.

1.2 O CENÁRIO DE POBREZA NA AMÉRICA LATINA E BRASIL

Passaram-se 48 anos desde a primeira publicação do livro “As veias abertas da América Latina” escrito pelo uruguaio Eduardo Galeano. Com a intenção de divulgar uma história que a história não conta, o passado, como memória viva do nosso tempo, é retratado, a partir de uma história diferente da perspectiva eurocêntrica, que atravessa gerações e mascara a realidade. Até a nossa história, roubam.

A história das veias da América Latina se inicia com a sua própria destruição. Seu domínio colonial foi exercido de forma violenta, permitindo aos colonizadores o controle de suas riquezas minerais (ouro e prata, principalmente) e vegetais (tabaco, cacau e batata, sobretudo), por meio da exploração e dominação do trabalho não pago de escravos, índios e mestiços (Quijano, 2006).

Fruto de um processo histórico imposto, a América Latina foi batizada para as atividades econômicas promovidas para suprir as metrópoles e, assim, com o objetivo voltado para alimentar o exterior, as sociedades se (re)organizaram (Prado Jr., 2000; Quijano, 2006). Foram suas próprias riquezas que fomentaram os países centrais e, em relação a isso, “não sofremos nenhuma descontinuidade no correr da história da colônia” (Prado Jr., 2000, p.14).

Em nome do poder imperial e da fé, o processo de colonização se desenvolveu a partir da exploração impiedosa de recursos naturais e seres humanos, como o conseguinte genocídio de muitos povos indígenas. O desaparecimento de povos inteiros (mão de obra barata e subjugada) também refletiu na incorporação de escravos provenientes da África, que logo contribuíram ao processo de industrialização, como reconheceu Marx (1985, p. 108):

Sem a escravidão, não teríamos a indústria moderna. Foi a escravidão que deu às colônias o seu valor, foram as colônias que criaram o comércio mundial, é o comércio mundial que é a condição da grande indústria. Assim, a escravidão é uma categoria econômica da maior importância.

Desde então, em função das demandas de acumulação de capital nos países imperiais, forjou-se um esquema de exploração nos países periféricos e, simultaneamente, impôs-se o progresso desenvolvimentista. Assim, se antes os países centrais acreditavam ter o “direito” de espoliar as colônias por causa da sua suposta superioridade biológica e cultural, passou-se a estabelecer a hierarquia entre as noções de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, consolidando os mesmos papéis de antes na divisão internacional do trabalho. Tais papéis, porém, agora, são camuflados de ajuda contra a pobreza e “cooperação ao desenvolvimento”, e a lógica de transferir mais recursos do Sul para o Norte ainda permanece a mesma (Lang, 2016).

Como a pesquisa sobre os fluxos financeiros globais, *The State of Finance for Developing Countries* de 2014, aponta que, no sistema vigente, para cada US\$1 milhão que entra em um país “em desenvolvimento”, este perde mais de US\$ 2 milhões para fora do seu país. A lógica de “desenvolvimento”, dessa forma, é uma grande máquina de expansão do modo de produção, distribuição e consumo capitalista (Acosta, 2018).

Segundo Acosta (2018), a perspectiva desenvolvimentista é pautada pelos parâmetros hegemônicos, que ora se apresenta como uma acumulação e ampliação de valores materiais – que não atendem às necessidades básicas da grande maioria da população, ora como uma meta a ser alcançada por toda a Humanidade, se convertendo em uma exigência global que implica a difusão do modelo de sociedade norte-americano, herdeiro de muitos valores europeus. “O sangue que corre pelas veias dos modos de produção e de vida imperiais do Norte global provêm das lógicas extrativistas aplicadas no Sul global há centenas de anos” (Acosta & Brand, 2018, p.21). Com isso, há múltiplas razões para se questionar o “desenvolvimento” como uma meta a ser atingida, uma vez que os limites sustentados por essa visão ideológica de progresso clássico estão cada vez mais alarmantes e desiguais para classe, raça, gênero, região e, sobretudo, pela própria Terra.

Por um lado, a humanidade, não apenas os países latinos e periféricos, encontra-se em uma encruzilhada com o crescimento da pobreza. Por outro, essa lógica, por meio do “desenvolvimento”, promete um modo de vida dos países industrializados do Norte, caracterizado por um consumo ilimitado e uma carreira profissional individual e autogerida (Acosta, 2018). Trata-se, portanto, de “incluir territórios não totalmente permeados pelas lógicas e práticas capitalistas aos circuitos de acumulação de capital; transformar populações em consumidores, camponeses de subsistência em assalariados ou informais, bens naturais em *commodities*, propriedade coletiva em privada e vendável” (Lang, 2016, p.13). Isso tudo nos é vendido como sucesso de vida.

Em relação ao crescimento da pobreza em diversos países do mundo, um quadro ilustrativo se faz necessário. Em relatório, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2018 (PNUD) apresenta a realidade de 1,3 bilhão de pessoas no mundo que ainda vivem em condições de pobreza, quase um quarto da população dos 104 países para os quais o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) foi calculado. Segundo os dados do relatório, o IPM classifica como pobre qualquer indivíduo privado de pelo menos três de um total de 10 indicadores considerados importantes para se viver: nutrição, baixa mortalidade infantil, anos de escolaridade, crianças matriculadas em escolas, energia para cozinhar, saneamento, água, eletricidade, moradia digna e renda.

O levantamento do PNUD ainda revela que deste 1,3 bilhão de pessoas, 46% estão vivendo em extrema pobreza e são privados de pelo menos metade das dimensões categorizadas pelo IPM. Os dados também revelam que a grande maioria, 1,1 bilhão, vivem em áreas rurais, onde as taxas de pobreza são quatro vezes maiores que nas áreas urbanas. Ademais, a pobreza multidimensional é mais expressiva na África Subsaariana e no Sul da Ásia. Na África Subsaariana, por exemplo, cerca de 560 milhões de pessoas (58% da população) estão vivendo em pobreza multidimensional. Enquanto no Sul da Ásia, 546 milhões de pessoas (31% da população) estão nessa condição.

O estudo global da Oxfam (2019), por outro lado, aponta que a fortuna dos bilionários do mundo aumentou 12% (cerca de US\$ 900 bilhões) em 2018. Esse número quase que dobrou desde a crise financeira de 2007-2008, saindo de 1.125 em 2008 para 2.208 pessoas bilionárias no mundo. Além disso, o relatório adverte que uma taxa extra de apenas 0,5% sobre a riqueza dos bilionários

que fazem parte do 1% mais rico do planeta, arrecadaria mais do que o suficiente para investir na educação de 262 milhões de crianças no mundo que estão fora da escola, bem como poderia providenciar serviços de saúde para mais de 3 milhões de pessoas.

Em relação ao contexto latino-americano, os dados do documento Panorama Social da América Latina de 2017, apresentado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), constata a grave desigualdade social expressa nos países da região, onde os povos latino-americanos permanecem em condições econômicas precárias, com altos índices de violência, insegurança, problemas graves em relação à moradia e saneamento básico. Entre os dados apresentados, em 2014, 28,5% (168 milhões de pessoas) encontravam-se em situação de pobreza, porcentagem que aumentou para 29,8% (178 milhões) em 2015 e para 30,7% (186 milhões de pessoas) em 2016. A extrema pobreza passou de 8,2% (48 milhões) em 2014 para 10% em 2016 (61 milhões de pessoas).

Fica evidente, dessa forma, que a América Latina é, ao mesmo tempo, *una* e diversa, por poder-se identificar as particularidades e semelhanças que decorrem de diferenciações étnicas e territoriais, ao mesmo tempo em que apresenta elevada pobreza e desigualdade social. A realidade latino-americana tem raízes nas marcas da colonização, exploração econômica, extrativista e processos ditatoriais duros e duradouros (Silva, Lima, Garrido, & Soto, 2015). É no contexto dessa realidade, *una* e diversa, que a pobreza, fruto de uma desigualdade estrutural inerente ao capitalismo, passa a ser expressão máxima da questão social.

No Brasil, em específico, segundo Souza e Medeiros (2015), a concentração da renda exerce muita influência na desigualdade. Segundo os autores, desde 1974, os 10% mais ricos concentram entre metade e 2/3 de toda a renda do país, o que promove intensa desigualdade em relação ao acesso a bens de consumo, serviços de saúde, educação, segurança, lazer e cultura. Outro aspecto relevante com relação à desigualdade brasileira pode ser expresso ainda no fato de que entre os 10% mais pobres, 75% eram pretos ou pardos e apenas 24% brancos. Em contrapartida, no outro extremo da distribuição, ou seja, entre aqueles 1% que concentram os maiores rendimentos, 15% eram pretos ou pardos, contra 84% de brancos.

Ademais, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, em 2017, 10% da população concentrou quase metade de renda do país, onde a metade dos trabalhadores com menores rendimentos recebeu, em média, R\$ 754,00, enquanto o 1% com os maiores rendimentos, em média, ganhou 36,1 vezes mais. Além disso, o número de pessoas em situação de extrema pobreza no país aumentou em 11,2% no ano de 2017, o que significa 14,89 milhões de pessoas sobrevivendo nos critérios estipulados pelo BM, isto é, com renda domiciliar *per capita* por dia de no máximo US\$1,90, culminando em um quadro de extrema miséria que assola elevado percentual da população. Em contraponto, o Relatório da Oxfam (2019) aponta que, entre os anos 2000 e 2018, o número de bilionários no Brasil quadruplicou de 10 para 42, com uma riqueza total de US\$ 176,4 bilhões. Junto a isso, os 10% mais pobres, hoje, pagam uma proporção maior de impostos do que os 10% mais ricos.

A realidade de pobreza e miséria no Brasil é ilustrativa de um processo que merece ser contextualizado historicamente. Para análise da pobreza no Brasil, como ponto de referência, tomaremos o contexto histórico do golpe civil-militar de 1964 até o ano de 2019, marcado pela eleição do atual presidente Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL). Isso porque, a década de 1970 expressa o auge das políticas de combate à pobreza e à fome no “desenvolvimento” econômico, marcado pelo crescimento demográfico brasileiro (Rocha, 2006). Neste período, segundo a referida autora, utilizando como padrão o critério de insuficiência de renda e as linhas de pobreza, há uma queda do número de pessoas pobres, embora a concentração de renda tenha aumentado expressivamente, marcando o chamado milagre econômico.

É somente com o fim do regime militar que se avança na discussão sobre o papel do Estado no combate à pobreza, refletindo, inclusive, na criação da Constituição de 1988, onde a pobreza adquire maior centralidade nas ações do Estado. Como resquícios do dito milagre econômico, o cenário de 1990 é marcado pela crise⁴, inflação e estagnação econômica, e até o fim da década não se observa redução nos níveis da pobreza absoluta (Rocha, 2006).

Com o avanço da agenda neoliberal, nos anos 1990, o debate sobre a pobreza é deslocado para a esfera da filantropia, mais uma vez. Os ideários neoliberais contribuíram para o aprofundamento da miséria, desemprego e relações precárias de trabalho, além de influenciar na formação do pensamento social brasileiro, repercutindo, sobretudo, no processo de naturalização da pobreza. As políticas voltadas à pobreza, dessa forma, continuam pautadas por um foco que responsabiliza o sujeito por sua condição, além de ter um critério de análise restrito ao fator monetário e estratégias voltadas para a transferência condicionada de renda (Accorsi *et al.*, 2012; Moura, Ximeira, & Sarriera, 2014).

Em 2003, o Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro operário e sindicalista a se tornar presidente do Brasil. Seu governo (2003- 2010) representou avanços importantes nas políticas sociais ao colocar a questão do combate à pobreza e à fome no centro da agenda governamental. Ao assumir a presidência, Lula anunciou⁵: “vamos criar as condições para que todas as pessoas no nosso país possam comer decentemente três vezes ao dia, todos os dias, sem precisar de doações de ninguém”. Lançando, assim, o Programa Fome Zero, relacionado com os programas de educação alimentar e o PBF (o auxílio de transferência de renda já existia no governo antecessor, contudo, no governo Lula, eles foram unificados e ampliados, conforme veremos mais adiante).

Apesar de diversas críticas sobre a sua função compensatória (Silva *et al.*, 2015; Siqueira, 2013), tais políticas contribuíram para a diminuição do coronelismo e impactaram concretamente no quadro da fome no Brasil (IPEA, 2017; Rego & Pinzani, 2014). Ademais, a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) também foi um

⁴ Na ordem do capital, “as crises são cíclicas, fenômeno intrínseco e estrutural ao próprio sistema capitalista. Não sendo as crises, fases estranhas, doenças, mas períodos do próprio desenvolvimento capitalista, formas em que se manifesta a queda tendencial da taxa média de lucros” (Montaño, 2012, p.283). Assim, o período de crise é estruturalmente par dialético do desenvolvimento capitalista, cujo efeito é necessário para o próprio desenvolvimento capitalista refinar suas formas de opressão.

⁵ Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva disponível na íntegra em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u45387.shtml>>

importante passo para a estruturação de uma rede integrada de promoção social, articulando as políticas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional. Outras políticas da mesma perspectiva também foram ampliadas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas em instituições de ensino superior privadas (o que também foi alvo de diversas críticas), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e ainda a consolidação, em 2005, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em 2011, surge o plano Brasil sem Miséria, na gestão da primeira mulher a assumir a presidência do Brasil, Dilma Rousseff. Com ações políticas integradas à redução da extrema pobreza, tomando como critério a mensuração monetária, o plano buscou ampliar as ações do Bolsa Família, visando atingir 16,2 milhões de pessoas que viviam com menos de R\$70 *per capita* (valor embasado em metas internacionais), de acordo com a estimativa do IBGE (2010). Tais ações, em 2014, segundo relatório global da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), contribuíram para que o Brasil saísse do Mapa Mundial da Fome. No entanto, muitas críticas são levantadas quanto a focalização do caráter renda e a regulação da pobreza, ao apontar que programas desta natureza não consideram as determinações estruturais geradoras da própria condição (Montanõ, 2012; Yazbek, 2012), mantendo intactas as estruturas de poder econômico. O combate à pobreza, de fato, seria a luta contra os interesses de uma oligarquia internacional, nacional e industrial que se alternam no poder (Guzzo, 2016).

Grosso modo, os governos “progressistas”, “priorizaram durante anos a política assistencialista em detrimento da transformação do modelo econômico; a pobreza foi reduzida sem alterar as condições estruturais” (Lander, 2016, p.3, tradução nossa). O “progressismo”, então, se transformou em uma espécie de neoliberalismo disfarçado. Na atual conjuntura, no Brasil, assim como os demais países da América Latina e do mundo, o ciclo “progressista” antecedeu o avanço do conservadorismo, representando a ascensão da extrema direita, com roupagens ainda mais profundas de autoritarismo e fascismo, cuja funcionalidade é conhecida desde a época colonial (Acosta & Brand, 2018).

O cenário de golpe, em 2016, contra Dilma Rousseff, no Brasil, confere contornos emblemáticos para o fim dos consecutivos anos de governo “progressista”. Entre outros aspectos, o golpe é protagonizado pelo ex-vice-presidente, Michel Temer, apoiado por setores políticos (latifundiários e oligopólios midiáticos, sobretudo) que também patrocinaram o golpe civil-militar de 1964. Segundo Lang (2018), outros significados também se somam ao golpe de Estado de 2016, o arranjo político conservador em que o governo petista se apoiava não resistiu ao cenário marcado pela retração econômica, não sendo mais possível manter a conciliação entre as exigências do capital e as políticas sociais (reduzidas a política condicionada de transferência de renda). Consequentemente, abriu-se o estabelecimento de um regime político, com desmontes ainda mais profundos para a classe trabalhadora. O golpe de 2016 também se consolidou nas últimas eleições ao eleger um governo ainda mais entreguista e antidemocrático.

Em 2019, o novo presidente, Jair Bolsonaro, candidato do PSL, é eleito com um discurso assumidamente contra o “politicamente correto das minorias” e de “eu vou acabar com isso aí”. No Palácio do Planalto, ele pronunciou⁶:

[...] me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto. [...] Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade.

Entre tantas medidas antidemocráticas, uma das primeiras ações do atual presidente foi assinar a Medida Provisória nº 870, revogando dispositivos da Lei nº 11.346, de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), extinguindo, assim, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)⁷. O Consea se caracteriza por ser um órgão consultivo e de assessoramento da presidência, formado por representantes da sociedade civil e poder público, contribuindo na definição de linhas e diretrizes das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, bem como na elaboração de propostas para o aperfeiçoamento dessas políticas⁸. Segundo o Consea (2018), o PBF, um dos pilares do Sisan, é caracterizado como uma das políticas públicas brasileiras mais importantes para o direito humano à alimentação, sendo ainda reconhecido como uma das ações governamentais fundamentais, através da transferência direta de renda, que gera impacto relevante sobre a redução da pobreza no Brasil.

1.3 POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL: ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA?

Como forma de melhor apreender a política de transferência de renda no Brasil, mediante uma análise histórica, tomaremos como ponto de partida uma breve contextualização do chamado Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social, por representar o surgimento das políticas sociais para o enfrentamento da “questão social”. O papel do Estado, nas primeiras análises marxistas, era de representar os interesses da classe dominante e detentora dos meios de produção, “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx & Engels, 1998, p.42). Neste sentido, cabe ao Estado gerir os interesses da classe dominante em detrimento da classe trabalhadora. Segundo Coutinho (2000), as transformações históricas, políticas e sociais advindas do século XIX e XX, sobretudo, refletiram mudanças no papel do Estado, embora limitadas, de ampliar os direitos políticos e sociais da classe trabalhadora, como forma de garantir a reprodução da força de trabalho e a manutenção da ordem capitalista.

⁶ Pronunciamento na íntegra disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>>

⁷ No dia 27 de fevereiro de 2019, para denunciar o risco da extinção do Consea, diversos movimentos sociais e ativistas, em diferentes cidades, organizaram o ato Banqueteço.

⁸ No dia 9 de maio de 2019, a comissão mista do Congresso Nacional aprovou a reforma administrativa que recria o Consea.

No intuito de preservar o capital, surgem as políticas sociais para o enfrentamento da “questão social”. De modo geral, as políticas sociais representam a construção de um aparato institucional que tem como objetivo atuar nas melhorias das condições de vida, como, por exemplo, na regulação da jornada de trabalho e na oferta de serviços socioassistenciais (Netto, 2011).

O Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social, implementado principalmente nos países do Norte global, é considerado a expressão máxima da assistência dos direitos sociais no sistema capitalista. Sua consolidação remonta ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando, face às crises econômicas, sociais e políticas evidenciadas pelo contexto, houve uma considerável presença do Estado na concretização de políticas sociais. Diante do período marcado pela experiência do socialismo real na União Soviética, o Welfare State surge de modo a possibilitar a materialização de determinados direitos sociais, com vistas ao alcance de maior igualdade social no sistema vigente (Behring & Boschetti, 2008; Sposati, 2015; Telles, 1998).

Como resultado da sua própria contradição, a década de 1970 marca a crise do Welfare State, e a alternativa encontrada, conforme mencionado, está ancorada no ideário neoliberal (Netto, 2011). Dentre os argumentos que respaldam a implementação efetiva do neoliberalismo, destaca-se a redução do papel do Estado para as políticas sociais de cunho universal, pois os gastos públicos e sociais estariam ocasionando um desequilíbrio orçamentário (Telles, 1998).

Em relação ao Brasil, assim como os demais países do Sul global, há discussões acerca da existência ou não de um modelo de Estado de Bem-Estar Social. Evidentemente, não há dúvidas quanto às diferenças existentes entre os países do Norte, o que impede qualquer comparação linear. No entanto, segundo Sposati (2015), a expansão dos direitos sociais se deu de forma tardia nos países da América Latina, mais precisamente no final do século XX, período em que o modelo neoliberal se estabelecia mundialmente, configurando os direitos sociais como um ônus que prejudica a modernização da economia.

A Constituição de 1988, segundo Moljo e Duriguetto (2014), é um grande marco que representa notórios avanços na seguridade social brasileira, onde, pela primeira vez, a assistência social é contemplada como dever do Estado e direito de cidadania, sem necessitar de nenhum tipo de contribuição prévia, prevendo uma ampla cobertura e garantias mínimas sociais em políticas e programas voltados para a população pobre, rompendo com o caráter contratual e contributivo do Estado Populista de Getúlio Vargas. Baseada no tripé previdência, saúde e assistência social, a promulgação da Constituição representou avanços notórios em relação à universalização dos direitos sociais. Contudo, logo em seu início, este processo foi interrompido pela ascensão do neoliberalismo. Assim, a partir de 1990, houve um desmonte dos direitos sociais e severas limitações aos programas sociais, visto que os direitos sociais passaram a ser considerados empecilhos às exigências da economia internacional.

Silva, Yazbek e Giovanni (2004) apontam que a década de 1990 foi marcada por uma intensa contradição entre progressos político-institucionais (estabelecimento da Seguridade

Social, por exemplo) e restrições no âmbito da intervenção estatal. Desse modo, não houve, após a Constituição de 1988, a concretização de muitos dos preceitos relativos à assistência social, sendo este um desafio presente na atualidade, a considerar as fortes marcas clientelistas e assistencialistas que caracterizam a assistência social brasileira.

Importante ressaltar que no processo constituinte houve uma participação ativa dos movimentos sociais, que continuaram, mesmo após aprovação da Constituição de 88, a atuar politicamente visando consolidar os avanços conquistados. Na área da saúde, ocorreu a elaboração e aprovação da Lei Orgânica da Saúde (LOS); na assistência social, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); e em relação à infância e adolescência, ocorreu a elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, apesar de todas as dificuldades, foram aprovados pelo Congresso e sancionados pelo presidente Itamar Franco, em 1993 (Molio & Duriguetto, 2014). A criação da LOAS, em específico, representou um notável avanço no percurso da consolidação da Assistência Social como política pública, uma vez que reafirmou a responsabilidade do Estado e traçou elementos importantes relativos à sua operacionalização. Como bem consideram Mota, Maranhão e Sitcovsky (2008, p. 186), “a aprovação da LOAS, juntamente com a Constituição de 1988, representaram divisores de águas entre o feitiço da ajuda e a criação de uma política pública, constitutiva de direitos”.

A discussão propriamente dita sobre os programas de transferência de renda no Brasil se deu a partir do ano de 1991, “considerado o marco inicial desse debate, que foi, inicialmente, mobilizado pela aprovação do Projeto de Lei nº 80/1991” (Silva, Yazbek, & Giovannii, 2004, p.32). Tal projeto, de autoria do ex-senador Eduardo Suplicy (PT), fundou o debate para a consolidação de um Programa de Garantia de Renda Mínima, viabilizando algumas experiências em determinados municípios do país.

Segundo os autores citados, o período de consolidação da Política Nacional de Transferência de Renda se constituiu em cinco momentos históricos: o primeiro, refere-se a aprovação do Projeto de Lei que instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima (PCRM), em 1991; o segundo, é marcado pelo período em que foram tecidas críticas à proposta de Suplicy, na perspectiva de que os programas deveriam direcionar-se à família, e não ao indivíduo; o terceiro momento, por sua vez, se consolidou quando a Política de Renda Mínima se efetivou enquanto uma alternativa concreta de política social. Apesar das iniciativas municipais, porém, a iniciativa do Governo Federal de implementação do programa de transferência de renda veio somente em 2001, constituindo, assim, o quarto momento do desenvolvimento desses programas brasileiros.

A partir de então ocorrem mudanças significativas, o PGRM foi transferido para o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação, o Bolsa Escola, além da criação do Programa Bolsa-Alimentação, ligado ao Ministério da Saúde, da ampliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Dessa forma, esses programas passam a ser abrangentes em todo o território nacional e “passam a ser considerados eixo central de uma ‘grande rede

nacional de proteção social’ implantada no país, sendo estes implementados de modo descentralizados em quase todos os 5.561 municípios brasileiros” (Silva *et al.*, 2004, p.92).

Os autores supracitados ressaltam, ainda, um aspecto relevante no quarto momento, uma vez que ele constituiu o início do debate nacional sobre a possibilidade de introduzir uma renda universal a todos os brasileiros, assim como para os estrangeiros que aqui residissem por mais de cinco anos. Tal discussão foi alavancada pela apresentação do Projeto de Lei nº 266/2001, proposto por Eduardo Suplicy. O quinto momento, por fim, se constituiu no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, conforme salientado anteriormente, através do eixo primordial do governo no enfrentamento à pobreza e à fome, trazendo mudanças importantes na consolidação da política, como, por exemplo, a sanção, em 2004, da Lei nº 10.835, que prevê a implantação de uma Renda Básica de Cidadania.

Contudo, nenhum dos programas seguiu, de fato, as ideias defendidas por Suplicy, tampouco o formato por ele proposto em seu projeto de 1991. As proposições subsequentes não se definiam como direito de todos e pouco se colocaram como direito de cidadania, no sentido de ser incondicional. Assim como em toda a Política de Assistência Social, não é o reconhecimento da cidadania que garante o acesso ao Programa, mas o reconhecimento enquanto pobre ou necessitado (Sposati, 2015). Além da comprovação da miséria, os Programas condicionam o recebimento do benefício ao cumprimento das condicionalidades impostas: frequência escolar e vacinação obrigatória.

Segundo Soares (2004), a evolução dos indicadores sociais no Brasil, nos últimos anos, apresenta um agravamento, principalmente em relação à precarização do trabalho e desemprego, bem como as desigualdades sociais, que se ampliaram consideravelmente (tendência que se mantém inalterada e com possíveis agravos, sobretudo no contexto atual). E, ainda assim, as medidas de transferência de renda para o combate à pobreza continuam fortemente recomendadas, mesmo reconhecendo a ofensiva das desigualdades sociais.

Silva (2014) e Stein (2009), em paralelo, também constatam que quase todos os países latino-americanos desenvolveram programas de transferência monetária para atenuar os efeitos da pobreza. Entre os primeiros programas nacionais, destacam-se o Programa Beca Alimentaria da Venezuela (1989), o Programa de Auxílio à Família em Honduras (1990), o Programa de Educação, Saúde e Alimentação – Progreso no México (1997), o Bono Solidário no Equador (1998). De acordo com Stein (2009), o programa mexicano foi alvo de recomendações e elogios pelo BM, influenciando os demais países da região a adotarem medidas semelhantes. “Esses elogios advêm, sobretudo, porque essa política mantém intocadas as estruturas do poder econômico” (Guzzo, 2016, p.4).

Mesmo com o avanço do Programa, há ainda uma grande parcela de pessoas vivendo às margens da sociedade enfrentando, cotidianamente, dificuldades de alimentação, moradia, saneamento básico, transporte, educação, acesso à água, à saúde e assistência, e esse problema,

difícilmente será resolvido com tais medidas de transferência monetária, embora a redução de danos à condição precária de vida seja considerável para a parcela mais pobre da população (GUZZO, 2016). Cabe ainda ressaltar, segundo Marins (2017) e Rego e Pinzani (2014), que o PBF, em princípio, deveria priorizar uma articulação com outros programas e políticas sociais, a exemplo: cursos de capacitação, alfabetização de jovens e adultos (EJA), geração de trabalho e renda e demais políticas de valorização da democracia e dos direitos sociais.

1.4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O PBF pode ser compreendido como uma “nova” estratégia do Estado na tentativa de “combater” a pobreza e a extrema pobreza. Foi instituído pela Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, sob o controle do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O Programa tem como origem a unificação de outras ações de transferência condicionada de renda já existentes no governo, incluindo Cartão Alimentação (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome), Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde), Auxílio Gás (Ministério das Minas e Energias) e a Bolsa Escola (Ministério da Educação) (MDS, 2018).

Entre os objetivos básicos do PBF estão: 1) combate à fome e à pobreza; 2) reforçar o acesso à rede de serviços públicos, principalmente de educação, saúde e assistência social; 3) promover a intersetorialidade e sinergia das políticas públicas; e 4) estimular a emancipação sustentada das famílias (Decreto nº 5.209/2004, art. 4º). Os objetivos são organizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), órgão gestor em três dimensões federais: 1) transferência direta de renda; 2) condicionalidades nas áreas de saúde e educação; 3) articulação com outras políticas públicas que ampliem as possibilidades de melhoria socioeconômica das famílias participantes (Barthold, Passos, & Fontoura, 2017).

Atualmente, janeiro de 2020, são consideradas famílias em extrema pobreza aquelas com renda familiar mensal igual ou inferior a R\$ 89,00 por pessoa. O Programa trabalha com os seguintes valores: I- benefício básico, de R\$89,00, é concedido apenas às famílias em situação de extrema pobreza, independentemente de sua composição familiar; II- benefício variável, de R\$41,00, é pago às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, desde que tenham gestantes, nutrizes, crianças de até 15 anos em sua composição, sendo permitido cadastrar no máximo cinco crianças por grupo familiar; III- benefício variável jovem (16 e 17 anos), de R\$48,00, é concedido às famílias que tenham adolescentes frequentando a escola, sendo permitido até dois jovens por grupo familiar. Desse modo, o valor a ser recebido depende da renda mensal por pessoa e da composição

familiar (MDS, 2018). No mês de abril de 2019, segundo os dados da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), o valor nacional médio recebido foi de R\$186,23.

A permanência no PBF está vinculada ao cumprimento de algumas contrapartidas, são elas: I- matricular e garantir a frequência mensal às aulas de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e 75% para jovens de 16 e 17 anos; II- manter atualizado o calendário de vacinação de crianças menores de sete anos, além de levá-las para pesar, medir e realizar exames clínicos, conforme o calendário do Ministério da Saúde (MS); III- gestantes e nutrizes devem ser inscritas no pré-natal e comparecer às consultas na unidade de saúde, fazer o acompanhamento pós-parto, apresentar o Cartão da Gestante; IV- participar das atividades educativas propostas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável (MDS, 2018).

A verificação das condicionalidades é feita através do sistema público de cada área. Ou seja, são os agentes públicos da saúde e educação de cada município que verificam, registram e transmitem os dados sobre o cumprimento das contrapartidas ao nível nacional. Não há sanção em caso de descumprimento por motivos justificáveis (doença, por exemplo), e o desligamento da família ocorre após reiterados descumprimentos das condicionalidades, o que demanda acompanhamento familiar pelo sistema público de assistência social do município (Barthold *et al.*, 2017).

Embora enseje um conjunto amplo de controvérsias, as condicionalidades do PBF podem incentivar a educação de crianças e adolescentes, bem como os cuidados com a saúde de crianças, mulheres grávidas ou em situação de aleitamento, somando esforços na direção da constituição da cidadania e fortalecimento dos direitos sociais (Marins, 2017; Rego & Pinzani, 2014). Por outro lado, entretanto, algumas críticas são apontadas em relação à exigência das condicionalidades. Lavinhas (2004) e Silva, Yazbek e Giovanni (2004), por exemplo, levantam críticas ao caráter de vigilância das condicionalidades, o que poderiam negar o direito básico à alimentação e acesso a serviços públicos, tal como a perda do caráter universalista do sistema de proteção social brasileiro. Ademais, as condicionalidades do programa podem ter uma visão negativa pela oferta de serviços públicos precários, o que pode acarretar uma inversão de responsabilidades entre o Estado e a própria bolsista titular do PBF (Bueno, 2009).

Segundo Campello e Neri (2013), os gastos com o PBF representam 0,45% do PIB e contribuem à economia do país com R\$1,78 para cada real investido no programa. Para as autoras, entre 2005 e 2009, a cobertura da vacinação entre as famílias bolsistas subiu de 79% para 82%, a redução da mortalidade infantil por desnutrição e outras doenças reduziu em 58%, e 99% das gestantes acompanhadas pelas equipes de saúde estavam com os exames de pré-natal em dia. Além disso, o PBF contribuiu com a redução do trabalho infantil e com um aumento de 9,8% no uso de métodos contraceptivos.

No que diz respeito à sua abrangência, mais de 14 milhões de famílias são atendidas no Programa atualmente (MDS, 2019). Contudo, ainda que a cobertura seja significativa em muitas

regiões, a parcela da população não atendida é cada vez mais expressiva, visto que, segundo o próprio MDS (2019), em janeiro de 2019, 381 mil famílias foram cortadas do Programa, caracterizando um dos maiores cortes da história do PBF. Com isso, é também expressivo o avanço do predomínio na focalização do programa, passando para os mais miseráveis dentre os mais pobres.

Em meio a este cenário, cumpre salientar que as ações desenvolvidas pelo MDS têm vistas à garantia de direitos, através de políticas públicas descentralizadas e articuladas, viabilizadas pelo SUAS. Constituído em 2005, a partir da aprovação da Política Nacional de Assistencial Social (PNAS), em 2004, o SUAS compreende a assistência social como direito de cidadania, visando à garantia de atendimento às necessidades básicas de uma parcela da população (Brasil, 2009b).

Com a implementação do SUAS, a assistência social passa a ser constituída em dois níveis: o primeiro diz respeito à proteção especial (média e alta complexidade) às famílias que tiveram seus direitos violados, ofertando serviços de proteção a vítimas de violência, maus-tratos, negligência, entre outras violações, a partir dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). O segundo refere-se à proteção básica, realizada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), tendo por objetivo o fortalecimento de vínculos familiares comunitários, a partir de uma perspectiva de prevenção da violação de direitos das famílias, cuja capilaridade nos territórios e a localização em áreas estratégicas, o caracterizam como a principal porta de entrada para os serviços e benefícios previstos pela política social (Brasil, 2004b, 2009b).

Com intuito de fomentar a autonomia do público bolsista, os CRAS desenvolvem atividades de acompanhamento, tais como: visitas domiciliares, acolhimentos, atividades grupais e de geração de trabalho e renda. A opção de gestão do PBF no CRAS viabiliza a articulação de tais serviços, pois diz vincular segurança de renda às seguranças de convívio familiar e comunitário, materializando os direitos socioassistenciais (Brasil, 2009b).

Com efeito, as famílias são selecionadas através das informações do Cadastro Único para Programas Sociais, ou apenas CadÚnico, onde o município é o responsável pelo cadastramento e pela atualização dos dados, que pode ser realizado nos CRAS. Contudo, inscrever-se no CadÚnico não é garantia de acesso ao PBF, uma vez que a seleção é automatizada e a concessão do programa está condicionada à disponibilidade de recursos financeiros, dependendo de quantas famílias já foram atendidas no município, em relação à estimativa de famílias pobres na localidade (Brasil, 2004a, 2009a). O público do CadÚnico é mais amplo do que o atendido pelo PBF. Isso porque, ele é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias brasileiras com renda mensal *per capita* de até meio salário-mínimo, famílias com renda superior também poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que seu cadastramento esteja vinculado à seleção ou ao acompanhamento por algum programa social (Barthold *et al.*, 2017).

As informações coletadas no CadÚnico são declaradas pela pessoa responsável pela unidade familiar, que deve ter no mínimo 16 anos e ser preferencialmente do sexo feminino. Essa pessoa responsável é também a titular preferencial para o PBF, conforme a Lei nº 10.836/2004 (Brasil,

2004a). Segundo Bartholo, Passos e Fontoura (2017), do ponto de vista administrativo, a preferência pela titularidade feminina decorre da definição já existente nos programas de transferência de renda anteriores e pelo PBF unificados. No entanto, para as referidas autoras, “não há como deixar de notar a aderência da racionalidade do desenho do PBF ao argumento do uso instrumental da mulher em sua função de mãe” (p.12).

Marins (2017), com respaldo teórico foucaultiano, aponta que poderíamos pensar o PBF como “uma maneira de adestrar o pobre para ser um bom pobre, ou seja, ser eficiente (com o uso do auxílio) e ser responsável com as crianças fazendo com que frequentem a escola e façam visitas ao posto de saúde” (p.134). Nesse aspecto, é como se o PBF cobrasse moralmente do público bolsista que eles sejam “bons pobres” ou “boas mães”, e esse tipo de discurso é justificado como uma maneira eficaz de combate à pobreza. Para a referida autora, o PBF se consolida como um projeto pedagógico e civilizatório que reinstala na família, sobretudo na figura da mulher, a responsabilidade aos cuidados com as crianças. Isso porque, há um certo entendimento da política de que, para romper com o ciclo intergeracional da pobreza, além do acompanhamento de saúde e frequência escolar, o valor da bolsa deve ser investido nos filhos e filhas.

Ao legitimar a mulher como titular legal, conforme veremos mais adiante, o PBF naturaliza seu papel de cuidadora, uma vez que poderia haver uma ilegitimidade em conceder a titularidade para os homens ou diretamente às crianças, pois se subentende que estes, principalmente os homens, não seriam responsáveis nos cuidados e em investir “corretamente” o dinheiro (Marins, 2017). Assim, em um contexto progressivo do agravamento da questão social, a concepção liberal relacionada à família é pilar na organização e desenvolvimento dos diferentes sistemas de proteção social (Miotto, 2008). A perspectiva familista assume um lugar central no âmbito dos programas de transferência de renda e marca o modelo de assistência social latino-americano, nos quais a família, ou melhor, as mulheres, ocupam o papel de parceiras do Estado, envolvendo-as em uma rede de obrigações e condicionalidades impostas. Tal parceria ancora-se nos papéis tradicionais da família nuclear burguesa, isto é, a figura paterna como provedora e a materna como dona-de-casa e cuidadora (Biroli, 2018; Duque-Azzarola, 2008; Mariano & Carloto, 2009).

A despeito desse cenário, partindo de uma revisão crítica sobre o percurso histórico das políticas de enfrentamento da pobreza no Brasil, é possível notar, em seu formato atual, resquícios das práticas assistencialistas que marcaram sua trajetória desde o período colonial. À vista disso, alguns problemas estruturais podem ser destacados em relação ao PBF: a) a substituição de políticas universais por programas focalizados; b) a ênfase do critério renda, ignorando a dimensão estrutural; c) adoção de uma renda *per capita* familiar miserável e valor transferido variável e mínimo para sobrevivência; d) as denominadas condicionalidades para acessar o direito incondicional de qualquer pessoa a condições básicas de sobrevivência (Montaño, 2012; Silva, 2014; Siqueira, 2013; Siqueira & Alves, 2018). Outra constatação a ser problematizada é a lógica de parceria que fundamenta esses programas e depositam sobre as famílias, em especial as mulheres, a partir da preferência como

principais titulares, obrigações para administrar o espaço doméstico e responsabilidades na superação do ciclo geracional da pobreza, envolvendo-as em uma rede de obrigações e condicionalidades impostas (Mariano & Carloto, 2009; Biroli, 2018).

São elas, as mulheres, que estão em sua grande maioria no cotidiano da assistência social para garantir condições mínimas de sobrevivência. Por isso, na ausência de medidas efetivas e na diminuição dos direitos sociais, quem sente o maior peso, visto a conformação de um quadro de feminização da assistência, são as mulheres. Além disso, ao observarmos as características da pobreza no país, conforme veremos mais adiante, entendemos que a pobreza tem gênero, raça e etnia e que tais dimensões são indispensáveis para a compreensão da dinâmica de exploração capitalista. Dentre essas dimensões da classe trabalhadora, transformadas em desigualdade na sociedade de classes, tentaremos destacar as de gênero, embora reconheçamos os componentes étnicos- raciais.

A CAÇA ÀS MULHERES NO “COMBATE À POBREZA”

Malleus Maleficarum é o título original em *latim* do chamado Martelo das Bruxas ou Martelo das Feiticeiras, livro publicado na Alemanha em 1486 pelos dominicanos Henrich Kraemer e James Sprenger, em cumprimento à bula papal *Summis Desiderantes* de Inocêncio VIII que autorizava a criação de um manual de combate aos praticantes de heresia e bruxaria. A partir do século XVI, numa época em que as relações feudais estavam em transição para as instituições econômicas e políticas do capitalismo mercantil, a acusação de adoração ao demônio se tornou uma pauta comum nas lutas religiosas e políticas (Federici, 2017).

O fato mais notável é que mais de 80% das pessoas perseguidas e executadas pelo crime de bruxaria, entre os séculos XVI e XVIII, foram as mulheres, fazendo com que todo o período fosse conhecido como de caça às bruxas. Embora geralmente as mulheres fossem os membros mais pobres da sociedade medieval, elas eram: ferreiras, açougueiras, lavradoras, pedreiras, benzedoras, parteiras e curandeiras, possuíam conhecimentos sobre a natureza, plantas, ervas medicinais e, sobretudo, sobre seus corpos, decidindo elas mesmas sobre a gravidez ou o aborto, por exemplo (Federici, 2017).

Mies (1986) e Federici (2017), em pesquisa histórica sobre o período de transição do modo de produção feudal ao capitalista, resgatam a categoria da acumulação primitiva desenvolvida por Marx no capítulo XXIV de “O Capital”, no qual o autor expõe os violentos mecanismos políticos e sociais de expropriação da terra do campesinato europeu e a formação da imagem de um trabalhador “livre”. Contudo, para as autoras, Marx analisou a acumulação primitiva partindo do ponto de vista do proletariado assalariado, ainda que Marx tenha reconhecido o extermínio da população nativa nas Américas e a transformação da África em um mercado comercial para escravidão.

As referidas autoras contestam as profundas transformações que o capitalismo introduziu no papel social das mulheres e, conseqüentemente, na reprodução da força de trabalho, uma vez que o processo de expropriação dos bens comuns que configuraram a acumulação primitiva, implicou também o aprisionamento das mulheres na realização de atividades não remuneradas no espaço doméstico e uma política de controle dos corpos femininos. Corpo que se converte em uma máquina de produção de trabalhadores, instituindo leis e práticas para criminalizar quaisquer tentativas das mulheres para controlarem seus próprios corpos, como, por exemplo, a atual discussão do aborto.

A Idade Média foi um período marcado pela resistência das mulheres, culminando com o massacre delas, um verdadeiro genocídio contra o sexo feminino perpetuado na Europa e nas

Américas. Tal ação misógina aniquilou o conhecimento das mulheres camponesas, postas como bruxas ou servas do diabo pela Igreja, acusadas de praticar magia e oferecer seus corpos e espíritos para práticas satânicas. Dessa forma, diante de uma intensa crise demográfica gerada pela Peste Negra, a caça às bruxas foi um período fundamental de apoio à construção das relações sociais capitalistas que serviu para criar uma disciplina sobre a vida reprodutiva necessária à ordem social nascente e de apoio à construção de um novo papel social da mulher: submissa e obediente (Mies, 1986; Federici, 2017).

Por que evocar a caça às bruxas, aparentemente tão distante, como ponto de partida deste capítulo? Porque a história nos parece reveladora do problema central deste livro. Logo, trata-se de uma história-chave para entender por que, depois de mais de 500 anos de exploração capitalista, a história ainda é movida pela exploração e opressão sobremaneira às mulheres mais pobres da classe trabalhadora.

2.1 A MULHER NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política de Assistência Social concretizada pelos programas de transferência de renda, dentre os quais o Bolsa Família, tem priorizado como unidade de intervenção a família, compreendida, conforme o inciso I, § 1º, da Lei nº 10.836 (Brasil, 2004b), como “a unidade nuclear, eventualmente ampliada por (...) laços de parentesco ou afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros”. Desse modo, a instituição família é um pilar indispensável ao Estado, especialmente no contexto das políticas de ajustes neoliberais.

Com o advento da agenda neoliberal, o Estado, em nome do “desenvolvimento” econômico, passou a privilegiar a redução do gasto social com serviços e políticas sociais e, concomitantemente, a transferir para a sociedade civil a responsabilidade com as demandas sociais (Behring & Boschetti, 2008; Sposati, 2015). Conforme já mencionado, a crise do Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social implicou na adoção de uma “solução familiar” para o enfrentamento da “questão social”, ancorando-se em um discurso de apelo à solidariedade e ao voluntariado da família e sociedade.

As profundas transformações políticas, econômicas e sociais no âmbito da economia mundial produziram mudanças significativas no papel do Estado no trato da “questão social”. Reedita-se, assim, a tese liberal do Estado Mínimo e do mercado enquanto instância reguladora social (Behring & Boschetti, 2008). Por sua vez, a responsabilidade coletiva da proteção social fica diluída em função da tese da responsabilidade dos indivíduos, representados por suas famílias na provisão do bem-estar, que De Martino (2001) *apud* Miotto (2008, p.139) denomina de “neoliberalismo familiarista”, que se configura como uma tendência ideológica a considerar a família enquanto unidade de solução para as mazelas estruturais do sistema vigente.

À medida em que se delega à família a proteção de todos os seus membros, Sunkel (2006), Miotto (2008), Saraceno (1997) e Teixeira (2010) nomeiam o modelo protetivo como familista. Neste

contexto, o familismo aponta para a elevada responsabilização das famílias em função da baixa e precária oferta de serviços de proteção social, além de reiterar “as funções protetoras femininas e a naturalização da família como instância responsável pela reprodução social” (Miotto, Campos, & Carloto, 2015, p.59).

Mariano e Carloto (2009), também constatarem que a perspectiva familista assume um lugar central no âmbito dos programas de transferência de renda e marca o modelo de assistência social, nos quais a família, ou melhor, as mulheres, ocupam o papel de parceiras do Estado. Desse modo, o PBF, carro-chefe da Política de Assistência Social brasileira, responsabiliza as titulares no “combate à pobreza”, envolvendo-as em uma rede de condicionalidades, conforme já apresentado, que são exigidas para se manterem como bolsistas dos programas. Segundo Teixeira (2010), paradoxalmente, não se pode ignorar as mudanças significativas que a titularidade do programa traz à vida das mulheres, embora persista a incapacidade de romper com a tendência familista e assistencial que marca a Política de Assistência Social brasileira.

Segundo o MDS (2007), ao optar-se pela mulher como titular do benefício, “o PBF se consolida como uma eficiente ferramenta de inclusão social e empoderamento das mulheres.” Dentre os impactos positivos, o MDS ressalta a autonomia econômica das mulheres para gerir os recursos transferidos, afirmação da autoridade feminina no espaço doméstico, redução da dependência em relação ao parceiro e um aumento significativo na autoestima das mulheres titulares. Desse modo, embora no discurso estatal o foco seja a família, a figura feminina tem sido a interlocutora principal das ações do Estado no combate à pobreza, uma vez que as mulheres evitariam desperdícios e usos indevidos ao promover a utilização dos recursos de forma mais cuidadosa, eficiente e efetiva (Lavinias, Cobo, & Veiga, 2012).

Reafirmando esta centralidade, Michel Temer, durante a Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher de 2017, em Brasília, afirmou: “se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher.” Em conjunto, em 2018, o ex-ministro do Desenvolvimento Social e atual ministro da Cidadania, Osmar Terra, ressaltou o papel da mulher no PBF: “com as mulheres tendo este protagonismo, teremos um mundo pacífico, onde as pessoas terão mais cuidado uns com os outros. Acredito que estamos indo no rumo de uma humanidade cada vez melhor com a participação ainda mais ativa das mulheres”.

Em torno dessa reflexão, o papel das mulheres no desenvolvimento da política social é problematizado. As mulheres, por razões ideológicas-patriarcais, são condicionadas à função de mediar a esfera privada (espaço familiar) e a esfera pública (política pública), sendo a principal personagem da política, seja na gestão, execução e como titulares dos programas sociais (Biroli, 2018). Para a autora, o trabalho de reprodução social realizado na vida cotidiana das mulheres, está longe de se constituir como escolhas voluntárias. A responsabilização feminina é um problema político que também implica desvantagens na participação das mulheres na sociedade, sobretudo

dentre as mais pobres e negras. A recusa de um emprego ou faltas seguidas ao trabalho por não haver creche para as crianças, lavanderias, restaurantes públicos, dentre outros serviços que possivelmente contribuiriam na desresponsabilização feminina nas atividades domésticas, são apenas alguns exemplos que marcam a posição desigual das mulheres na esfera pública.

Segundo Duque-Arrazola (2004), a consideração das famílias, leia-se, das mulheres, como unidade de intervenção central das políticas sociais deve ser endossada pelo pensamento conservador que se corporifica na figura feminina, dada a ideologia patriarcal que enfatiza o papel da mulher como expressão do espaço doméstico e familiar. Nesta linha de raciocínio, podemos observar no cenário brasileiro, como em outras partes do mundo, movimentos conservadores protagonizados, sobretudo, por grupos religiosos, que mobilizam recursos econômicos para fazer valer suas visões de mundo. A pastora Damares Alves, atual ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, em cerimônia que marcou o início de sua gestão, afirmou que no seu governo “menina será princesa e menino será príncipe. Ninguém vai nos impedir de chamar as meninas de princesa e os meninos de príncipe. Vamos acabar com o abuso da doutrinação ideológica”⁹. Em nome de uma suposta defesa da família, os conservadores atuam na permanência de padrões sociais de controle, regulando a valorização das mulheres no papel de mãe, bem como a manutenção desse papel serviçal. Trata-se, portanto, da verdadeira ideologia de gênero que tanto tem sido empregada nos dias atuais: a ideologia patriarcal.

Segundo Saffioti (2004), de modo geral, o patriarcado se refere a um sistema de dominação e exploração sobre as mulheres através da primazia masculina, ao passo que subordina as mulheres e confere legitimidade e poder aos homens. Para a autora, a base econômica do patriarcado também se encontra “no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva” (p. 106). Na sociedade patriarcal, desde a mais tenra idade, as crianças recebem uma educação que diferencia os sexos de forma desigual: meninas são criadas para lavar, cozinhar, passar, cuidar e serem submissas, passivas e tímidas; meninos são educados para serem fortes, provedores e valentes. Portanto, na divisão sexual do trabalho, de acordo com Saffioti (2004) e Ferreira (2017), a responsabilidade com o trabalho reprodutivo é atribuída às mulheres, garantindo, inclusive, a reprodução da força de trabalho para a reprodução capitalista. Nas palavras de Federici (2017, p.34) “o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores-assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência”.

A partir das identificações sociais de gênero e pela divisão sexual do trabalho, as mulheres são condicionadas no papel de cuidadoras como parte de suas funções cotidianas. Contudo, ressalta-se que ser mulher é um fato social e político, construído em meio às relações de uma sociedade profundamente patriarcal. Cabe aqui a célebre frase, encontrada em *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (1980, p. 9): “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, atentando ao processo de naturalização da mulher que a aprisiona a uma suposta biologia determinista em modos de ser

⁹ Discurso na íntegra disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/vamos-tratar-meninas-como-princesas-e-meninos-como-principes-diz-futura-ministra.shtml>>

e agir, expressada pela ideologia dominante. Assim, com base na influência de Beauvoir, mesmo despida de tom existencialista, podemos compreender que as mulheres não são naturalmente cuidadoras, submissas ou passivas, mas incorporadas a uma ideologia dominante, cuja reprodução do patriarcado se faz fundante a partir do contexto histórico e das relações sociais repletas de alienação (Cisne, 2014; Miguel & Biroli, 2015).

O sexismo e as opressões dirigidas contra as mulheres, são compreendidos, assim, como elementos estruturais do sistema capitalista. Da mesma forma, podemos utilizar essa reflexão para os componentes étnicos e raciais, uma vez que o capitalismo, enquanto sistema político e social, também se estrutura a partir do racismo como elemento fundamental de dominação e exploração de classe (Cisne & Santos, 2018; Davis, 2016).

O capitalismo, dessa forma, se sustenta sobre as opressões de gênero e raça, de tal modo que, ao longo do tempo, remodela as opressões para cumprir determinadas funções sociais. Assim, ao ser a atividade que produz a força de trabalho, o trabalho doméstico não assalariado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista (Saffioti, 2004; Ferreira, 2017). Importante ressaltar que a dominação patriarcal não nasce com o capitalismo e nem com a propriedade privada. Há uma vasta literatura antropológica que demonstra a existência da subordinação das mulheres e de uma divisão desigual do trabalho em sociedades comunais (Federici, 2017; Mies, 1986). Contudo, o desenvolvimento do MPC, ancorado na divisão sexual do trabalho, reconfigurou e produziu novas facetas da dominação patriarcal. Para a perspectiva marxista, no cerne do capitalismo, a dominação e exploração dirigida contra as mulheres é uma pré-condição para acumulação de riqueza, produzindo, assim, uma relação dialética entre acumulação de capital e destruição da força de trabalho feminina (Federici, 2019; Ferreira, 2017).

2.2 POBREZA E FEMINIZAÇÃO: FACES QUE REVELAM REALIDADES

A compreensão do entrelaçamento entre capitalismo, classe, raça, gênero e patriarcado, forja uma série de desigualdades sociais que, ao se conjugarem, produzem relações desiguais vivenciadas cotidianamente pela classe trabalhadora, sobretudo no Brasil, com as veias abertas da pobreza tão profundas. Tal entendimento é retratado na publicação periódica Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, organizada pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), que traz relevante contribuição ao apresentar dados macrossociais da realidade brasileira desagregados por sexo, cor e raça, com base em séries históricas de 1995 a 2015.

Segundo os dados do relatório, as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana. Em 2015, a jornada total média das mulheres era de 53,6 horas, enquanto a dos homens era de 46,1 horas. Em relação às atividades não remuneradas, mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas, proporção que se manteve quase inalterada ao longo dos últimos 20 anos da nossa sociedade. O rendimento das mulheres negras, entre os anos de 1995 e 2015, valorizou em 80%, em compensação o rendimento dos homens brancos cresceu

em 11%. Entretanto, apesar do rendimento das mulheres negras ter sido o que mais se valorizou, a escala de remuneração manteve-se inalterada durante toda a série histórica: homens brancos têm os melhores rendimentos, seguido das mulheres brancas, homens negros e mulheres negras.

Ademais, em relação à taxa de desocupação de 2015, a pesquisa registra 11,6% para as mulheres brancas e 13,3% relativo às mulheres negras, enquanto a dos homens brancos atingiu 7,8% e 8,5% para os homens negros. Dessa forma, de modo geral, os dados apontam a presença mais notável de mulheres negras (pretas e pardas) entre as pessoas mais pobres, constatando que a pobreza afeta, em graus distintos, homens e mulheres, negras e brancas.

Ainda segundo os dados do IPEA (2017), ressalta-se que o fato de exercer atividade remunerada não afeta as responsabilidades assumidas pelas mulheres no espaço privado, embora apareça uma redução significativa em relação à quantidade de horas destinadas às atividades domésticas, o que leva à chamada dupla jornada. Entre as mulheres que afirmaram ganhar até um salário mínimo, 94% dedicavam-se aos afazeres domésticos, em contrapartida a 79,5% mulheres com renda superior a oito salários mínimos. Em relação aos homens, o relatório aponta uma situação inversa, 57% dos homens que recebiam de 5 a 8 salários mínimos declararam realizar o trabalho doméstico, contra 49% entre os que tinham menor renda.

Além disso, o relatório aponta que o perfil da família brasileira vem se redesenhando a partir das mudanças sociais observadas nas últimas décadas, apesar de a composição majoritária continuar sendo o casal heterossexual com filhos, as famílias, cada vez mais, estão sendo chefiadas por mulheres. Enquanto em 1995, a chefia feminina era de 23%, em 2015 passa para 40% e destas, 34% apontam a presença de um cônjuge. O aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres, ao mesmo tempo em que atestam a ampliação da posição da referência feminina no âmbito familiar, reproduzem algumas das desigualdades encontradas em outras esferas da sociedade, como por exemplo: a renda média, a taxa de desocupação e a responsabilidade com os afazeres domésticos.

Ao acompanhar as pesquisas feitas no Brasil, em consonância com a literatura latino-americana, presenciamos o crescimento da miséria e pobreza, a que tem atingido sobremaneira as mulheres mais pobres da classe trabalhadora, ao ponto de falar-se de uma feminização da pobreza. Mas seria a feminização da pobreza algo novo na dinâmica capitalista? O que mostram as historiadoras Silva (2018) e Federici (2017) é que a ver como algo recente é uma análise a-histórica. A perspectiva, corrente em senso comum, de que nas últimas décadas as mulheres passaram a trabalhar ou tiveram que trabalhar fora de casa, é um apagamento histórico das experiências de vida das mulheres escravizadas ou livres que já trabalhavam fora bem antes do século XXI. Segundo Schild (2016), na América Latina, a concepção de família homem-provedor e mulher-dona de casa, foi exclusiva de uma pequena minoria de trabalhadores. Em contraste com a mulher dona de casa e cuidadora, a maioria das trabalhadoras latino-americanas já trabalhavam na terra, fábricas ou como empregadas domésticas.

No entanto, ao longo das últimas décadas, no processo de restauração capitalista e reforma neoliberal do Estado, pode-se observar um significativo aumento das mulheres no mercado de

trabalho (Duque-Arrazola, 2004). A intensificação da presença das mulheres no mercado de trabalho pode representar uma mudança significativa nas condições de vida das mulheres trabalhadoras, porém, tal intensificação, no contexto de ofensiva neoliberal, ocorre de forma contraditória. Isso porque, o período neoliberal é marcado pela flexibilização e precarização das relações de trabalho, intensificando o aprofundamento dos níveis de exploração da classe trabalhadora, bem como o aumento da concentração e acumulação de riqueza (Antunes, 2003). Assim, o aumento da inserção das mulheres no mercado formal é acompanhado de sua maior inserção nos postos precários de trabalho, especialmente no setor de serviços e cuidados. Dessa forma, a divisão sexual do trabalho, sob a ordem capitalista e patriarcal, também pode refletir no processo da feminização da pobreza.

Compreende-se, portanto, que a feminização da pobreza não é uma originalidade das últimas décadas, assim como as opressões de raça e etnia, mas são historicamente remodeladas no sistema capitalista, com a finalidade de garantir maior extração de mais-valia sobre tais grupos (Silva, 2018; Ferreira, 2017). A feminização da pobreza não ocorre no vácuo, ela se configura sobre os sentidos e lugares socialmente construídos para homens e mulheres, negras e não-negras em nossa sociedade.

A considerar a forma natural com que os papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho ocupam na ordem social, o debate da feminização da pobreza deve ser entendido através da relação direta com o trabalho reprodutivo e a socialmente naturalizada responsabilização feminina por seus lares. Tal responsabilização é reforçada, inclusive, pelos programas de ajustes neoliberais de combate à pobreza, como o Bolsa Família, visto que as mulheres, enquanto titulares preferenciais, foram encarregadas de gerir, de fato, as políticas sociais abandonadas pelo Estado na ofensiva neoliberal, o que pode gerar efeitos no tempo e trabalho das mulheres e na manutenção de um modelo patriarcal que confere sutilmente formas perversas de exploração (Biroli, 2018; Cisne, 2014; Ferreira, 2017). Por fim, entende-se que tal problematização, não significa desconsiderar os avanços significativos que os programas de transferência de renda representam na vida de inúmeras mulheres, mas compreendê-las através de uma análise das contradições concretas que constituem a totalidade.

2.3 AS MULHERES NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ENTRE CONSENSOS E CONTRADIÇÕES

A partir do exposto, cumpre destacar criticamente o papel desempenhado pelo PBF na vida das mulheres bolsistas, na medida em que utiliza de um padrão de gênero para a implementação da política. A complexidade do debate se concentra, pelo menos, em dois pontos de natureza contraditória. Por um lado, o PBF pode traduzir a garantia de direitos constitucionais como fundamento da legitimidade democrática, ao sinalizar impactos significativos no processo de autonomia e fortalecimento na vida das mulheres titulares. Por outro lado, conforme destacamos anteriormente,

o PBF, além de paliativo no enfrentamento à pobreza, pode ser um exemplo ideológico ao reforçar um papel feminino advindo da divisão sexual do trabalho.

Na tentativa de compreender os efeitos do PBF na vida das mulheres, identificamos alguns estudos que trazem reflexões sobre a forma como as bolsistas vivenciam o Programa em seus cotidianos. Rego e Pinzani (2014), ao longo de cinco anos (2007 a 2001), entrevistaram 150 bolsistas nas regiões “tradicionalmente mais desassistidas do Estado brasileiro” (p. 24): sertão nordestino e zona litorânea de Alagoas; Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais; periferia de Recife; interior do Piauí; região periférica de São Luís e interior do Maranhão. Os autores, através das diversas vozes do PBF, à luz da concepção de autonomia individual baseada em autores como Amartya Sen, Martha Nussbaum e Georg Simmel, apontam que a renda proveniente do Programa é a primeira renda regular de muitas das mulheres, cuja experiência do controle financeiro, no que tange às relações de dependência pessoal, representa uma condição necessária no processo de autonomização.

Nesta mesma direção, outros estudos também expõem nuances de transformações na vida das mulheres, tais quais: ampliação de fazer escolhas, alterações nas percepções de si, questionamentos de relações conjugais indesejadas, diminuição dos índices de violência doméstica contra a mulher e maior participação nas esferas públicas (Pereira, Ribeiro, 2013; Pires, 2012; Pires, 2013).

Concomitantemente, algumas dissertações foram encontradas, podendo destacar que as análises que compõem esse debate dividem opiniões e, assim, suscitam questões mais investigativas (Amorim, 2016; Cruz, 2013; Cunha, 2016; Silva, 2014; Trierweiler, 2014). Em síntese, as dissertações abordadas indicam que o PBF, de fato, não provoca ruptura com os papéis tradicionais de gênero, mas reforça o papel social de mãe. Nesse sentido, a autonomia das mulheres é limitada ao manejo da bolsa e a titularidade se resume à possibilidade de assegurar necessidades básicas para os filhos e filhas, não efetivando espaços para as mulheres desempenharem papéis efetivamente autônomos.

Bartholo, Passos e Fontoura (2017), com o objetivo de debater sobre o cenário controverso do PBF na vida das mulheres, sistematizaram pesquisas brasileiras feitas junto às titulares do PBF (artigos científicos, livros e teses de doutorado), entre os anos de 2008 a 2016. Os resultados encontrados estão divididos em três sessões: as críticas feministas, as pesquisas quantitativas e os estudos qualitativos. Em relação à primeira sessão, segundo as autoras, muitas das pesquisas repousam suas críticas no uso instrumental da mulher, sob argumento que a definição da titularidade é embasada por valores morais e tradicionais. Nesta direção, as condicionalidades impostas podem interferir no aumento da responsabilidade doméstica e no tempo gasto nas atividades de cuidado, além de corresponsabilizar a mulher pelo combate à pobreza.

Por sua vez, as pesquisas quantitativas, de modo geral, apontam para uma certa ampliação da autonomia das mulheres titulares no poder de compra (remédios, material escolar, alimentação, vestuário etc.), embora essa ampliação, ao mesmo tempo, possa indicar maior dificuldade de compartilhar as atividades domésticas entre os sexos. Ademais, as análises quantitativas, segundo

Bartholo, Passos e Fontoura (2017), não indicaram alterações relevantes na participação das mulheres no mercado de trabalho. No entanto, há indicativos de que a redução do trabalho formal entre as titulares é parcialmente compensada pelo aumento das horas destinadas às tarefas domésticas, o que pode ser interpretado como efeito negativo do PBF, por outro lado, também pode indicar a ampliação das escolhas femininas, caso o trabalho formal seja precário e fonte de exploração.

Por fim, os estudos qualitativos, de acordo com Bartholo, Passos e Fontoura (2017), consensualmente, apontam que a titularidade permite flexibilizar as jornadas de trabalho precário ou mesmo liberar as mulheres de trabalhos considerados degradantes. As autoras, nesta direção, apontam estudos que analisam a titularidade no PBF como propulsor de expectativas de um trabalho digno. Os estudos qualitativos também indicam que as mulheres concebem a bolsa como um dinheiro dos filhos e filhas, ao passo que isso não implica na ausência do reconhecimento desse recurso como contribuição feminina ao orçamento familiar.

Entre consensos e contradições, os estudos, majoritariamente, apontam ganhos de autonomia feminina. Assim, a renda regular mediada pela bolsa do PBF faz com que as titulares possam ter outras preocupações que não a sobrevivência do dia de amanhã. As condicionalidades, paradoxalmente, embora reforcem o trabalho de cuidado das mulheres, parecem contribuir na compreensão de direitos, além de garantir o acesso à saúde e educação (Rego & Pinzani, 2014; Pereira & Ribeiro, 2013; Pires, 2012; Pires, 2013).

Nesse terreno controverso, a partir das relações gerenciadas pelo Estado com as mulheres inseridas no contexto de pobreza, na cena contemporânea, conforme sinalizado, há um intenso debate sobre o papel das mulheres nos modelos das políticas de assistência social, refletindo sobre seu caráter familista e funcional para a manutenção da pobreza e desigualdades sociais. Contudo, há de se reconhecer que, de modo geral, as ações desempenhadas pelo Estado podem contribuir no processo de ampliação democrática, trazendo alguns ganhos nas condições de vida das mulheres bolsistas. Assim, ao mesmo tempo em que se amplia a participação feminina, estruturam-se ações tradicionalmente ligadas à divisão sexual do trabalho. Com isso, os efeitos dessas questões para a vida das mulheres e seus contraditórios desdobramentos devem ser alvo de maiores análises e debates.

Por conseguinte, considerando a necessidade de ampliar o debate e a avaliação crítica sobre os efeitos da centralidade da figura da mulher na política de transferência de renda, a presente pesquisa objetivou compreender os efeitos do PBF na vida das mulheres bolsistas e titulares no âmbito familiar. Para tal, buscou ainda: a) Analisar o papel desempenhado pelas mulheres bolsistas no arranjo familiar; b) Compreender como a titularidade interfere no cotidiano de suas relações familiares; c) Refletir em que medida a titularidade do PBF pode reforçar ou tensionar os papéis tradicionais de gênero; d) Analisar como a condição de titular pode interferir nas estratégias de enfrentamento em relação à situação de pobreza.

OS CAMINHOS DA PESQUISA

3.1 TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DO LÓCUS DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de Juiz de Fora, localizado na Zona da Mata no interior do estado de Minas Gerais e que segundo os dados do IBGE (2018), possui uma população estimada de 564.310 habitantes, sendo a quarta cidade no *ranking* das mais populosas do estado, atrás de Contagem, Uberlândia e Belo Horizonte. Segundo os dados do IBGE (2017), o salário médio mensal, em 2016, foi de 2,4 salários mínimos. Em relação à população total, 30,1% representam o índice de pessoas ocupadas (empregadas, conta própria, empregadores e não remunerados). Dados do IBGE de 2010 apontam que a cidade possui o Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,778. O IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões: longevidade, educação e renda, o índice varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 14,33 óbitos para 1000 nascidos vivos, e o índice de domicílios com saneamento básico adequado é de 94,1% (IBGE, 2017). Segundo os dados do Atlas (2010), 52,73% da população da região corresponde ao sexo biológico feminino e 11,48% são mães responsáveis pelo domicílio, sem ensino fundamental e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade morando na mesma residência. Ademais, segundo os dados do mesmo relatório, o índice de Gini da cidade é 0,56. O índice de Gini é uma ferramenta utilizada para medir o grau de concentração de renda e varia de zero (igualdade) a um (completa desigualdade).

O Relatório de Informações Sociais da SENARC (2019) aponta que o total de famílias inscritas no CadÚnico, em janeiro de 2019, no município de Juiz de Fora, era de 43.240, dentre as quais 11.296 com renda *per capita* familiar de até R\$89,00 e 4.947 famílias com renda *per capita* entre R\$89,01 e R\$178,00, totalizando 16.243 famílias em situação de pobreza. Segundo os dados do relatório, no mês de abril de 2019, com valor médio de R\$ 173,72, 13.570 famílias receberam o PBF, representando uma cobertura de 69,3% da estimativa de famílias pobres no município.

Em face deste universo, consideramos necessário discorrer sobre algumas experiências vivenciadas durante o caminhar da pesquisa e, que certamente, influenciaram, em maior ou menor grau, no desenvolvimento do estudo e na compreensão da realidade em questão. Ressaltamos, de antemão, que o percurso da pesquisa não foi fruto apenas de um planejamento inicial, mas constituído através das mudanças oriundas em diálogo com o campo e com as pessoas envolvidas

neste estudo. No que diz respeito ao percurso para a definição do *lócus* de estudo, no final de 2017, buscamos conhecer como vinham sendo desenvolvidas as atividades de acompanhamento para as famílias inseridas no PBF na cidade de Juiz de Fora. Assim, algumas ações preliminares se fizeram necessárias, antes mesmo do exame de qualificação.

Desde o início, a proposta era de realizar um trabalho que se desenvolvesse de maneira coerente com as necessidades do campo, em diálogo com os profissionais que nele atuam. Dessa maneira, em busca de parcerias, marcamos uma reunião com a Secretária de Desenvolvimento Social de Juiz de Fora (SDS/JF), onde apresentamos o projeto e discutimos sobre a pertinência e a coerência da pesquisa, bem como o interesse do serviço em sua realização. Neste encontro, foi entregue uma cópia do projeto de pesquisa para análise da secretária. A nossa proposta foi bem acolhida pela SDS/JF e encaminhada para a Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC).

A organização da assistência social em Juiz de Fora apresenta algumas particularidades, uma vez que o principal órgão pelo atendimento às demandas da assistência pública é a AMAC, constituída em 1985, uma associação civil que presta serviços sociais por meio de convênios com a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), por intermédio da SDS/JF, Secretaria de Educação e parcerias com a iniciativa privada (AMAC, 2018). O ano de 2017, além da conjuntura de desmonte da política social pós golpe de Estado de 2016, também marcou um momento delicado em adequação à lei federal 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório do Terceiro Setor, onde a PJF lançou o edital de chamamento público (edital 03/2017) destinado à seleção de propostas de outras organizações da sociedade civil para prestarem serviços de assistência social na cidade. A AMAC até então geria grande parte dos dispositivos assistências e alguns serviços, mediante o chamamento público, foram destinados a outras organizações, o que gerou uma situação instável na oferta dos serviços.

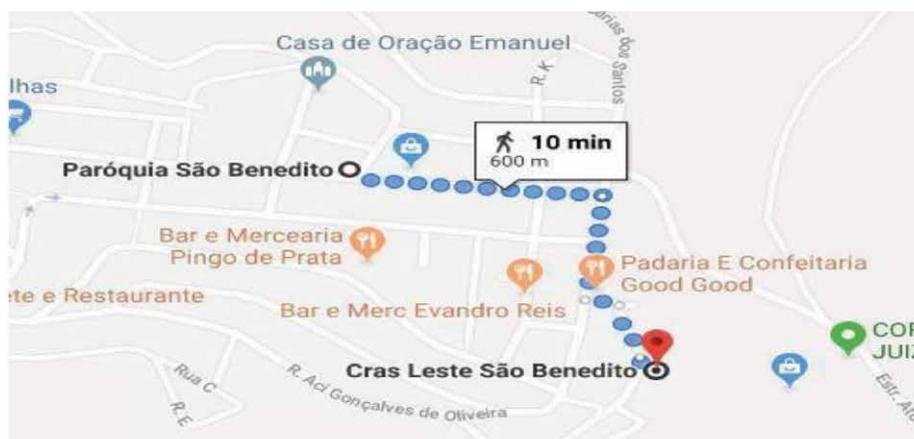
Em meio a este cenário, contudo, o projeto foi bem acolhido e todas as autorizações foram realizadas sem maiores problemas. Após a proposta ter sido aprovada pelos órgãos competentes, era preciso, então, escolher em qual CRAS se daria a investigação. Naquela época, final de 2017, havia nove unidades do CRAS no município de Juiz de Fora, configurando a seguinte distribuição: 1) CRAS Sul; 2) CRAS Norte; 3) CRAS Centro; 4) CRAS Sudeste; 5) CRAS Olavo Costa; 6) CRAS Nordeste; 7) CRAS São Pedro; 8) CRAS Leste; 9) CRAS São Benedito (SDS/JF, 2018). Sendo assim, agendamos uma conversa no CRAS São Benedito, pelo fato de possuímos contato com a coordenação, e nessa ocasião, fui informada¹⁰ que, naquele período, havia um grupo de mulheres do PBF com encontros semanais em funcionamento no CRAS, o que considerei pertinente e uma oportunidade para realizar esta pesquisa junto às mulheres participantes desse grupo. A proposta teve boa recepção pelo corpo técnico e cabe destacar a disponibilidade das profissionais que lá trabalham, em especial a assistente social e psicóloga, em atender as demandas desta pesquisa e a generosidade em esclarecer dúvidas e questionamentos, colaborando com a construção e o delineamento deste estudo.

¹⁰ Somente a pesquisadora Camila Borges Machado foi a campo.

Após o processo de autorização formal da pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa Humana da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), entre os meses de setembro de 2018 a abril de 2019, frequentei semanalmente a região do São Benedito, normalmente das 13 às 17 horas.

O primeiro contato formal com o campo foi no dia 19/09/2018. Nesta data, além de participar de uma reunião com as famílias atendidas pelo Programa de Segurança Alimentar (PSA), soube junto à coordenadora do CRAS que o grupo das mulheres do PBF estava em fusão com o projeto Costurando Vidas ministrado pelo Serviço Social do Comércio (Sesc). O projeto, aberto a toda a comunidade, com duração total de 10 encontros, já estava em andamento na Paróquia São Benedito, localizada próxima ao CRAS, conforme ilustrado no mapa I. De posse dessas informações, busquei apresentar a minha proposta para as mulheres que frequentavam o grupo na Igreja e, assim, passei a participar do grupo, que além de ser o principal espaço de encontros das mulheres da comunidade, configurou-se como lugar primordial de acompanhamento destas mulheres pela equipe do CRAS. O espaço cedido pela Igreja corresponde a um salão com banheiros, bebedouro, mesas, cadeiras e ventiladores. Neste ponto, cabe destacar a escassa infraestrutura do CRAS, com cadeiras, telhados e paredes em condições precárias. Além do mais, o espaço divide parede com o Curumim¹¹, o que apresenta elevado barulho, dificultando a realização de conversas, grupos e reuniões.

Mapa I: Paróquia São Benedito

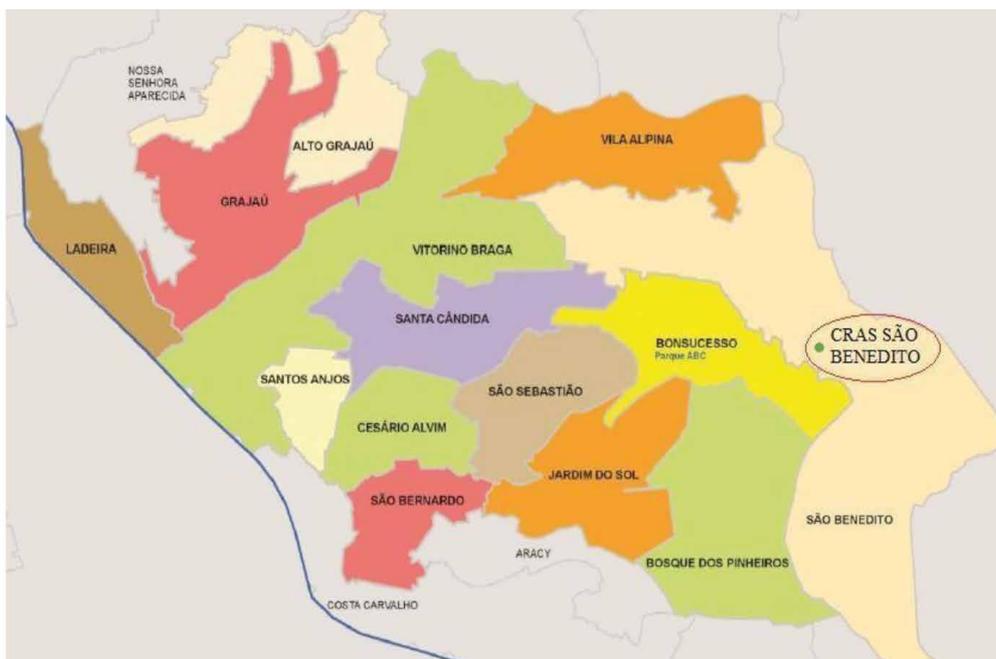


Fonte: Google Maps, 2019.

O território do CRAS São Benedito está localizado na região Leste da cidade de Juiz de Fora e sua área de abrangência congrega 14 bairros, são eles: Alto Grajaú, Bonsucesso, Bosque dos Pinheiros, Cesário Alvim, Grajaú, Jardim do Sol, Ladeira, Santa Cândida, Santos Anjos, São Benedito, São Bernardo, São Sebastião, Vila Alpina e Vitorino Braga, conforme observamos no Mapa II.

¹¹ Curumim é um serviço ofertado pela AMAC voltado para a proteção social no atendimento a crianças entre 5 anos e 14 anos, oferecendo atividades sociais e de convivência, em horário complementar ao período escolar.

Mapa II: Território da Pesquisa



Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura de Juiz de Fora, 2012.

O estudo, até então inédito, organizado pela Secretaria de Assistência Social da PJF, sob o Programa Agenda 6Mil, intitulado Mapa Social: Análise do Desenvolvimento Familiar em Juiz de Fora de 2012, disponibiliza dados e informações sobre as regiões assistidas pela política de assistência social na cidade. No aspecto demográfico, a pesquisa aponta que, em 2012, a população referenciada ao CRAS São Benedito expressava um total de 5.693 pessoas, representando, na época, 6,79% dos inscritos no CadÚnico, sendo 41,5% do público masculino e 58,5% feminino. Em relação à escolarização, 32,68% das pessoas declararam possuir entre a 5ª a 8ª série incompletas e 29,20% até a 4ª série incompleta, paralelo a 11,91% com o Ensino Médio completo e 0,89% de pessoas graduadas. Outra característica importante se refere ao fato de que 33,75% das pessoas entre 18 e 59 anos declararam não trabalhar, 20,74% trabalhadores autônomos sem previdência social e 19,08% de pessoas assalariadas com carteira assinada.

Embora o Mapa Social não tenha apresentado dados desagregados por raça, a pesquisa do IBGE (2010) revela o abismo entre negros (pretos e pardos) e brancos na cidade de Juiz de Fora. O levantamento realizado, entre os anos de 2000 e 2010, aponta que Juiz de Fora possui a maior diferença de IDH entre negros e não negros do estado de Minas Gerais, sendo a terceira cidade do Brasil a apresentar maior diferença na qualidade de vida desagregada por raça. O abismo entre negros e brancos, segundo Fernandes (1965), tem raízes na história escravocrata.

No século XIX, de acordo com Oliveira (2000), Minas Gerais era a maior província escravista do país e Juiz de Fora era a cidade que maior abrigava a população escravizada do estado, em 1855, por exemplo, Juiz de Fora possuía uma população de 6.466 habitantes, desses, 4.025 eram cativos. A historiadora também aponta que após o declínio da produção cafeeira, nas décadas de 1920 e 1930,

a população de ex-escravos começa a migrar para a área urbana e central. Porém, a região central já estava controlada pelos fazendeiros e industriais, não comportando essa demanda populacional, sobrando as áreas periféricas, sem urbanização e nenhuma infraestrutura, dando origem aos bairros como São Benedito, Dom Bosco, Santa Cândida, Ipiranga, dentre outros, “levando à formação de bairros inteiramente negros” (Oliveira, 2000, p.64).

Uma das moradoras do São Benedito, mulher, idosa, aposentada, negra e com memórias vivas sobre os seus parentes escravos, em um dos encontros na paróquia do bairro, me contou que “*a região era tudo uma coisa só*”, ela me disse que a região era uma grande fazenda e que “*o povo batizou de Arado*”, fazendo referência ao uso contínuo do instrumento no manejo da terra. Essa mesma senhora diz sentir saudades dessa época, embora as dificuldades vividas em relação à moradia, alimentação, acesso à saúde e educação, “*a vida era sofrida, mas era mais calma, a gente podia brincar*”, se referindo a sua insegurança motivada pela violência no bairro (DC¹², 08/01/2019).

Segundo Sousa (2008), o plano de loteamento do bairro São Benedito foi realizado no ano de 1938, quando a antiga fazenda começou a ser desapropriada para fins residenciais, e em 1946 o prefeito Dilermando Martins da Costa Cruz Filho sancionou a lei que oficializava o nome do bairro como São Benedito. Muitos foram os relatos sobre a violência cotidiana no bairro, me deparei com uma realidade em que a ordem social vigente, com sucesso, mantém distante, natural e criminalizada. Entre tiroteio, morte e prisão, uma mulher – também mãe, me contou que outro dia teve tiroteio na pracinha enquanto as crianças brincavam no pula-pula. “*Foi briga entre os bairros?*”, perguntei. “*Aqui ninguém fala nada, não*”, ela disse (DC, 15/01/2019).

3.2 A PESQUISA EM MOVIMENTO

A produção da pesquisa pode se consolidar por diversas estratégias, métodos ou materiais empíricos. Denzin e Lincoln (2006) apostam na aproximação do trabalho do pesquisador ao de um artesão, uma vez que, a partir dos diversos métodos e técnicas de confecção, constrói-se um produto complexo, desenvolvendo, então, uma *bricolage*. Sendo assim, a construção da etapa empírica desta investigação, iniciada, conforme já sinalizado anteriormente, no dia 19 de setembro de 2018 e encerrada no dia 09 de abril de 2019, foi consolidada a partir de quatro etapas de construção dos dados: a observação participante (OP); o diário de campo; o grupo de discussão; e as entrevistas semiestruturadas orientadas pelo método da história de vida. Ao longo de todo o período permaneci utilizando a OP e o diário de campo, para posteriormente realizar a atividade em grupo e, por fim, executar as entrevistas. É importante ressaltar que todo o processo foi mediado pelas pessoas envolvidas, sobretudo a assistente social, que se tornou uma peça fundamental na confecção desta pesquisa através do debate das propostas e roteiros das atividades.

¹² A sigla DC significa Diário de Campo, junto a sigla é informado a data em que se encontra a referida observação.

Ressalta-se que o grupo de discussão não estava previsto no projeto de pesquisa, contudo ele se tornou necessário no decorrer da trajetória de inserção no *lócus* da pesquisa. Isso se deve ao fato do grupo em que se deu a minha participação era composto por mulheres da comunidade (bolsistas e não bolsistas), o que foi de grande valia para que eu conhecesse as impressões dessas mulheres sobre o PBF (titularidade feminina, efeitos nas relações familiares), além de afinar meu objetivo para com o grupo e iniciar um novo ciclo do campo, marcado pelas entrevistas. Neste sentido, entendo que as modificações metodológicas (assim como a adequação dos objetivos da pesquisa) reforçam a concepção de método que permeia este estudo, isto é, o método a serviço da pesquisa, e não o contrário. Sobre essa questão Zaccur (2003, p.176) nos diz:

Quem pesquisa o cotidiano vai se dando conta de que lida com caça especialmente arisca. A exemplo de quem exercita a arte muda da caça, precisa aguçar a sensibilidade e estar permanentemente à espreita do que nele se entremostra a quem possa ler pistas, seguir o faro, explorar intuições.

Por isso, compreendo a pesquisa em movimento, e essa qualidade dinâmica permite uma incessante observação, estranhamento e autoquestionamento no próprio caminho percorrido. A indagação permite vida à pesquisa e olhar para este movimento é um modo de entendê-la como um acontecimento social que se efetiva entre pesquisador e participante (Jobim & Carvalho, 2016).

3.2.1 GRUPO DE DISCUSSÃO

Como visto, a minha inserção no campo suscitou ações que antes não foram planejadas. Assim, além da OP, o grupo de discussão com as mulheres participantes antecedeu o período das entrevistas. Ao escolher esta técnica, o principal intuito foi o de construir um momento de diálogo com as mulheres sobre o PBF, tendo em vista o propósito desta pesquisa em compreender os efeitos da titularidade feminina em seus cotidianos familiares. Além do mais, consideramos que a utilização do grupo de discussão, nesta investigação, demonstrou certa importância para o conhecimento dos sentidos divergentes e convergentes entre as mulheres sobre a titularidade feminina no PBF, o que também foi relevante para delimitar o compromisso e o objetivo da pesquisa para com o grupo.

Segundo Weller (2006), o grupo de discussão é um procedimento distinto aos grupos focais, pois o objetivo principal de tais grupos é levantar dados que permitam a análise do meio social, as experiências coletivas e as visões de mundo das pessoas participantes. Nesse sentido, entendemos o grupo como um instrumento de relevância para a pesquisa qualitativa, uma vez que privilegia a fala na materialidade da visão de mundo, reconhecendo as expressões sentidas e vividas coletivamente (Duque-Arrazola, 2004).

Dado os objetivos do nosso estudo, o tema da atividade grupal foi escrevendo histórias de vida (Apêndice A), cuja confecção de histórias facilitou a problematização sobre os aspectos da vivência do ser mulher, mãe e titular do PBF. Entre bolsistas e não bolsistas, no dia 22 de janeiro

de 2019, com duração total de duas horas e meia, 18 mulheres participaram da atividade, sendo seis bolsistas do PBF. Com a finalidade de apreender suas experiências e trajetórias de vida, a atividade se constituiu, por sua vez, em três momentos: no primeiro, foi solicitado que as mulheres se dividissem em três grupos para, coletivamente, elaborarem a história de vida de sua personagem bolsista do PBF. Algumas perguntas serviram de base para este momento de construção: Como ela se chama? Onde mora? Como é a sua casa? Como é a sua rotina? Quantos filhos ela tem? Qual é o sentimento de receber o PBF? Além disso, foi entregue uma ficha para cada grupo (Apêndice B) com informações relevantes sobre o PBF, tais quais: objetivo do programa, as condicionalidades, e alguns pontos positivos e negativos que a literatura aponta sobre a preferência da titularidade feminina. Cabe ressaltar que foram entregues papel e caneta para as participantes.

No segundo momento, as participantes tiveram 20 minutos para elaborarem suas personagens, podendo, inclusive, desenhar suas respectivas criações. Neste momento, notei que elas ficaram empolgadas e empenhadas com o processo criativo. Após o término do tempo acordado, formamos uma roda para exposição e discussão das personagens, constituindo, assim, o terceiro momento da atividade. Solicitei que cada grupo contasse a história criada, o que gerou momentos de risadas, descontração e possíveis identificações pessoais. Com o propósito de analisar o grupo de discussão, mediante autorização expressa pelas participantes, a atividade foi gravada em equipamento celular e, posteriormente, transcrita na íntegra. Ademais, após o fechamento da discussão, todo o material foi recolhido por mim.

Embora visasse uma linguagem livre, algumas perguntas foram formuladas para estimular a discussão: Quais são as semelhanças e diferenças entre as histórias? O que vocês acham de o PBF priorizar as mulheres? Como vocês avaliam a responsabilidade feminina no cumprimento das condicionalidades? De qual maneira o PBF afeta a vida das mulheres? Existe algo de negativo nessa preferência? E de positivo, o que percebem? Assim, a discussão pôde possibilitar, coletivamente, o (re)conhecimento da realidade em que estão inseridas. As histórias das personagens serão melhor apresentadas no segundo eixo do próximo capítulo, caracterizando a análise dos resultados do grupo de discussão.

3.2.2 AS ENTREVISTAS A PARTIR DA HISTÓRIA DE VIDA

O roteiro da entrevista semiestruturada (Apêndice C) foi elaborado por mim e pelo professor orientador baseado no aprofundamento da literatura sobre a temática e, principalmente, nos dados provenientes da OP, enfatizando alguns eixos pertinentes ao cotidiano das mulheres titulares do PBF. Como se pode observar no roteiro, os eixos: história de vida; titularidade feminina; relações familiares; questões contextuais e projetivas, permitiram alcançar elementos-chaves para responder os objetivos desta pesquisa, através da narrativa das experiências vivenciadas no cotidiano do ser mulher.

A construção do roteiro de entrevistas foi baseada na abordagem da história de vida, um método amplamente empregado nas ciências humanas e sociais que visa compreender as histórias

de vida dos sujeitos, a partir de sua inserção na realidade sociocultural, tendo como objetivo apreender os processos, relações sociais e códigos simbólicos e de valores construídos por e entre os sujeitos (Chizzoti, 2006). Este método utilizado na pesquisa qualitativa, designado como uma abordagem biográfica, possibilita a compreensão das representações e significações que cada participante atribui a sua história, ao mesmo tempo em que enuncia a dimensão da totalidade coletiva (Bertaux, 2011).

No caso em questão, estávamos interessados em compreender, a partir das histórias de vida das mulheres do PBF, os efeitos da titularidade relacionados às experiências vivenciadas no arranjo familiar, considerando o contexto de pobreza a qual estão submetidas e a ideologia-patriarcal que expressa processos de opressão para as mulheres. Dessa forma, tendo o PBF como um fio condutor e indo além dele, buscávamos compreender as percepções, sentimentos e experiências em suas trajetórias de vida, dialogando com as contradições que constituem a totalidade. Ademais, acredita-se que ao mesmo tempo em que as mulheres do PBF percebem e significam suas trajetórias de vida, elas também narram a história de um grupo social, permitindo levantar informações consistentes para a compreensão daquilo que é singular e coletivo, conforme acrescenta Duarte (2004).

Inserindo-se nessa lógica, se faz fundamental a reflexão sobre o papel do sujeito na pesquisa. Muylaert, Sarubbi, Gallo, Neto e Reis (2014), destacam a importância das falas das pessoas serem, de fato, valorizadas, pois considera-se que ao narrar e compartilhar suas histórias, as entrevistadas se colocam em uma postura ativa de participação e colaboração com a pesquisa. Além disso, ao narrar suas histórias de vida, as pessoas podem vivenciar um encontro de reflexão quanto à sua posição e papel no meio em que estão inseridas.

As participantes das entrevistas foram quatro mulheres titulares do PBF, Maria, Mahin, Marielle e Malê, localizadas a partir do termo de compromisso com o CRAS São Benedito, conforme antes explicitado. De maneira progressiva, elas foram pessoalmente convidadas a participarem das entrevistas, as quatro já haviam tido contato comigo durante o período de OP, bem como participaram do grupo de discussão. Houve, porém, tentativas de contactar outras três mulheres que, pelos mais diversos motivos, se desligaram do grupo no decorrer do processo. As tentativas de contato se deram via telefone, no entanto, as chamadas não foram completadas e os números dados como inexistentes.

A fim de melhor armazenamento dos dados, as entrevistas foram gravadas em áudio em equipamento celular e, posteriormente, integralmente transcritas. O termo de consentimento livre e esclarecido (assinado por mim e pela participante) e o objetivo geral da pesquisa foram ressaltados no início das conversas, cujo tempo de duração variou de 50 minutos a uma hora. A escolha do local para a realização das entrevistas se deu de forma livre mediante a vontade das participantes e, assim, todas as entrevistas foram realizadas no CRAS.

Segundo Minayo (2017), determinar o número de participantes *a priori* anula a lógica que norteia as pesquisas qualitativas. Desse modo, a definição da quantidade de entrevistas foi orientada pelo critério de exaustão/saturação dos dados construídos durante o processo de OP. Para

Fontanella, Ricas e Turato (2008), esse tipo de fechamento amostral é realizado no momento em que certos elementos comuns são percebidos nos dados coletados, de modo a atender aos objetivos da pesquisa. Em outras palavras, representa a produção de um certo padrão simbólico que possibilita a formulação das categorias de análise, onde novas entrevistas não implicaram grandes mudanças nos dados já traçados (Duarte, 2004; Minayo, 2017).

Para análise dos dados qualitativos da atividade em grupo e das entrevistas, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo do tipo temática, possibilitando, assim, uma maior compreensão sobre o material coletado (Gomes, 2009). Essa análise culminou com a construção das categorias analíticas que foram determinadas *a priori* e *a posteriori* da realização da pesquisa de campo, a partir da literatura base, OP, diário de campo, atividade em grupo e entrevistas semiestruturadas, totalizando 33 categorias distribuídas em cinco famílias (Apêndice D).

3.3 COMPROMISSO ÉTICO E SOCIAL DA PESQUISA

O compromisso ético da pesquisa é primordialmente com as mulheres envolvidas no processo de investigação. Através da trajetória de construção da pesquisa, entende-se que esse tipo de estudo pode trazer determinadas repercussões na história de vida das mulheres participantes, uma vez que elas são levadas a refletir sobre si e sobre a sua realidade (Muylaert *et al.*, 2014). Junto a isso, sobretudo no atual contexto, compreendemos que este estudo tem como horizonte o compromisso político junto às mulheres do PBF, inseridas em um contexto de pobreza e amparadas pela política de assistência social.

No entanto, atribuímos, igualmente, a importância do cuidado ético burocrático, por assim dizer, em relação às participações envolvidas. Neste sentido, houve a submissão e aceitação do protocolo de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa Humana da UFJF localizado na Pró Reitoria de Pesquisa, Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Martelos, Juiz de Fora. Ademais, a pesquisa também foi submetida às instituições municipais, SDS/JF e AMAC, cujo termo de compromisso e responsabilidade no que diz respeito aos preceitos éticos do campo foi devidamente assinado.

O maior risco da pesquisa foi o de incorrer em lembranças difíceis e dolorosas na história de vida das participantes, embora se tenha ofertado uma abertura para acolhida de possíveis incômodos. Por fim, esta pesquisa segue as diretrizes que regem a Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

ENTRE FIOS E DESAFIOS: COSTURANDO OS RESULTADOS

Nesta seção, trabalharemos as categorias elaboradas a partir dos dados do diário de campo, grupo de discussão e entrevistas a partir da história de vida. A fim de uma discussão mais fluída, os resultados não serão apresentados na ordem da tabela das categorias em apêndice, mas entrelaçados em três importantes eixos: no primeiro, o cotidiano do diário de campo é retratado, buscando assimilar a trajetória de construção da pesquisa; o segundo eixo diz respeito a discussão grupal denominada Escrevendo Histórias de Vida, elaborada a partir do contato com o campo; o terceiro, por sua vez, além de identificar as singularidades das participantes das entrevistas, busca evidenciar suas trajetórias de vida que versam, sobretudo, a partir das relações familiares sob a mediação da política.

4.1 O COTIDIANO DO DIÁRIO DE CAMPO

As palavras aqui apresentadas, talvez, sejam um dos movimentos mais significativos do caminho da pesquisa, pois tentarei narrar as experiências que me acompanharam durante todo o processo, dando forma e conteúdo aos acontecimentos vividos. Dessa forma, “o que normalmente se considera os bastidores da pesquisa” (Jobim & Carvalho, 2016, p.10276), são aqui percebidos, como elementos fundamentais que também compõem os resultados da pesquisa. Além disso, o uso do diário de campo possibilitou rememorar determinadas nuances da trajetória do estudo, escutar as diferentes vozes que compartilham o cenário, atentar para as mudanças e amadurecimento do caminho, bem como observar o aprendizado e desenvolvimento da minha trajetória pessoal e profissional.

Refletir sobre esta etapa da pesquisa me remeteu ao poema Tecendo a Manhã, de João Cabral de Melo Neto (1966), que, em seus versos, diz:

Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito de um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos [...]

A produção da pesquisa se dá através das relações cotidianas que se estabelecem entre as pessoas envolvidas, assim como “um galo sozinho não tece uma manhã”. A pesquisa, configura-se,

então, entre pesquisador e participante, por meio de uma “forma compartilhada”, utilizando os termos de Jobim e Carvalho (2016, p. 101). Nessa relação, o objetivo da pesquisa não se encontra isoladamente no pesquisador, mas na relação dialógica que produz negociações, acordos e sentidos em um contexto marcado por diversas vozes. As falas apresentadas entre aspas nesta seção são reproduções do diário de campo de diferentes datas.

Pois bem. Meu primeiro contato com o campo, conforme já sinalizado, foi de uma maneira não formal, antes mesmo do processo de qualificação, a partir de uma conversa com a coordenadora do CRAS São Benedito. Eu não sabia que ali seria, de fato, meu local de observação, embora estivesse em busca de parcerias e fortalecimento. Então, foi na manhã do dia 7 de março de 2018, quarta-feira, que eu estive pela primeira vez no território. Fui de carro com uma amiga e muitas foram as tentativas de chegar no local, nos perdemos no caminho, embora o GPS estivesse ligado.

Vale lembrar que cada detalhe me chamava atenção, desde a estrutura das casas, comércio local, até os buracos do asfalto que por sinal eram muitos. Em relação aos buracos, em outra ida ao bairro, presenciei uma cena dos próprios moradores tampando terra para remediar. Em uma única pisada no CRAS em questão, já foi possível notar sua infraestrutura. Era um dia quente e o telhado de amianto não fazia questão de impedir a transformação do espaço em uma espécie de sauna. Havia barulho de música, crianças correndo, rindo, conversando e alguém no microfone pedia silêncio. De dentro do próprio CRAS, ao olhar por um buraco na parede, a imagem antes imaginada se fez presente. Era a quadra do Curumim e a facilitadora tentava ensaiar alguma apresentação infantil.

Após a definição do local e autorização dos órgãos responsáveis (SDS/JF, AMAC, Comitê de Ética), o meu retorno ao campo, vendo-o enquanto tal, foi no dia 19 de setembro de 2018, em uma reunião do PSA. A coordenadora do CRAS me explicou que a reunião da entrega de cesta básica ocorre duas vezes ao mês, sendo uma para a região de Santa Cândida (Santa Cândida, Santos Anjos, São Bernardo, São Sebastião, Cesário Alvim, Bosque dos Pinheiros, Jardim do Sol, Alto Grajaú, Vitorino Braga e Ladeira) com 33 famílias assistidas; e outra referente a região de São Benedito (São Benedito, Bonsucesso e Vila Alpina) com 37 famílias usuárias.

Neste primeiro dia de observação oficial, 19/09/2018, a reunião foi com a região do Santa Cândida. Era período das eleições presidenciais e o CRAS organizou uma conversa com um convidado. Optei por não me apresentar, escolhi um lugar, sentei, observei e ninguém pareceu se importar com a minha presença, o que me deixou feliz por um momento, pois a minha presença pareceu não incomodar. Ainda que os manuais metodológicos ressaltam que o pesquisador deve se apresentar enquanto tal, neste primeiro momento, eu não sabia bem o que dizer. “Oi, meu nome é Camila, sou da Psicologia, estou fazendo uma pesquisa e vim conhecer melhor vocês”, confesso que cogitei, mas meu pensamento interrompeu: agora não, pensei. Talvez não soubesse bem sobre a pesquisa. Talvez não soubesse o meu papel.

A maioria das pessoas presentes eram mulheres, sendo 16 mulheres, três homens e uma criança de, mais ou menos, 10 anos, acompanhada da mãe. A grande maioria, indubitavelmente,

composta por pessoas negras e pardas, conformando o quadro que a literatura aponta sobre o público da assistência social brasileira. O convidado falou sobre o que é partido de esquerda, direita e alertou sobre a importância do voto, sobretudo no atual contexto, marcado pelo avanço da extrema-direita no Brasil. Ao abrir para o debate, uma mulher indignada com a situação do país, falou: *“o Temer acabou com a minha vida”*. Outra mulher denunciou: *“minha patroa falou para eu votar na direita, porque a direita ganhando tem mais chances de quem é rico ajudar o pobre”*. Com tom despidido de deboche, essa mulher conta que não tem carteira assinada e que na casa da patroa todo dia vai uma mulher diferente fazer limpeza, *“é pra não criar vínculo empregatício, sabe? A patroa diz que está difícil, mas se está difícil pra ela que vai no Carrefour todos os dias, imagina pra mim”*. Eu imagino (DC, 19/09/2018).

No dia seguinte, também ocorreu a reunião do PSA com o segundo grupo de bairros do território de abrangência do CRAS. O convidado retornou à unidade e a conversa seguiu o mesmo rumo. Cheguei mais cedo e procurei me sentar em um lugar diferente do anterior. Confesso que me senti desconfortável quando a esposa do convidado escolheu se sentar ao meu lado. Eu queria me afastar ao máximo da diferenciação social, queria passar despercebida (como se fosse possível). Meu desconforto ainda aumentou quando a assistente social apontou a minha presença para o grupo, ela me apresentou como psicóloga e estudante da UFJF em pesquisa sobre o PBF. Tive medo, insegurança, talvez. Mas foi mais fácil do que imaginei. Após a fala da assistente social, reforcei que estava na fase inicial da pesquisa e nos primeiros contatos com o campo. Ao ser apresentada como psicóloga, algumas reações coadunaram com o senso comum de uma escuta individualizada, depois da reunião uma mulher me procurou para desabafar. Não neguei tal demanda.

Conforme apontado anteriormente, nos primeiros contatos formais com o campo, me foi informado que o grupo das mulheres do PBF estava acontecendo junto ao projeto Costurando Vidas do Sesc, os encontros aconteciam todas as quartas de 13 às 17 horas na Igreja católica do bairro. Então, no dia 26 de setembro, quarta-feira, me dirigi até a Paróquia para alinhar a minha participação com as mulheres do grupo e tive uma recepção bastante harmoniosa. Era o 5º dos 10 encontros do projeto organizado e coordenado pela assistente social do Sesc.

Elas estavam debatendo a questão racial e o preconceito, enquanto confeccionavam uma boneca de pano negra. *“Mas eu acho que o preconceito está na própria pessoa que é negra. Eu tenho uma amiga negra e ela acha que eu tenho preconceito dependendo da forma que eu olho pra ela, sabe? E eu não tenho preconceito. É coisa da cabeça dela”*, disse uma mulher branca, moradora do bairro e não usuária do CRAS. Através do olhar, neste momento, busquei alguma expressão que traduzisse o meu sentimento, o que não foi difícil encontrar. Essa troca de olhares de desaprovação – hoje sei – concedeu a minha entrada no grupo. Algumas mulheres, usando o humor para disfarçar uma realidade que é dura, relataram situações difíceis e rotineiras em suas vidas. Uma das histórias marcantes foi de V., que ao entrar numa loja para comprar um determinado fogão, a atendente disse que a promoção havia acabado e a direcionou para um produto inferior, *“mas eu queria aquele, eu tinha o dinheiro pra comprar”*.

Buscando comprovar a origem do seu dinheiro, V. insistiu em dizer que havia recebido acerto do trabalho e, ainda assim, saiu da loja sem o fogão (DC, 26/09/2018).

Em outra quarta-feira, enquanto confeccionavam as bonecas de pano, debatiam sobre a violência doméstica através da desconstrução de algumas crenças, tais quais: “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e “mulher gosta de apanhar”. Na presença de sua filha pequena, C., se levantou e começou a contar a sua história. Ela relatou o seu desamparo familiar, a falta de oportunidades de trabalho e de acesso à educação e moradia. *“Meu marido me batia muito, mas ele era trabalhador, de família honesta. Eu não tinha pra onde ir”* (DC, 17/10/2018).

Os momentos de conversa, ainda marcado pelo período das eleições presidenciais, quase sempre se convertiam no quadro de disputa entre as propostas dos candidatos. Nessa época, Bolsonaro e Haddad já estavam no segundo turno, e, muitos ainda acreditavam no possível “vira voto” para o candidato do PT. Logo, me disponibilizei para uma conversa sobre as propostas eleitorais para quem quisesse ou tivesse dúvidas sobre a escolha do candidato. Embora ninguém tenha me procurado diretamente, na hora do intervalo, me aproximei de um grupo e puxei o assunto como quem não possui grande interesse. Nos momentos em que lá estive, nunca optei pela neutralidade.

Aos poucos, passei a ser conhecida como integrante do grupo, de forma geral, as mulheres estavam abertas a falarem sobre suas histórias comigo. Estas, majoritariamente permeadas por múltiplas violências, inclusive, a de gênero. Com o fim do 10º e último encontro do Costurando Vidas, conversamos a respeito de continuar com a atividade. Dessa forma, surgiu o grupo Meninas Arteiras, coordenado pela assistente social e pela psicóloga do CRAS. A proposta era de continuar com o antigo formato, porém as atividades artesanais seriam organizadas a partir dos saberes das participantes do grupo e, assim, muitas das mulheres se propuseram a ensinar algo. Crochê, decoupage, reciclagem, tricô, macramê, foram algumas das oficinas levantadas por elas.

Em todos os encontros, havia uma lista de presença que, além do nome e data de nascimento, solicitava preencher se recebia algum dos auxílios assistenciais, como o PBF, PSA e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ficava atenta a esta lista e a medida em que percebia as mulheres que declaravam receber o PBF, me aproximava para uma conversa cotidiana. Em muitos momentos auxiliei as profissionais do CRAS, através da organização das oficinas, no preparo da mesa do café, na arrumação e disposição do salão, na passagem da lista de presença, dentre outras contribuições. Contudo, acredito não ter sido associada ao CRAS. Isso porque, na hora das atividades, eu me sentava à mesa junto às mulheres do grupo, não apenas como observadora, mas como uma pessoa disposta a interagir com aquelas que estavam sentadas ao meu redor e aprender a oficina proposta. Com o tempo e de forma natural, adquiri confiança e comecei a transitar entre os lugares da mesa, me apoiando nas mulheres que já conhecia.

Uma histórica marcante foi quando W. esteve pela primeira vez no grupo. Ela estava distante, parecia tímida e demonstrava não conhecer as demais mulheres. Sentei-me ao seu lado e puxei uma conversa rotineira. Ao contar sobre a sua história, W., diz ser moradora do bairro há

anos, casada, mãe de três filhos, negra e bolsista do PBF. Ela relata que estava com dificuldades de acesso à água e sem energia há meses, pois *“está difícil acertar a conta”*. Perguntei sobre o PBF e ela disse que ajuda, mas como *“não tem emprego, a gente tem que se virar pra não morrer de fome”*. O marido ajuda, ela insiste. Os dois trabalham na feira livre de domingo na Avenida Brasil, sem o cadastro na PJF, *“vendendo o que é possível vender”*. W. diz que no momento está vendendo sapatos customizados, mas já trabalhou com puff de garrafa pet e na confecção de carteiras com caixinha de leite. Ela retirou o celular da bolsa (modelo antigo e com a tela toda quebrada) e orgulhosa me mostrou as fotos da sua produção. Ela diz pegar os produtos no lixo. Para fazer o sapato, ela ensina: *“você retira o salto, coloca o tecido ou alguma customização de sua preferência e depois encaixa o salto, e pronto!”* (DC, 27/11/2018). W. não retornou aos encontros, cheguei a perguntar sobre ela para as demais mulheres, mas ninguém soube me dizer. Estive à sua espera.

Aos poucos, a minha posição como pesquisadora e participante do grupo se fez confusa – o que não significa dizer negativa. Ao mesmo tempo em que eu ressaltava sobre a pesquisa e o meu objetivo para com o grupo, as mulheres me acolheram como uma integrante. Acredito que criamos laços de amizade e afeto. Nas oficinas de crochê, por exemplo, eu tive sérias dificuldades em aprender o manuseio das agulhas e os primeiros pontos, as mulheres ao meu redor se organizaram para tentar me ensinar, com toda a paciência do mundo. Não aprendi o crochê, mas aprendi sobre tantas outras coisas.

A confraternização do grupo marcou o fim de 2018. Organizamos uma amiga oculta, o que gerou, em um primeiro momento, desespero para algumas participantes. Elas estavam inseguras quanto ao valor do presente, esboçando consciência sobre a situação de pobreza a que estão expostas. Muitas fizeram questão de afirmar sua falta de dinheiro. A assistente social esclareceu que a ideia era de presentear com qualquer coisa produzida por elas durante os encontros e, assim, elas se animaram e rapidamente organizaram as comilanças para o dia. Ganhei uma caixinha de madeira em decoupage.

Assim, o meu papel, em grande parte, caminhava mais para o lado de uma amiga ou integrante do grupo, podendo até aparentar uma suposta igualdade. Em busca de esclarecer o meu compromisso com o grupo e afinar os objetivos da pesquisa, conversei com a assistente social a respeito da minha participação e propus uma conversa aberta a respeito do PBF, o que veio a se transformar no grupo de discussão. A proposta foi bem acolhida pelas pessoas envolvidas, o que inclui as profissionais do CRAS e as mulheres do grupo. A atividade foi desenvolvida após o recesso de fim de ano.

Durante todo o período de imersão no campo eu pude perceber suas representações sobre o machismo, a situação de pobreza, a “natural” divisão sexual do trabalho, os conflitos familiares, o medo da violência e as diferentes estratégias de sobrevivência. É importante ressaltar que o discurso religioso (prioritariamente evangélico e católico) aparece enquanto salvação e/ou explicação para as suas vidas: *“Deus sabe o que faz”, “coloque seus planos na mão de Deus”, “Deus vai me dar o dobro”,*

“confie e tenha fé”, “nada é impossível para Deus”. Porém, não se trata de simplesmente julgar o papel da religião, que parece reproduzir o fatalismo ao atribuir o controle de suas vidas a Deus, mas compreendê-la diante da realidade concreta. A religião, às vezes, parece confortar, podendo ainda oferecer para essas mulheres o maior motivo para se continuar vivendo.

No dia 8 de janeiro de 2019 o grupo voltou do recesso do fim de ano e foi notável o seu esvaziamento. Senti falta de algumas pessoas. Concluímos o ano com aproximadamente 30 participantes, e retornamos com 16. A atividade proposta por mim, já negociada com as demais participantes, ocorreu no dia 22 de janeiro de 2019. Cabe ressaltar que a atividade foi elaborada a partir da convivência com o campo. Neste dia, a tarde foi dividida em dois momentos. No primeiro, a assistente social preparou uma fala explicativa sobre a política de assistência social, elencando os programas/benefícios e o cenário nacional de desmonte. No segundo, mesmo sem planejar, a minha proposta casou com a fala inicial, abrindo espaço para elaborações e discussões sobre o PBF e os efeitos da titularidade na vida das mulheres.

Além disso, o início do ano também foi marcado por mais uma parceria, demandando alguns ajustes para as Meninas Arteiras. A Ciranda da Mulher, projeto desenvolvido pela SDS, por meio do Departamento de Políticas para Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (DPCDH), vinculou-se ao grupo. Com o objetivo de discutir a realidade feminina, o projeto foi bem aceito pelas participantes. Com efeito, os encontros foram articulados quinzenalmente, isto é, uma semana era o grupo Meninas Arteiras e outra a Ciranda da Mulher.

Entre conversas informais, conseguia informações sobre os sentidos que permeiam o ser mulher (também mãe) e titular do PBF, aos quais destaco os sentimentos de revolta e resignação. Um caso que, desde o início da minha observação, me chamou a atenção, foi o de C., a mulher que em outro momento relatou ter sofrido violência doméstica pelo marido. Certa vez, C., estava conversando com uma amiga, elas estavam compartilhando seus medos em relação aos filhos, medo do tiro e do tráfico para os meninos e estupro para as meninas, *“não consigo deixar meus filhos com ninguém. Não confio”*, ouvi. *“Mas não é muita responsabilidade para uma pessoa só, não?”*, perguntei. C. respondeu: *“se tivesse serviço público de qualidade, creche e escola boa para os meninos, eu ficaria mais tranquila, entende?”*. Entendo (DC, 12/03/2019).

C. começa a relembrar sobre a sua história e conta que precisou largar o serviço de cuidadora, pois a patroa queria que ela mudasse para o turno da noite, e de noite não é possível, afinal *“quem ia ficar com os meninos?”*. Diante da concretude da vida, perguntei se ela já tinha passado por alguma situação de humilhação ou vergonha, *“vergonha não, só raiva”*, ela conta. Sua raiva se expressa na crença da sua antiga patroa que vivia falando que ninguém precisaria receber o PBF se não fizesse tantos filhos, dando a entender que as pessoas fazem filhos para receber o auxílio. *“Dá vontade de pular pra cima em quem diz um negócio desses, mas fico quieta”*. Afirmei que a patroa precisava de um choque de realidade, ela riu e completou dizendo *“como se o dinheiro que a gente recebesse fosse grandes coisas, mas Deus proverá”* (DC, 12/03/2019).

“De jeito nenhum”, C. respondeu quando questionei se ela conseguia imaginar a sua vida sem o dinheiro do PBF. Ela relata que o marido está sem renda e o dinheiro do PBF, embora de baixo valor, garante a comida do amanhã. “Eu sei que é um direito meu, mas é uma ajuda”. Indaguei se todo mundo deveria receber essa ajuda, e ela diz: “Claro que não, é só pra quem precisa, tem muita gente que não precisa e recebe, e gente que precisa e não consegue receber”. Segundo ela, para receber o dinheiro “tem que tá necessitado” (DC, 12/03/2019). Este relato fortalece o ideário de que a noção de direitos, em um cenário de escassez e mazelas, se limita à noção de ajuda focalizada nos mais miseráveis.

Em relação à violência do bairro, as mulheres, em sua grande maioria, questionam a falta de segurança, sobretudo, para as crianças. Neste caso, eu escutei o episódio do tiroteio na pracinha, relatado no tópico sobre a trajetória do *lócus* de pesquisa, por diferentes mulheres, em diversos dias. Como se a violência fosse o único destino, uma das mulheres me conta que seu maior medo é do seu filho morrer ou matar, “mas ninguém cria filho pra ser bandido” (DC, 15/01/2019). “É comum ouvir tiro por aqui”, elas diziam. “Ontem, inclusive, mataram um com bala na cabeça. Ele tava dentro do ônibus, perto do Curimim”. Questionei se a política que facilita o porte de armas não podia piorar a situação e elas riram ao me contar que “aqui se acha arma até na feira”. “Quem quer consegue”, disse uma das mulheres como forma de solucionar a realidade marcada pela violência. Ela ainda completa dizendo que o encarceramento é correto “tem que trancar na cadeia mesmo”. Outra mulher relata que o namorado de sua sobrinha foi preso, mas é inocente. “Será, então, que a cadeia é solução?”, arrisquei. “Mas, então, o que a gente faz?”, elas rebateram (DC, 09/04/2019).

Outro relato marcante foi uma situação vivida por um dos funcionários do CRAS. Outra funcionária da equipe que me contou. Segundo ela, ao sair do trabalho e aguardar o transporte no ponto de ônibus, ele recebeu o “convite” para sair correndo do local, porque “ele era gente boa do CRAS e a bala ia comer solta” (DC, 20/02/2019). Também ouvi dizer que a pracinha, único local de lazer comum do bairro, estava tomada pelo uso de drogas e pequeno tráfico. Segundo as mulheres do grupo, o tráfico é o grande culpado por tantas mortes, “é briga por boca” (DC, 15/01/2019).

Então, certo dia, pensei em ir caminhando até a creche, passando para conhecer o espaço da pracinha. A praça do bairro está localizada entre a Igreja e a creche. Sua área, resumidamente, é composta por uma quadra, bancos e um pequeno parquinho para as crianças menores. Parecia estar abandonada, com sujeiras de lixo, grama alta e alguns brinquedos do parquinho estavam quebrados, além da quadra de futebol aparentar estar sem manutenção há anos. Neste dia, havia uma mulher, talvez mãe, sentada em um dos bancos próximos aos brinquedos com uma criança no colo, ela ainda estava atenta para os movimentos de outras duas crianças que insistiam em descer pelo escorregador. Pensei em me aproximar, mas não senti abertura. Do outro lado, havia um muro com grafite, um banco e dois meninos mais velhos sentados.

No mais, nas conversas cotidianas em que estabeleci com as mulheres do grupo, apareciam temáticas como família, religião e trabalho. A titularidade feminina do PBF, em muitas vezes, se

confundia como uma ajuda para as mulheres/mães e suas respectivas famílias/filhos e filhas. Quando eu perguntava sobre as condicionalidades do Programa, mesmo com todas as exigências na ponta da língua (cartão de vacina, frequência na escola e pesagem, sobretudo) elas não as concebiam como relações de trabalho, transparecendo aquilo que seria conhecido como “é obrigação da mulher”, ou melhor, da mãe, visto que “os filhos são da mãe”. Quando eu insistia em dizer sobre o trabalho doméstico, elas, majoritariamente, não reconheciam o trabalho privado como uma forma aceita de trabalho e reforçavam “a mulher é mais cuidadosa, se deixar na mão do homem, cê já viu, né?” (DC, 26/02/2019).

Paralelo a isso, em um dos encontros da Ciranda da Mulher, discutimos o papel da mulher na sociedade. As facilitadoras da Ciranda levaram cartazes com as famosas frases: “mulher só sabe pilotar fogão”, “mulher fala demais”, “mulher não é amiga de mulher”, “mulher precisa de um homem”, dentre outras crenças que permeiam o imaginário social. Todas as frases foram escritas separadamente em um papel cartolina e depois expostas no chão, ao levantar cada cartaz, as facilitadoras solicitavam que o grupo falasse se aquilo era verdade ou mentira e o porquê. As frases: “mulher fala demais” e “mulher não é amiga de mulher” foram motivo de discórdia entre as participantes da roda. Algumas insistiam que era verdade, enquanto outras tentavam derrubar o argumento. Uma das facilitadoras levantou o caráter machista presente em todas as frases. Debatesmos uma por uma, mas suponho que o consenso tenha vindo pelo cansaço.

Certo dia, ainda nos encontros da Ciranda da Mulher, foi solicitado que as participantes escrevessem sobre os sentimentos que permeiam o ser mulher. Dentre tantos escritos, transcrevo, na íntegra, os dois que mais me marcaram: “Mulher nasceu para ser livre, e não ficar sujeita às ordens de seu esposo e nem se sujeitar a sofrer injúrias, e ouvir certas coisas que lhe ponha ao ridículo. Eu mulher quero viver livre para sempre”, escreveu A., uma senhora com mais de 80 anos de idade. “Eu queria ser livre como um pássaro e voar até os 4 cantos do mundo! Mas sou mãe, casada, sou vó, sou bisa. Não posso ir até Benfica¹³, pois sentem falta de mim”, assim falou S., uma mulher com mais de 50 anos de idade (DC, 26/02/2019).

Já no final do período de observação, comecei a frequentar o campo duas vezes por semana, de modo a continuar presente nos encontros do grupo e realizar as entrevistas. Neste momento, muitos foram os questionamentos da pesquisa, seus limites e possibilidades de ação, o que me fez (e faz) repensá-la de forma ética e política. Me desliguei do campo no dia 09 de abril. Eu não queria me despedir através de um simples aviso, desse modo, na hora do intervalo, me aproximava dos pequenos grupos que se formavam e entrava no assunto, quando surgia a oportunidade, eu dizia: “hoje é meu último dia”. Agradei (e agradeço) por todas as convivências e ensinamentos. “Espero voltar em breve com os resultados da pesquisa”, eu disse. Elas me abraçaram e afetivamente desejaram sorte em meu caminho.

¹³ Benfica é um bairro da Zona Norte de Juiz de Fora, distante do centro da cidade e localizado há 15km do bairro São Benedito.

4.2 ESCRREVENDO HISTÓRIAS DE VIDAS

Conforme apontado anteriormente, o movimento da pesquisa levantou novas possibilidades e demandas, o que permitiu a discussão coletiva com as Meninas Arteiras sobre os efeitos da titularidade feminina no PBF, através da confecção de histórias de vida de personagens bolsistas e titulares do programa. Cabe ressaltar que a atividade foi melhor descrita no capítulo anterior, contudo, destacamos que seis das 18 mulheres participantes eram bolsistas do PBF e somente uma já havia recebido a bolsa. Com efeito, as 18 mulheres foram divididas em três grupos, produzindo, assim, coletivamente, três personagens bolsistas que posteriormente foram apresentadas e discutidas com o coletivo. A seguir, apresento as histórias criadas.

Grupo 1: *“Meu nome é Filomena, tenho 38 anos, sou mãe de 8 filhos, recebo o bolsa família mensalmente. É a renda que me ajuda a manter a casa. Moro sozinha, meu marido me abandonou, não sei onde está. Não posso trabalhar, pois não encontrei vaga na creche para as crianças menores. Não tenho parentes por perto, moram em outra cidade.”*

Grupo 2: *“Me chamo Maria de Lourdes, mais conhecida na comunidade como Lurdinha, recebo o bolsa família há uns 10 anos. Sou mãe de 5 filhos, sou solteira, trabalho fora (em casa de família). Dou graças a Deus de ter feito o cadastro assim que ouvi no programa da televisão, e fiquei mais feliz ainda, quando recebi a carta, me avisando de que tinha de comparecer ao banco, pois tinha conseguido o benefício. Quando vi aquela quantia em minhas mãos, chorei muito, pois minha situação era bem precária, pois tinha de pegar cesta básica na Igreja do bairro. E ainda agradeço muito a Deus, por meus filhos não adoecerem tão fácil, pois não saberia o que fazer. Hoje, com o auxílio do benefício, e com o meu trabalho consigo pagar as contas principais da casa, materiais escolares e remédios quando precisa. Claro, que essa ajuda é provisória, tenho certeza que um dia não irei mais precisar, mas agradeço demais por ter sido beneficiada e tenho certeza de que outras pessoas irão ser também beneficiadas como eu fui!”*

Grupo 3: *“PBF ajudando a mudar vidas*

A falta de planejamento familiar é um grande motivo para surgir a necessidade de apoio e inclusões. Sabemos que há dificuldades para mulheres trabalharem e a renda dos pais não é suficiente para o sustento. Maria Joaquina teve um relacionamento mal correspondido e se viu sozinha com 6 filhos para educar, alimentar e cuidar da saúde. Com a inclusão ela teve a oportunidade de acrescentar o seu rendimento. Ter acompanhamento de assistentes, pedagogos e auxílio de alimentação saudável, fazendo pesagem das crianças menores de 6 anos, para os adolescentes pode contar com o Curumin, e o pequeno jardineiro para ingresso no primeiro emprego. E assim fortalecendo a frequência escolar. Desta forma Maria Joaquina, pode ter a oportunidade de dar uma boa formação para seus filhos, fazendo deles bom cidadãos para o futuro. #Mesafartaeducaçãosaúde”.

Com a finalidade de apreender suas percepções e experiências, a análise dos resultados deste eixo engloba três categorias elaboradas a partir da atividade em grupo, são elas: a) relação com o PBF; b) titularidade feminina; c) o sentimento de receber o PBF. As categorias serão apresentadas em conjunto, de forma fluida, representando o itinerário que as participantes construíram durante a discussão.

As relações e percepções sobre a titularidade feminina no PBF, apesar de variadas e singulares, aparecem marcadas pela reprodução da ideologia patriarcal, cuja função social da mulher aponta a lógica de cuidado, obrigações domésticas e o trabalho de reprodução social. Quando questionadas sobre as semelhanças e singularidades das histórias criadas, elas rapidamente conduziram o discurso de que todas as mulheres são mães que cuidam sozinhas de seus filhos, como podemos perceber nos seguintes trechos: P1: *Todas têm filhos*; P2: *Todas são mulheres sozinhas*; P3: *Todas solteiras ou abandonadas*.

Suas falas também reproduzem elementos sociais do que é comumente esperado do que é ser mulher:

P1: E que tem um detalhe que eu tô lembrando aqui, quem tem sonho de ter filhos é a mulher. Eu nunca vi homem falar “o meu sonho é ser pai”. É muito difícil... A mulher não. “Ah, eu quero casar, eu quero ter filho, meu sonho é ser mãe”. Eu tô falando que eu trabalhei em um hospital muito tempo, então quando se ia fazer uma cirurgia que mexia com os órgãos reprodutores da mulher, a mulher entrava em paranoia. “ah e se eu não puder ter filho, ah eu não tenho filho”, entendeu? Então esse sonho de ter filho é da mulher. Os homens não têm esse sonho. Podem até ser bons pais, mas não têm esse sonho. Eles não vão morrer de desgosto se não tiverem filho. A mulher sim.

Nesse sentido, quando questionadas sobre a titularidade feminina no PBF, elas não apontam contradições sobre tal encargo, uma vez que, segundo elas, o valor da bolsa é para auxiliar no cuidado dos filhos e filhas, o que coaduna com a função materna esperada pelo imaginário social. Sendo assim, as participantes pontuam que tem um “jeito certo” de usar a renda mediada pelo PBF, o que significa dizer que o dinheiro concedido pela bolsa serve para investir, primordialmente, na alimentação, vestuário, material escolar e remédio para crianças. Com isso, através do “jeito certo” do PBF, elas também relatam que a titularidade influencia significativamente na autonomia da mulher no espaço doméstico, conforme expresso no seguinte diálogo:

Camila: Vocês consideram que a titularidade do cartão, o cartão ser no nome da mulher, influencia na autoridade e autonomia da mulher?

P2: Muito, porque você direciona certinho / já pensou se o cartão fosse no nome do marido?

P1: Ele vai passar lá no bar.

P2: E o problema continua dentro de casa.

P4: [...] a gente sabe o que que falta dentro de casa, sabe. Ela sabe que ela tem que fazer. Que às vezes o marido não tá trabalhando, aí tem o aluguel, tem isso e aquilo. Pera aí, eu vou ter que tirar da parte dos meus filhos? De jeito nenhum, ele vai ter que fazer a parte dele pra casa... E o bolsa família é pro material de escola, ou se um tá doente e tem que comprar um remédio. É a melhor coisa que fez, porque ela vai direcionar certinho. Agora se fosse no nome do homem [...]

P3: [...] Continua governo, dando bolsa pra mulher. Não dá bolsa pra homem não.

P5: Os filhos independente se é criança, adolescente. É sempre filho da mãe. Jeito de falar, é da expressão né. O pai em si hoje ele tá presente, mas amanhã pode não estar. Se o cartão tiver no nome dele, olha só como que vai ser pra aquela mãe ir lá depois justificar “não tô mais com o fulano e tal, ele foi embora”. E depois passar pro nome dela. Ela vai ter que ir lá pra fila de espera, pra poder voltar a receber normalmente. O direito é da criança. E a criança fica com quem? Com a mãe. Não fica com o pai.

P2: Com certeza quando eles fizeram isso eles já pensaram por esse lado. Porque realmente, algum problema na justiça se tiver que ir diante de um juiz, jamais vão retirar o filho da mãe.

P?: Porque a mulher [...] a necessidade de filho. A mulher não quer ver filho passando necessidade. Ela pega o que ela tiver que pegar. Ela pede o que ela precisar de pedir. Porque não é ela, é os *filhos* dela. E quando é filho [...]

P?: [...] se você for parar pra pensar, a mãe ela nunca quer ver um filho pedindo as coisa [...]

P?: Gente, a mulher é mãe, tem mais lábia. Tem mais cuidado.

A partir das falas mencionadas, observamos que a autonomia advinda da titularidade feminina no PBF pode se confundir com a função social oriunda da divisão sexual do trabalho que condiciona as mulheres em seu papel de mãe, cuidadora e do lar, bem como com a sua capacidade reprodutiva e biológica. Nesse sentido, podemos pensar que tal autonomia é para a mãe, e não para a mulher, embora a mulher seja a mãe. Em função disso, as participantes relatam que os homens, por uma suposta falta de capacidade materna, não saberiam gerenciar a titularidade. Além disso, elas dizem que o machismo (orgulho ou senso de superioridade) impede qualquer titularidade ou responsabilidade masculina com os cuidados domésticos: P?: *O homem geralmente é machista*, P?: *o homem se deixa ficar passando necessidade por vergonha [...]*, P?: *não é que tem vergonha. Os homens são bem machistas em relação a coisas que tem que pedir.*

P5: É... ela que torna-se o chefe da família, né, mas as vezes não é o caso. As vezes tem pai, tem a mãe, tudo direitinho em casa. Mas o homem de certa forma ele fica *envergonhado* de recorrer a pedir ajuda, entendeu?

P?: [...] o homem acha uma humilhação pra ele pelo fato de ele não tá conseguindo emprego e tudo, ele não recorre. Mas aí a mulher sempre é que toma atitude de ir ter um acréscimo de renda na família.

P5: [...] eu tive uma fase que eu precisei de uma ajuda. Aí eu consegui uma cesta básica, aqui mesmo no CRAS aqui. Pro meu marido buscar a cesta. Só Jesus. Tinha que fazer uma oração forte pra poder ele ir buscar / Além de eu ter que pedir, ganhei a cesta e pra poder buscar ainda foi difícil.

Quando questionadas sobre os possíveis efeitos negativos da titularidade feminina e sua responsabilização com os cuidados do espaço doméstico, elas falam sobre os sentimentos que permeiam o ser mãe diante das dificuldades impostas pela vida em seus cotidianos:

P?: Eu acho que o único peso que eu, assim, pela experiência que eu já passei. O único peso é a gente ficar com aquilo na cabeça, que cê tá ensinando pro seus filhos / seus filhos estão crescendo. E você tá ali. O pai é presente mas ao mesmo tempo é ausente porque foi criado de uma outra maneira. [...] Assim, mora num lugar muito violento, aí já é mais uma preocupação. Eu também tenho que trabalhar fora, sabe. Então isso tudo / a única pressão que eu acho.

P?: E tem o emocional também, não são todas que lidam muito bem não (suposição). Que é difícil deixar uma criança chorando na creche. Meu filho ficou na creche, ele já tava com 4 anos, eu tive que empurrar e colocar a força.

Além disso, elas também comentam sobre os sentidos atribuídos diante das crenças correntes no senso comum, de acordo com o seguinte diálogo:

P?: E, também, às vezes a pessoa olha assim pra você / você tá trabalhando fora, mas você tem o benefício do bolsa família e alguém fica sabendo “nossa, aquela ali além de trabalhar fora ainda ganha o bolsa família”. Mas não sabe a realidade dentro da sua casa, da boca dos seus filhos. Sabe, isso pra mim é negativo e é meio assim, a mulher fica meio deprimida porque além de aguentar o fardo de ter que deixar os filhos pequenos, né, não chega a ser um fardo porque a mulher que [...] tenho certeza que muitas, assim, enfrentam de peito aberto. eu tenho que deixar na creche, eu tenho que deixar na escola. Graças a Deus que tá na escola, que tenha creche, e vou trabalhar. Mas quer dizer, aí você escuta um discurso assim meio, sabe...

P?: Você sai de casa, trabalha e a pessoa fala “poxa, é olho grande, ela trabalha e recebe o benefício ainda”.

P?: Bolsonaro gritou isso lá no meio do calçadão: bolsa vagabundo...

P?: E uma coisa também igual a questão de bolsa vagabundo, igual cita assim. A pessoa quando fala isso acha que a bolsa família é o sustento. E não é. Ela é de certa forma uma *ajuda*. Não é que a pessoa parou de trabalhar e vai viver do bolsa família porque não tem como viver do bolsa família. A pessoa tem que começar a entender que é simplesmente uma ajuda. Então é uma coisa que é pra poder complementar a renda, não é pra poder sustentar.

Um elemento importante presente nas falas acima é a forma como as mulheres dão sentido e conteúdo ao PBF, a partir de uma relação ambígua, entre direito, favor e ajuda. Além disso, o discurso religioso ou ajuda divina, diante da concretude da vida, também aparece como elemento forte em alguns momentos da discussão: P?: *nossa, mas é tão pouco, gente mas esse pouco, Deus faz milagre*; P?: *Deus não abandona ninguém. Então ele não abandona ninguém...*; P?: *graças a Deus que eu corri atrás de tudo, dei entrada nos papéis e consegui regularizar o meu cadastro.*

P?: Eu já recebi bolsa família há muitos anos atrás, graças a Deus. Graças a Deus que na minha família não faltou o Danoninho, o biscoito. Que eu não podia [...] o leite. Então assim, não tem nem palavra. Não tem nem palavra. Só agradecida. Porque mesmo que seja pouco, mas é um pouco que vai acrescentar muito...

P?: Quando eu ganhei o PBF agradei muito a Deus. Né, a gente não tá puxando saco de governo não porque governo não merece não, tem obrigação de ajudar mesmo. Mas assim, hoje graças a Deus eu só tenho a agradecer.

Quando questionadas sobre sugestões para o aprimoramento do PBF, elas levantam o poder do voto nas eleições políticas e uma maior cobrança da população sobre os candidatos eleitos. A falta de opção perante a realidade e a defesa de maior fiscalização também aparecem como propostas de melhorias, atribuindo, assim, responsabilidades individuais:

P?: Não tem como melhorar.

P?: Pra melhorar nessa parte, é a gente.

P?: É uma coisa que a gente erra muito, eu penso isso, não sei se é verdade. A gente na lábia das promessas que eles fazem. Não adianta eles fazer promessa que não sabe se pode cumprir. Mas a culpa é de quem? É nossa.

P?: O voto ele é livre e nós temo que aprender isso. E não é porque [...] eu nunca tinha visto uma coisa dessa, uma coisa feia. Um ficar brigando com o outro, xingando o outro [...] Então não tem que ficar brigando por eles não, tem que brigar pela vida da gente [...] pelo povo e não pela causa deles.

Algumas também afirmam:

P?: Eu acho, igual [...] mas eu acho que ensinar o povo a pescar. Não dar o peixe na mão.

P?: [...] o governo tem que dá o bolsa família sim, mas dar mais autossuficiência ((suposição)), né, correr atrás [...]

P?: Eu acho que tem que começar de baixo pra conseguir alguma coisa. Porque nem [...] Às vezes você vê mulheres donas de casa [...] Mas se tiver mais... base, tipo o CRAS mais na comunidade, mais escola na comunidade. Eu acho que seria melhor.

P5: Se tivesse mais condição, né, mais educação...

P3: Até mesmo investigar mesmo se quem recebe o bolsa família realmente precisa mesmo. Tem tanta gente que precisa mais... a pessoa tá ganhando mas pode não precisar.

Nesse cenário, a discussão sobre as propostas de melhorias adquiriu caráter mais fiscalizatório por parte da sociedade e do governo. A figura da pessoa “mamando nas tetas do governo”, tão presente no imaginário social, sobretudo no atual governo, se concretiza e polariza o debate entre nós (aqueles que precisam/necessitados) e os outros (aqueles que não necessitam, mas tem o auxílio).

P3: Eu conheço / eu moro perto de pessoas assim. Eu vejo de pernas pro alto [...] e vai pra casa dormir... Cê fala assim: a pessoa não vai trabalhar porque tem criança pequena. Não... Não, não. Vamos investigar. Eu costumo falar, se / eu vejo cada coisa que eu falo assim / dá vontade de virar X9 no bairro. Começar a filmar. Alá, levou as crianças pra creche agora, que que a mãe vai fazer agora? P?: Deitar e dormir

P?: Vai ver TV

P?: Como é que é feita a investigação? Porque chega lá na hora. Se dá um CNPJ, se dá um CPF. Aí quer dizer, aí quando faz a inscrição lá teria como eles ter acesso? Entendeu? Teria como eles ter acesso de saber se tem alguém que tá no imposto de

renda, entendeu. De quem tá no imposto de renda pra poder beneficiar essa pessoa, mas eles não fazem nada disso.

P?: Não... tem a ouvidoria, quando há denúncia eles fazem a investigação.

P5: Mas aí de certa forma por que a gente vê noticiários de pessoas que tem o padrão de vida alto e tem o cartão do bolsa família?

P?: Isso é a corrupção.

P?: Isso é a corrupção. É uma coisa que tá pra todo lado.

P?: Eu já fiquei revoltada, perguntei pra menina uma vez [...] deus lhe perdoe essa pergunta, esse pensamento a gente pensa assim “ah, tem gente que não merece”, não precisa. Tem que trabalhar, não tá trabalhando, né, e às vezes não é por aí ... eu passei a parar e prestar mais atenção.

Por fim, o último tópico do debate concentrava-se em compreender as percepções das participantes sobre a discussão coletiva e a confecção das histórias de vida. Uma das mulheres, ex-bolsista do PBF, expressou:

P2: [...] muito emoção porque eu lembrei de uma época que pra ninguém é fácil. Aquela época de sofrimento mesmo [...] graças a Deus hoje eu vejo que com ajuda também eu superei. A gente tem que acreditar que a gente vai conseguir, entendeu, então tipo assim, eu lembrei de umas coisas meio ruinzinhas mas fiquei mais feliz por ter, com Deus, eu consegui. Hoje eu sou uma vitoriosa. Então cada um que recebe o bolsa família, seja da espécie que for da necessidade dele ((suposição)), essas pessoas tem que olhar pelos filhos e não por eles. Porque é uma ajuda que é um motivo a mais. Você ter um filho, seu filho [...] sabe, aquela vontade. Se não tiver um... antes do bolsa família era parente. [...] então assim, quando eu soube que eu... que é mais ou menos essa historinha aqui, eu [...] e quando eu fui pegar o dinheirinho, assim, a ajudinha né, eu vi que era 90 reais. 90 reais em 2013 era um dinheirinho ótimo. Excelente [...] meu deus, eu chorei muito. Agradei muito a Deus.

A proposta de escrever histórias de vida, a partir da ideia das personagens, de fato, facilitou possíveis identificações singulares e coletivas. Através das vozes das mulheres, bolsistas e não bolsistas, a história de Filomena, Lurdinha e Maria Joaquina foi contada e vivida, permitindo, conforme os relatos expressos, o diálogo sobre os sentidos do ser mulher, mãe e assistida pelo PBF. Assim, no intuito de aprofundar o debate e apreender suas trajetórias, quatro das 18 mulheres do grupo participaram das entrevistas em profundidade com ênfase na história de vida.

4.3 CHEGOU A VEZ DE CONHECER A MARIA, MAHIN, MARIELLE E MALÊ

Mesmo ciente das infinitas singularidades que compõem a história de vida de cada uma das mulheres entrevistadas, busquei traçar um perfil de cada uma delas. Como forma de garantir o anonimato, seus nomes verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios (nem tão fictícios assim), representando a história das Marias, Mahins, Marielles e Malês.

Conheci Maria, negra, 28 anos de idade, no final de setembro de 2018, nos encontros do grupo Costurando Vidas. É casada e possui três filhos pequenos de 10, 7 e 4 anos de idade, sendo dois meninos e uma menina. Recebe o PBF desde o nascimento do primeiro filho e, atualmente, sua bolsa é no valor de R\$117,00. Ela diz não entender o valor, pois antes de cadastrar a sua filha caçula, ela recebia R\$217,00. Conheceu o CRAS através da sua sogra que também recebia o PBF.

Às vezes, Maria, pega reciclagem, lava roupa e faz faxina *“na casa dos outros”*. Também já trabalhou de carteira assinada, mas hoje está difícil arrumar um emprego, *“porque eles escolhem a pessoa no modo de se vestir”*. Ela me contou sobre o seu arrependimento de ter parado de estudar na 7ª série, tem vontade de retomar os estudos, mas está sem tempo, *“por causa dos meninos”*. Sua casa foi construída pelo marido no terreno da família dele. Antes disso, em 2014, eles moravam em um quarto-cozinha cedido na casa de sua sogra, *“aí a rua cedeu, empurrou o muro, o muro caiu em cima da minha casa e a gente perdeu tudo”*.

Foram raras as vezes em que ela faltou aos encontros do grupo. Maria foi a primeira a me contar sobre o episódio do tiroteio na pracinha e, percebendo sua disposição para contar sua história, a convidei para participar das entrevistas. Ela aceitou o convite na hora, nossa conversa foi realizada no CRAS no dia 20 de fevereiro de 2019 e durou cerca de uma hora.

Mahin, branca, 30 anos de idade, também a conheci nas minhas primeiras participações do grupo Costurando Vidas. Ela me conta que cresceu no bairro Jardim Esperança, na casa de seus pais. Seu pai era muito rígido e a batia muito e, por isso, diz que seu maior sonho era o de casar, *“porque eu já não suportava mais ficar dentro de casa, aquela pressão”*. No entanto, foi seu pai quem a expulsou de casa. Na época, ela estava namorando com o seu atual marido, mas *“meu pai não queria que eu namorasse ele. Aí começou a me ameaçar dentro de casa, falando que se eu continuasse com ele, ele ia me matar, essas coisa assim (...) Aí um dia ele me expulsou, me colocou pra fora de casa, aí eu fui obrigada, me vi obrigada a vir pra cá. Porque eu não tinha pra onde ir”*. Mora com seu marido há 9 anos e está oficialmente casada há 2, sua união se deu através do casamento comunitário da PJF. Eles têm uma filha de 7 anos de idade.

Seu contato com o PBF é desde quando morava na casa de seus pais, que sempre receberam o auxílio. Contudo, foi somente em dezembro de 2018 que ela conseguiu regularizar o seu cadastro no CRAS e, atualmente, sua bolsa é no valor de R\$42,00. Relata ter dificuldades de arrumar emprego, por causa do tempo exigido com os cuidados domésticos. Além disso, tem vontade de voltar a estudar, diz ter parado no 1º ano do ensino médio, mas não percebe incentivo ou apoio do marido.

Mahin sempre se mostrou comunicativa e disposta a conversar, quando a convidei para a entrevista, ela harmoniosamente aceitou o convite. Nossa conversa também foi realizada no CRAS no dia 20 de fevereiro de 2019 e durou cerca de 50 minutos.

Marielle, negra, 33 anos, também frequentava o grupo desde o início do projeto Costurando Vidas, com exceção de um período em que ela conseguiu emprego, mas logo retornou, pois devido a uma exigência de troca de turno, precisou pedir demissão. *“Ainda bem que não chegaram assinar a minha carteira”*, ela diz aliviada por não ter comprometido o PBF. Mora junto com o seu marido há 12 anos, sendo 5 anos de casamento civil. Eles têm uma filha de 11, um filho de 4 anos e a guarda de um sobrinho de 5 anos de idade. Com 16 diplomas, ela gosta de ressaltar os cursos profissionais que possui, embora não tenha completado o ensino médio.

Durante anos, sofreu violência doméstica e acredita que o nascimento da sua filha mais velha foi um milagre, pois *“eu só almoçava. Não tinha janta, não tinha café, não tinha nada. Eu falo assim, minha filha viva hoje é um milagre de Deus. E ela nasceu com cinco quilos e 50 centímetros. Eu não entendo por que, porque só almoçava. Só almoçava. E a janta, não podia jantar”*. A mãe de Marielle é usuária de drogas (crack), tem sífilis e HIV, *“cheguei a morar um tempo com ela na rua”*. Nunca teve uma família, ela conta. Além disso, ela cresceu trabalhando e morando *“na casa dos outros”* e com 15 anos foi assediada pelo patrão.

Desde 2014, Marielle mora em um terreno da PJF que estava abandonado, ela e seu marido ocuparam e começaram a construir. Orgulhosa, ela me conta que conseguiu regularizar a posse do terreno com a prefeitura. Ela conheceu o CRAS através de uma carta convite para o programa Família 2000, recebe o PBF há 11 anos e, atualmente, o valor total de sua bolsa é de R\$358.

Ela aceitou participar da entrevista sem nenhum problema. A nossa conversa foi realizada no CRAS no dia 27 de fevereiro de 2019 e durou cerca de uma hora, devido a sua trajetória de vida permeada por inúmeras dificuldades materiais e concretas, foi a mais difícil para mim. Após o nosso encontro, questionei ainda mais a função da pesquisa acadêmica e o compromisso ético e político com as participantes. No meu último dia de observação, me contou seu desejo de voltar a estudar para cursar psicologia.

Conheci Malê, negra, 21 anos, assim como Maria, Marielle e Mahin, no início do período de OP no grupo em funcionamento na Igreja. Ela mora com o companheiro há 6 anos e eles têm uma filha de 4 anos de idade. Seu marido é ex-presidiário e no momento eles estão desempregados. Seu sustento, primordialmente, vem da cesta básica do Curumim e do PBF, recebe o valor de R\$232,00. Além disso, trabalha como catadora nos dias de segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira, o que garante, mais ou menos, o valor de R\$ 30,00 a 50,00 mensais. Também faz faxina, unha, *“o que aparecer, eu faço, até capino”*. Relata que já trabalhou com carteira assinada, mas sua filha era muito pequena e apresentava muitos problemas de saúde e, por isso, precisou sair do serviço. Nessa época, foi morar em um cômodo de pau a pique cedido pela sogra, que depois veio a dividir o terreno entre eles.

Ela conheceu o CRAS através de um projeto que acontecia na praça. Há 4 anos recebe o PBF por indicação de sua mãe, que também era bolsista do programa. Quando realizou o cadastro, seu marido estava preso e *“a situação piorou, assim, apertou mais”*. Nossa conversa se deu no CRAS no dia 13 de março de 2019 e durou cerca de uma hora. Malê conta que foi muita emoção quando viu que ia receber o valor e, graças a ele, consegue comprar material escolar, caderno, remédios e outras coisas para sua filha. *“O dinheiro do Bolsa Família eu deixo mais pro consumo da L., porque é para ela, aí eu deixo mais pro consumo dela”*.

4.3.1 TRAJETÓRIA DE VIDA: DO SINGULAR AO COLETIVO

As histórias de vida de Maria, Mahin, Marielle e Malê, embora singulares, apontam uma dimensão coletiva, sendo as relações familiares um dos elementos fundamentais em suas trajetórias. Dessa forma, ao serem questionadas sobre suas histórias (gostaria que você me falasse um pouco da sua história), elas conduziram suas respostas através do seus respectivos papéis e posições no cotidiano familiar. Maria e Mahin, em um primeiro momento, inclusive, demonstraram certo espanto com essa indagação inicial:

Maria: ((risos)) Ai gente tô morrendo de rir. Não tem nada demais em mim... Ai- meu-Deus... O que eu vou falar de mim, gente?

Mahin: ((risos)) Ah, acho que já deu pra você saber um pouco... Eh... é pra eu contar... não sei não. Acho que não tem nada pra saber de mim.

Marielle e Malê imediatamente se posicionaram enquanto mães e casadas, trazendo elementos importantes que cruzam as demais trajetórias, principalmente a partir das dificuldades cotidianas que marcaram (e ainda marcam) as suas vidas:

Malê: Ah, minha vida é assim. Agora não tô trabalhando não, tô desempregada. E eu sou dona de casa, né, mora eu meu esposo e minha filha. E como meu esposo é ex-presidiário, então não é muitas pessoa aceita, aí ele tá em casa também. Eu sustento pelo acesso da bolsa família e graças a Deus dá pra gente. E a cesta do Curumim.

Marielle: Ah, minha história é... tem 11 anos / 12 anos que eu sou casada. Cinco de casado, o resto amigado, mas tem 5 anos que eu casei no civil mas de junto tem 12 anos. Tenho uma filha de 11, tenho um filho de 4 e meu sobrinho que eu crio de 5 anos. Eh... assim, um tempo da minha vida, assim, quando eu fiquei grávida da minha menina, passei um período muito ruim. Porque eu, se eu estou aqui hoje minha filha é um milagre, eu não escondi pra ninguém, né. Eu sofri violência doméstica do meu esposo. Eu engravidei da minha menina [...] grávida. Eu ficava em cárcere privado, ele não me deixava eu sair. Mesmo

ele trabalhando, eu podia ir na rua ao invés de ficar dentro de casa, mas eu tinha tanto medo, que ele falava comigo tanta coisa então, cinco anos da minha vida eu sofri violência doméstica, mas através do CRAS eu consegui ressurgir e consegui denunciar, né. E... desses seis anos pra cá, minha convivência com meu marido é outra. Eu... fui na delegacia, ele pagou cesta básica, ele faz reunião, essas reuniões de homem, ele faz / ele mudou muito. O meu marido não bebe, meu marido não fuma. Lá na delegacia o povo ficou besta que meu marido não bebe, não fuma, não tem histórico de nada, mas o histórico dele é do pai que batia na mãe, então isso pra ele era normal. Porque era um ciclo na vida dele, né, mas graças a Deus tem seis anos que a gente não convive com isso mais. A gente tem, a gente discute, briga de casal. Mas não discute igual antes porque o que aconteceu refletiu na minha filha, minha filha tem déficit de aprendizagem, ela custa aprender as coisas. Eu creio que por conta do ambiente que ela via, acontecia dentro de casa ela não podia fazer nada. Pequeninha, ela só chorava né. Então ele viu que se refletiu na filha dele e ele melhorou, graças a Deus. Essa é minha história.

Após o espanto inicial, Maria e Mahin também conseguiram desenvolver suas falas:

Maria: Eu comecei a trabalhar com doze anos [...] Eu estava de babá, nunca dependi do meu pai e da minha mãe, graças a Deus. Meu pai abandonou minha mãe quando eu tinha... cinco anos, eles terminaram. Aí eu morava com meu pai, morava com a minha mãe, morava com meu pai, morava com a minha mãe. Aí eu ficava no Santo Antônio, São Benedito, Santo Antônio, São Benedito. E depois eu vim / acabou que eu vim morar com meu pai, com 13 anos. E tô aqui até hoje. Eu... engravidei com 18. Foi 18 anos o meu primeiro filho. Tô com o pai dos meus filho até hoje. ((silêncio)) Só. ((risada)).

Mahin: [...] Sempre me dei muito bem com a minha mãe, graças a Deus. Com meu pai não muito, meu pai sempre foi muito rígido, sabe, ele... tipo, por ele ser mais antigo, essas coisa assim, e a família dele / a criação da família dele, então... ele me tratou como ele foi tratado. Só que porém ele tratava só a mim. Minha irmã e meu irmão não. Meu irmão e minha irmã ele falava as coisa, eles batiam de frente, peitavam, não tavam nem aí. Eu já não, eu já sempre fui daquela. Calava, abaixava cabeça, e ficava quieta. Mais obediente, né [...] Sempre fui da igreja; sempre fui evangélica; sempre tive o sonho de casar. Eu mais que eu / eu saí de casa mais pra casar, mais por causa disso, porque eu já não suportava mais ficar dentro de casa, aquela pressão. E assim, quando eu conheci ele [*marido*] eu... conheci ele na igreja. Assim, na hora que eu vi ele eu já gostei, apesar dele ser bem mais velho, sabe. Mas assim, pra eu ser bem sincera se eu fosse voltar atrás, além da vida que eu tive / que eu tinha, que eu apanhava muito, eu não teria feito [*não teria casado*].

As narrativas revelam uma série de dificuldades que marcam suas histórias que expressam, sobretudo, sobre a condição de pobreza e as múltiplas dimensões da violência física e simbólica que podem ser naturalizadas ao enfatizar o lugar da mulher como expressão do espaço familiar. Os pais, filhos e maridos são personagens que, vinculados a um papel social daquilo que é comumente esperado do ser mulher, impõe, de certo modo, o lugar feminino. Contudo, a instituição família aparece como suporte fundamental para o reconhecimento de si no mundo e, por isso, “ter família” ou “ser casada” pode representar um símbolo de diferenciação ou destaque social, ainda que impregnado de valores morais coletivamente compartilhados. Sobre os seus cotidianos, elas ainda contam:

Maria: Acordo 5 horas da manhã, passo café... E mesmo se o celular não despertar eu acordo, já acostumei. Passo o café deles [*filhos e marido*], deixo arrumado. Aí vou e deito, fico encostada vendo jornal. Aí umas 6 e meia mais ou menos eu acordo eles, mando eles arrumar, tomar café. Eles ficam vendo desenho até umas 7 e meia, aí umas 7 e meia eu venho e trago eles pra escola. Vou pra casa, arrumo minha casa. E fico esperando dar o horário de busca eles. Eu busco de tarde, eu chego e coloco eles pra tomar banho. A menina eu coloco pra tomar banho que agora ela tá tomando banho sozinha. Faço janta. Umaseis e meia mais ou menos eles jantam, eles acostumaram comer cedo, então eu faço janta cedo. Aí jantam / eles jantam, coloco eles pra escovar dente. Eles escovam dente, deitam e... eu durmo cedo.

Mahin: Eu acordo, por eu não trabalhar eu acordo mais tarde. E durmo tarde também. Eu acordo tipo nove, dez horas. Ele [*o marido*] faz café todo dia, que o café dele é bom e ele detesta o meu café [...] Aí eu coloquei um horário: até 11 horas o almoço tem que tá pelo menos até a metade pronto, porque aí 11 horas eu coloco a minha filha debaixo do chuveiro, dou banho nela. Pra arrumar o cabelo dela. O cabelo é grande então todos os dias eu gosto de fazer um penteado diferente no cabelo dela, sabe [...] Aí, pra meio dia ela tá almoçando, eu trazer pro colégio, deixo ela no colégio. Volto pra casa e vou arrumar casa, lavar roupa, fazer as coisas que eu tenho que fazer. Pra / aí quando / depois que eu acabo de fazer tudo isso, pra vim buscar ela. Busco ela no colégio, já volto e / aí eu volto e tiro um descanso pra mim. Aí eu peguei, tipo, peguei ela cinco horas aí fico das 5 às 7 sem fazer nada. Todo dia. Eu coloquei isso, senão não aguento. Aí das 5 às 7 fico sentada assistindo novela, eu gosto das novelas que passam esse horário. Deu 7h, a hora que passa o MGTV, eu vou fazer janta. Aí faço janta, dou janta pra ela. Arrumo cozinha, arrumo a casa e vou dormi. Aí no dia seguinte... começa tudo de novo. Tudo de novo.

Marielle: A gente dorme cedo. A gente dorme 7 / quando não tem igreja, 7, 8 horas tá dormindo. Quando tem, a igreja acaba tarde porque é segunda, quarta e sexta, aí a gente dorme lá pras 10, 11 horas. Porque a igreja acaba tarde. Dia de semana eu acordo 5 horas,

que meu marido levanta. Aí eu já levanto pra arrumar as coisa das criança. Aí 6 horas eu levanto eles tudo, arrumo eles, arrumo a merenda deles. E 6 e 25 eu desço com a menina, ponho ela no ponto que ela vai sozinha. Subo pra levar os outros na escola. Eu levo eles na escola, aí chego em casa, arrumo casa e fico até 11 e 20 sozinha. Quando chega 11 e 20 a menina chega. Aí nós fica nós duas arrumando a casa.

Malê: Eu acordo as 7 / 6 e meia porque eu trago ela [*filha*] pro tempo integral do Curumim. Na hora que eu volto eu arrumo casa, como hoje é quarta feira, de tarde assim como eu não fui de manhã com as menina, então eu saio pra pegar um reciclagem hoje. Aí dia de quinta e terça eu deixo pra lavar uma roupa, deixo pra arrumar mais lá em casa pra gente ter tempo de segunda, quarta e sexta a gente poder ir pegar uma reciclagem. Vai eu, a vó do meu esposo, uma vizinha minha da casa do lado e a tia do meu marido.

O relato sobre o cotidiano dessas mulheres nos conduz, novamente, a pensar sobre o sentido de suas trajetórias, fortemente marcado pelo trabalho doméstico e de reprodução social. O cotidiano, aqui, é pensado a partir da rotina da casa. Assim, nos cabe refletir sobre a possibilidade de reprodução do único ideal apresentado como da ordem do possível, o ideal de boa mãe, o que coaduna com as discussões levantadas em grupo e com as observações no cotidiano do campo. Nesse cenário, questionei se elas não compartilhavam os cuidados da casa com outras pessoas:

Maria: Só eu, porque só fica eu em casa. A não ser fim de semana, fim de semana eu coloco meus filhos pra lavar vasilha. Mando lavar vasilha, mando varrer casa. Cada um tem que arrumar. Mas o pai deles faz comida, igual o / segunda feira eu tava lavando roupa, fui lavar roupa era cinco horas. Aí ele foi janta / ele deu janta aos menino. Ele colocou os menino pra tomar banho. Ele até que ajuda bastante. ((silêncio)).

Mahin: É só eu mesma. De vez em quando ele [*marido*] me ajuda, sabe. Aí ele varre a casa, mas varre reclamando. De vez em quando ele varre a casa [...]

Marielle: Assim, o meu marido ele... Às vezes eu vou na cidade no dia de sábado, ele que / quando eu chego a casa tá arrumada, ele lava a roupa, isso aí ele faz sabe. Não precisa nem pedir não. “ah, você vai fazer isso”. Não. Ele mesmo faz. Às vezes eu... igual assim, ele faltou o serviço, igual eu tô aqui, ele falou o serviço hoje, chegar lá a casa tá arrumada [...] Às vezes eu tenho que ir no posto fazer um exame, eu chego a casa tá arrumada, entendeu, é tranquilo. Essa área assim sempre foi, sempre foi assim nessa área. Mesmo na época da violência sempre foi assim.

Malê: Ah, é um peso. Mas igual minha mãe. Minha mãe ainda tem criança pequena. Não tem como eu ficar pedindo ajuda. Então se eu arrumei, eu tenho que fazer o máximo que

eu consigo. E dela [filha] Graças a Deus eu dou conta, porque antes de eu ter ela já olhava muitas crianças [...]

A partir das falas de Maria, Mahin e Marielle, podemos presenciar a figura do marido como alguém que “ajuda”, em maior ou menor grau, nos afazeres domésticos. Malê, por outro lado, associa a figura de sua mãe (outra mulher) como uma possibilidade para compartilhar a responsabilidade do cuidado. Além disso, em suas trajetórias, o papel e a função de cuidado com a casa e com os outros (marido e filhos) sempre estiveram presentes, desde a mais tenra idade. O que acaba sendo “naturalmente” reproduzido na geração de suas filhas, conforme Marielle diz, “*igual minha menina, minha menina tá ficando mocinha, eu dou um trabalhinho pra ela fazer. “ó, vai lavar essa vasilha aqui, vai lavar”*”. Cabe ressaltar que há uma relação complexa entre o papel social feminino com as atividades de cuidado doméstico e, por isso, podemos observar alguns efeitos entre a conciliação do trabalho doméstico com o trabalho formal assalariado. Sobre esse ponto, elas relatam:

Maria: eu penso em arrumar um emprego... agora pra arrumar emprego, tá bem mais difícil. O problema é o tempo. Aí eu fico / arrumo casa, faço tudo. De tarde tem que vim buscar [os filhos na escola], porque eu que busco, eu que trago e eu que busco. De noite, eu tenho que chegar, eu tenho que colocar eles pra tomar banho, eu tenho que fazer janta... Entendeu?

Marielle: Aí o que que acontece, meus filhos crescendo / igual eu tava trabalhando, perdi o serviço por causa deles. Porque, minha menina tava tomando conta deles nas férias. Aí minha própria cunhada falou que se eu continuasse trabalhando ela ia me denunciar. Aí que eu fiz, eu tive que optar. Saí do serviço pra ficar com eles [...] E também a patroa queria que eu voltasse pra casa de noite. De noite pra mim não dá, fica mais difícil. Porque o meu menino tem 4 anos e mama no meu peito até hoje. Não mama, né, ele faz meu peito de chupeta. A noite toda ele fica no meu peito. Então aí de noite não dá, ele não vai ficar. Ele vai ficar chorando. De noite ele vai dormir, vai acordar e cadê eu?

Malê: eu já trabalhei na Padaria, mas quando eu comecei a trabalhar lá, a minha filha tava dando muito problema de saúde, aí eu preferi sair [...] aí a mãe dele [do marido] cedeu um cômodo lá de pau a pique, um quarto pequeno com uma cozinha também pequena e um banheiro. Tava dando pra nois morar ((suposição)).

Contudo, por outro lado, a conquista do vínculo empregatício representa projetos e sonhos futuros:

Marielle: quando eu trabalho, nossa, fico até mais feliz. Minha autoestima até melhora. Aí eu penso assim / é isso que eu falo, é isso, eu espero eles [filhos] crescer mais um pouquinho pra mim... entendeu, pra mim sair, trabalhar, fazer minhas coisa. É isso.

Uma das mulheres ainda relata sobre a falta de estímulo ou incentivo de seu marido:

Mahin: eu sempre falo com ele “vou arrumar um serviço pra mim, nem que seja meio expediente”. Ele só dá uma risada, só da aquela risadinha de lado, sabe? [...] eu falo direto, cara, eu preciso arrumar um emprego pra mim, do jeito que tá não da / falo com ele. Que é só o dinheiro dele.

Em relação às diversas dificuldades para conciliar as atividades domésticas com o trabalho assalariado em suas trajetórias, as mulheres ainda narram o lugar que o PBF ocupa em suas vidas, o que será melhor descrito no próximo eixo.

4.3.2 O QUE CABE ÀS MULHERES NO BOLSA FAMÍLIA?

Ao propor pesquisar os efeitos do PBF na vida das mulheres bolsistas e titulares do programa, na perspectiva adotada nesta investigação, tornou-se necessário resgatar o momento de suas trajetórias em que se deu o acesso ao programa:

Maria: Quando eu fiz [...] foi minha sogra que me trouxe, porque ela já tinha os filho dela. Então assim... aí ela foi e falou assim / quando meu primeiro filho nasceu, quando ele fez um mês, ela me trouxe e eu fiz. Não demorou nem 1 ano pra mim conseguir. Tem 10 anos que eu recebo bolsa família. Eu pegava reciclável / e pego até hoje, não minto. A gente pegava reciclado, pegava garrafa... latinha... E meu esposo pegava papelão... A gente ia com a carroça, a gente pegava... E eu sempre vivi assim, desde quando eu comecei a namorar ele. Aí depois veio o bolsa família, eu diminui um pouco na reciclagem porque... o menino era pequeno, como eu carregava ele aí, assim, ele... começou a dar uma dermatite de pele. Quando ele era pequeno, aí eu tive que ficar correndo com ele pro médico, porque dava ferida. E eles não descobriam o que que era. Aí eu parei um pouco. Aí depois acabou que eu engravidei do meu segundo filho, depois de três anos, depois da menina. Eu vim, cadastrei eles também no Bolsa Família, e... tô recebendo até hoje.

Mahin: ... só ele [*marido*] que trabalha lá em casa. E eu dei mais entrada no pedido por causa disso. Pra eu ter / porque eu, não é que eu não consigo um emprego, eu ainda não procurei a fundo um emprego porque não tem quem fique com a minha filha. E aqui nesse bairro é muito perigoso, então não confio em quem possa trazer ela pro colégio. E contar com ele pra trazer eu não posso, porque ele sempre tem alguma coisa pra fazer, apesar dele trabalhar só nos finais de semana, ele quase não para em casa. Então aí assim, tipo assim, é só ele que tem um ganho. [...] E assim... praticamente eu não tenho dinheiro. Pra eu pedir dinheiro ele nossa, até hoje. Peço dinheiro ele, ele me dá dois reais. O que que eu vou fazer

com dois reais? A minha filha tem as necessidades dela e a gente que é mãe, a gente vê mais que o pai, né.

Nesta mesma direção, os relatos a seguir também reforçam como estas mulheres se inseriram no PBF, bem como o lugar que a política ocupa em suas vidas:

Marielle: Tava passando esse período, assim que minha menina nasceu eu fiz o bolsa família, o período de violência doméstica. [...] Então assim, durante cinco anos foi os cinco anos mais assim, pior da minha vida. Foi *muito* difícil, foi muito difícil. Eu falo assim, que a minha filha tá viva e eu é porque deus permitiu que / a gente ter algo na nossa vida. Porque, foi muito difícil. Aí quando eu ganhei ela... ele [*marido*] me deu / eu levei 52 pontos porque ela foi muito grande / ele tinha, ele tem muito ciúme de mim, tinha muito ciúme de mim, sabe. Ainda tem, mas não como antes. Então ele me deu um... chegou um homem ((suposição)) e tava vendo a nossa menina no quarto. Aí ele começou a brigar, me deu um / me levou pro banheiro e me deu um chute, arreventou meus ponto tudo. Ele foi muito ruim comigo, sabe, mas agora graças a Deus. Hoje em dia não tem mais essas coisas. Tem seis anos. Depois de seis anos, graças a Deus, não tem mais nada disso. [...] Nessa época morava eu, ele, as duas / as três irmãs dela. Duas menina, um rapaz. Meu sogro e minha sogra. Todo mundo. Aí vai todo mundo dormir no mesmo quarto. Aí minhas cunhada não queria que a gente ficava no quarto. Aí... no quarto da minha sogra tinha uma porta que tinha um corredor, mas o corredor destampado. Corredor mesmo, de passagem. A gente tampou uma passagem, a gente foi morar / dessa, dessa largura aqui assim / a gente foi morar eu, ele e minha filha. Aí moramo até ela fazer um ano de idade. Lá... lá eu deitava, meu marido ficava em pé. E as vezes eu... as vezes eu ficava em pé e ele deitava. Não dava pra deitar nois dois. A gente não dormia porque cada gambazão que passava. Aí esse período foi muito difícil também pra mim. Mas depois foi melhorando. [...] Antigamente o banheiro era muito grande nas casa, aí meu sogro deu esse banheiro pro meu marido pra gente morar, aí meu marido reformou e fomo morar dentro desse banheiro. Aí fui mudando a minha vida. Mas a violência durante cinco anos continuou. E eu tinha o bolsa família, o que pra mim foi muito bom porque. Porque eu, na época, eu lavava roupa na mão. A minha cunhada tinha um cartão, aí que que eu fiz. Com o dinheiro do bolsa / eu recebia pouco. Com 22 / eu recebia 22 reais. Com os 22 reais eu pagava minha cunhada e ela tirou um tanquinho pra mim. Esse tanquinho me ajudou muito, porque eu lavava roupa na mão. E onde que eu morava não tinha tanque, era a pia do banheiro, né. Cê lavar naquela pia de banheiro era muito difícil, aí ela comprou tanquinho, eu paguei o tanquinho tudinho com o dinheiro do bolsa família. O tanquinho durou até ano passado, cê acredita?

A narrativa de Marielle é forte ao escancarar uma realidade marcada pela opressão e violência. Sua história, além de ter provocado um certo mal-estar, induziu uma série de inquietações

sobre a própria função da pesquisa: quais as repercussões dessas histórias? Até que ponto a produção de pesquisa pode contribuir com a transformação dessas realidades? Compreendendo os desafios e limitações do estudo acadêmico, as inquietações se sucederam a partir da reflexão sobre o papel social da mulher, bem como a trama de opressões e violências a que estão submetidas. Debater sobre o nosso modelo de sociedade, nos dá margem para refletir sobre os contornos de suas trajetórias, fortemente marcada pela precariedade de condições de vida e violações de direitos. Malê também narra o momento em que o PBF se deu em sua vida:

Malê: Ah, minha mãe tinha, né? E quando eu comecei, ah, pegar, quando eu ganhei a minha filha, eu / a minha situação tava mais apertada, porque eu e ele [*marido*], tinha... nos tava trabalhando, tava mais apertado, aí minha mãe falou assim “vai lá e vê se consegue fazer”. Aí depois eu tive que sair do serviço e... Ele foi preso e eu fui lá tenta fazer. Isso foi que eu consegui. O primeiro valor do bolsa família que eu peguei [...] Aí eu lembro que eu tava com ela [*filha*]. Aí acho ela queria / nois tava na cidade, ela tava falando tanto de uma boneca *let it go* ((suposição)), que ela queria a *let it go*. E eu era doida pra comprar essa *let it go* pra ela, mas eu não tinha condição. Eu pegando o valor da bolsa família aí falei “ah, vou comprar a boneca”. Aí na hora que eu peguei a boneca ela falou assim “ah não, mãe, não compra não”. Aí eu “por quê?” Aí ela “vamo guardar esse dinheiro, pra gente comprar biscoito, comprar danone, falta um monte de coisa”. Coisa que tipo assim, lá em casa realmente não tem no dia a dia. Aí eu falei com ela assim “então vão”. Aí a gente foi no mercado, a gente comprou as coisa que ela queria tudo depois no final, na hora que a gente somou deu pra comprar a *let it go*, que foi a alegria dela.

A partir das narrativas acima, podemos pensar que o acesso ao PBF está fortemente marcado pela condição de pobreza e opressão em que a teia de suas vidas se desenvolveu (e desenvolve). O acesso ao dinheiro concedido pelo PBF para Maria e Mahin, por exemplo, permitiu uma certa renda regular feminina. Maria, inclusive, diz que o PBF possibilitou diminuir a frequência do trabalho precário de reciclagem, visto que seu filho desenvolveu uma dermatite grave:

Maria: Eu pude parar de catar material reciclado que era uma coisa que eu fazia. E pra quem acha assim “ah, tá catando material reciclado fica mexendo no lixo”, mas não é, é por pura necessidade. Porque eu prefiro pegar, mexer no lixo e pegar uma latinha do que roubar as coisas do outro. Então como eu tive que sustentar meus filhos, eu preferi essa opção, como eu não tinha vagas de emprego que me empregaram, eu optei por essa opção. Mas aí depois que eu comecei a receber bolsa família eu pude diminuir bastante, ainda mais que meu filho ficou com dermatite. Eu levava muito ele pra pegar reciclado, então eu colocava muito na mão dele com a mão suja. Eu tinha que dá mamá no peito [...]

Quando questionadas sobre o sentimento de receber o PBF, a relação ambígua entre favor, ajuda e direito, tão presente no grupo de discussão, também se apresentou como um importante elemento de discussão:

Maria: Assim, a bolsa família não é ruim... ele é um adiantamento que se pode ter pra merenda, cê pode comprar material escolar, se tiver que comprar algum remédio. Daí eu me sinto grata porque... eu acho que se não fosse o bolsa família eu acho que meus filhos / a maioria das coisas eles não tinham. Tem merenda todo mês, tem criança que não traz... Eu uso o dinheiro deles pra comprar merenda; eu uso o dinheiro deles pra comprar material escolar... uniforme; igual tem que comprar agora outra blusa de uniforme pro meu filho porque a blusa dele sumiu na escola... E se comprar pra um, tem que comprar pro outro ((risos)). Eu vejo o bolsa família como uma ajuda divina.

Mahin: Mas eu dei entrada no bolsa família achando que era mais, entendeu? Porque ajuda / eu recebo 40 reais, 42. Mas eu achei que era mais porque tipo assim, 40 reais é uma ajuda, né? É praticamente a merenda agora dela [*filha*] que eu tô... Eu recebo e tenho guardado pra fazer isso. Pra conseguir trazer uma merenda melhor pra ela, sabe? / Já ajuda. Já sei que todo mês eu tenho aquele dinheiro ali então eu posso contar com ele ali pra... pra tentar mais ou menos suprir as necessidades dela, né.

Marielle: O meu sobrinho toma um remédio. É 50 reais dois comprimidos. Então é uso contínuo, então que eu faço, eu ponho eu tiro a maior parte pra comprar remédio pra ele. E a outra parte eu compro leite, compro um biscoito, pra ele levar pra escola. Dou graças a Deus, ainda bem que Deus me ajuda com o bolsa família.

Malê: A merenda da escola, material, acabou um caderno eu vou e compro. Eu compro mais as coisas pra ela e me ajuda muito. Nossa senhora. Sem falar no remédio, igual agora o remédio e o médico. A bombinha dela [*filha*] é 120 reais. Os remédios dela por mês dá quase 200 reais. Já me ajuda, igual eu explico pro médico: não dá pra mim comprar tudo, eu compro um tanto um mês e um tanto o outro mês. Por isso que não tá dando pra mim pagar a cirurgia dela. Porque na hora que eu vou pensar em pagar a cirurgia, [...] que eu tinha comprado mês passado já acabou. E ela não pode ficar sem remédio. Ela não pode. Graças ao bolsa família que me ajuda.

O discurso religioso, nesse sentido, aparece central na constituição da história de suas vidas, o que aparenta justificar e confortar a realidade de opressão e pobreza a que estão submetidas. Imbricando-se com a mediação da política, tal discurso, de alguma maneira, concebe o direito de receber o PBF como uma bênção divina. Ademais, consoante a discussão grupal, as narrativas também expressam a forma como se utiliza o dinheiro da bolsa, evidenciando dois polos distintos: “jeito certo” e “jeito errado”. O “jeito certo” demonstra aproximar aquelas que são consideradas

“boas mães”, por outro lado, o “jeito errado”, acaba por caracterizar uma parcela das mulheres titulares e bolsistas como “outras”, o que dificulta o reconhecimento das mulheres enquanto unidade. Podemos perceber esses polos em diversos momentos das entrevistas, como em:

Maria: Acho que me pareço com algumas mulheres que recebem o bolsa família e outras não, tem umas que usam pra usar merda, né. Então... eu já penso o contrário. Eu prefiro pensar nos meus filhos do que pensar em mim própria. Porque tem mulher que pega o bolsa família, quer arrumar cabelinho, quer comprar shortinho, comprar sainha, andar bonitinha. Eu falei ando tudo esculhambada. Eu já penso ao contrário, eu prefiro arrumar os meus filho e ver eles bem arrumados do que comprar pra mim. [...] Porque as outras que recebe... assim, né, a gente não sabe a real situação de ninguém, mas a gente vê, tem gente com carrão. Recebe bolsa família. Tem mulher que pega em duas bolsa família; compra porcaria, droga, bebida. Então... eles / eu acho que realmente eles deviam rever o processo do Bolsa Família, e ver realmente quem precisa, igual falaram assim que eles iam começar a fazer visita / Vai fazer visita mesmo nas casa, porque tem tanta família aí que passa fome, que precisa e não consegue o bolsa família. Aí as outras ficam à toa o dia inteiro e consegue. É muito desigual nisso aí.

Tal fato, mais uma vez, aponta para a legitimidade de práticas fiscalizatórias, o que pode ser uma das facetas da política focalizada. Nesse sentido, elas pontuam:

Mahin: muitas mulheres têm o cartão bolsa família e não precisam, né. Realmente não precisam. Igual eu vejo aí, tem gente que tem 1 filha recebe quase 300, 200 e pouco, 300 reais. E ainda pergunta / porque eu tenho uma e recebo só 42. Aí as meninas tavam falando que mentiram, né, na hora de fazer o cadastro. Aí eu falei, aí já não é legal, né. Porque eu vim, fui sincera, falei a verdade. Falei o que tava acontecendo comigo, e tô recebendo só 42. Elas vieram, mentiram, aumentaram e tão recebendo mais. Então tem que mudar isso, né.

Malê: Ah, tem uma moça ali que mora numa casa boa, tem carro, tem quem ajuda ela e os filhos. Recebe 400 reis do bolsa família. Quando a gente precisa. Aí ela chega pra mim e fala “ah, recebi hoje”. “Quanto você recebeu?” “450”. Eu falo, “é... Deus trabalha na sua vida, menina”. Porque, tipo assim, a gente fica, assim, contando com aquele dinheiro, sabe. Por que que esse milagre não vem pra mim?

Ao indagar sobre a operacionalização do PBF, a relação das mulheres titulares com as condicionalidades do programa apareceu com bastante intensidade. De modo geral, as condicionalidades, bem como a titularidade feminina, não são problematizadas e compreendidas como da ordem do necessário, mínimo e indispensável:

Maria: Acho certo. Porque a escola independente do bolsa família ou não é obrigatória. E eu prefiro na escola do que na rua. Meus filhos estudam desde os três anos de idade. Todos os dois. A menina que entrou com quatro agora, ano passado, porque não teve maternal. Mas se tivesse eu tinha colocado também, com três anos... E eu não moro tão longe da escola assim, então não acontece de faltar não. Só falta se tiver doente ou se tiver médico. Que fora disso até chovendo eu trago. Eu acho que... é, tipo assim, é um dever que a gente tem pelo menos a cumprir, né. Porque querendo ou não eles não tão pedindo nada demais. É uma coisa que a gente já tem obrigação de fazer, porque a saúde e a escola vêm em primeiro lugar né. Porque primeiro a saúde é pro bem-estar do seu próprio filho. E a escola é uma coisa que eles vão levar pro futuro, porque se a gente não estudar a gente não é ninguém na vida. Eu me arrependo de ter parado na sétima série.

Mahin: Eu acho que tá certo, ué. Tem que, tipo, igual tem a pesagem. [...] Tô correndo atrás, já fui até na moça do posto que chegou no cantinho, né, e falando / já fui atrás dela e ela falou que só lá pra julho. Eu acho que tá certo, tem que fazer isso mesmo porque tem gente que é muito relaxado, né. Se não quer ter o benefício mas não quer que as coisas sejam direitas, entendeu? E pra ver também se tá usando aquele dinheiro direito, pra ver se tá indo pra uma coisa boa, porque senão não adianta.

Marielle: Pesagem, escola, isso aí eu faço direitinho. Eu faço direitinho. Tem que fazer. É o mínimo, né [...]

A “boa” relação com as condicionalidades do PBF pode indicar um quadro ilustrativo dos processos de representação social. Isso porque, através das narrativas das mulheres, podemos perceber o eco das vozes sociais como a que diz que cuidar da educação e saúde é mais do que obrigação, no caso, do papel social da mãe. Há ainda aquela voz que acusa se os filhos ficarem fora da escola ou “soltos” na rua, bem como aquela que diz, ainda que implícita, que a pessoa em situação de pobreza é relaxada ou acomodada.

Ao mesmo tempo, contudo, algumas mulheres relatam determinadas peculiaridades em relação às condicionalidades, levantando dúvidas sobre os aspectos da operacionalização do programa, chegando até, como é o caso de Maria e Malê, a terem suas bolsas bloqueadas em determinados momentos:

Maria: Eu tive um momento que eles falaram que meu filho não tava estudando. Constou no meu cadastro que ele não tava estudando / meu filho tava indo todo dia. Aí eu tive que reclamar; correr atrás; pegar declaração da escola... constou que era para mim ir no CRAS e “não sei o que, não sei do que fora da escola”. Aí eu fui no CRAS, a menina falou assim que meu cadastro tava direitinho, que não tinha nada do CRAS. Vim ali, fui ali na escola, a menina falou assim que manda as falta e as coisas dele / porque eles fazem tratamento de

dente na universidade. E... eles vão de 15 em 15 dias, então eu sempre trago o atestado. Eles vão na quinta e entrego aqui / trago na sexta. Aí eu perguntei para ela o que que aconteceu do atestado deles, o que que ela tava fazendo. Aí ela falou assim “não, eu mando tudo direitinho”. Aí fui parar na Secretaria de Educação... Aí a secretaria de educação falou assim que podia deixar pra lá porque era só um probleminha no sistema deles que tinham dado mesmo.

Malê: Eu já trabalhei de carteira assinada pelo pequeno aprendiz né, mas aquele de 22 ano. Então era meio expediente. Era 6 hora. Ganhava 600 e pouco e eles cortaram / Aí eles foi e cortou o bolsa família. Aí depois que eu fui lá, pedi pra voltar, expliquei a minha situação aí eles me explicaram que quando a pessoa tá de carteira assinada não pode receber a bolsa família. Aí eu expliquei, levei minha carteira pra eles ver. Agora que eu voltei a receber o de antes. Eles tava fazendo teste comigo, eles assinou minha carteira, mas eles tavam fazendo teste de 3 mês. Não tinha nem 3 mês que eu tava trabalhando. Aí quando eu fui renovar, porque no mês de eu renovar eles já tinham cortado [...] eu fui passar o cartão, tava dando lá “cartão inválido”. Aí eu fui no, na lotérica. Aí eu pedi a moça pra passar, a moça falou “tá dando cartão inválido. Vai ali no CRAS ver”. Aí eu cheguei lá a moça tinha falado que o bolsa família tava cortado. Foi, só eu passar no / não chegou uma carta, não chegou nada... E esse dinheiro era pra mim comprar o remédio da minha menina, aí eu fui e expliquei a mulher lá. A moça falou assim “mas agora cê vai ter que pegar os documento e renovar tudo de novo. Aí eu falei, “agora vou ter que ficar esperando até renovar pra mim poder comprar um remédio pra minha filha”. Ela falou “moça, porque aqui eles manda a regra e a gente faz”. Falei “tá”. Fui, tirei os documento tudo com dinheiro que eu nem tinha, aí tinha que desinteirar. Tirei xerox de tudo pra levar de novo.

Em função disso, podemos tensionar o caráter de incerteza e insegurança do programa em suas vidas, o que pode ser atrelado ao ideário provisório de ajuda ou favor. Nesse caso, a narrativa de Malê é elucidativa:

Malê: Aí às vezes quando eu passo o cartão, o cartão trava. Não que passar. Aí agora o cartão / eu insiro o cartão e elas fala que tem que fazer outro cartão porque o cartão já tá dando aquele negócio de... como trocou o cartão eu nem sabia que agora tem um novo cartão que tem que fazer, o cartão tá travado. Mas hoje em dia, tem a tensão de contar e não contar, hoje em dia eu também não fico contando tanto com o bolsa família. Que eu já passei tanto por isso do cartão travar eu não ter / acontecer igual uma vez eu / a minha filha teve que ficar em casa 15 dias, por causa do nariz dela tava saindo muita... coisa e eles tinha me entregado atestado. Eu entreguei o atestado na escola. Só que a escola não colocou no sistema o atestado / a falta. Aí eles foi, ficou minha bolsa família travada muito tempo. Fiquei uns dois meses sem receber. Que eles não colocou no sistema lá do... do

bolsa família. Mas eu tiro xerox do... sempre do... como que fala, do documento lá que o médico dá. Tiro xerox sempre. [...] Antes eu já contava muito, porque eu sabia ia tá e eu ia tirar o dinheiro. Hoje em dia eu não conto tanto. Então por isso que hoje em dia eu / “ah, tô precisando de uma coisa”. Até quintal eu capino, minha filha, não tenho vergonha de falar não. Vou com a minha mãe, porque minha mãe também capina quintal. Ela me chama, a gente vai, capina e dividi o dinheiro. Então eu vou comprando o máximo de remédio que eu tô podendo comprar. Mas eu acho que quando é pra ser, é. Não tem como. Deus sabe das coisas. Mas teve um dia também que eu quebrei o cartão foi um dia que eu cheguei lá e ficou travando... ah, fiquei nervosa e quebrei o cartão. Minha mãe falou “nossa, não podia ter feito isso não” aí eu falei, “ah, se tivesse alguma coisa aí tinha saído”. Aí passou duas semanas fui lá e fiz outro. Aí tive que esperar ficar chegando. Porque tem hora realmente que dá muita raiva, eu tava contando com aquilo. Nesse dia que lá em casa eu não tinha nem dinheiro da latinha que eu cato, não tinha dinheiro de nada, meu gás tinha acabado, até sem mantimento eu tava.

Todavia, todas as mulheres entrevistadas reforçaram os efeitos positivos do programa em suas histórias, vinculando a titularidade feminina a uma maior autonomia e independência no cotidiano de suas relações familiares e, sobretudo, conjugais:

Maria: Muita... muita coisa que mudou na minha vida foi depois do bolsa família. Eu passei a ser um pouco mais dependente de mim, sem ser dependente de um homem. Porque pra falar “ah, tem que comprar um chinelo pros meninos” eu tinha que pedir dinheiro pro pai deles. Então agora quando recebo o bolsa família eu já não peço, eu vou e compro o que tenho que comprar pra eles. Se sobrar eu compro uma coisa a mais. Compra biscoito, danone, fruta, que os menino adora. Umas banana. Eu vou compro fruta, eu levo eles pra sair quando não precisa de comprar nada. Então eu me sinto mais livre, sabe? por que pra tudo a gente tem que... “ah, fulano, preciso de um dinheiro pra comprar uma calcinha pra menina”. “Nossa, mas ela tá precisando de calcinha?” Então, é uma situação ruim. Igual, quando veio o bolsa família eu passei a ser um pouco mais independente, porque eu passei a comprar o que os meus filhos precisava, sem ter que dar satisfação pros outros... E sem ficar pedindo toda vez ele o dinheiro, né.

Mahin: Tipo... eu sei que nem agora / apesar de ser pouco / nem tudo eu preciso depender 100% dele mais, entendeu? Eu penso muito nisso, que será se um dia / não sei né / eu tiver mais, assim, saturada na minha vida, se eu tiver trabalhando, ganhando mais meu dinheiro, será que eu ficaria com ele, entendeu? Assim, eu não digo... Não sei, eu gosto muito dele e ele gosta de mim. Mas é difícil sabe? Tem muitas coisas que eu quero e ele não quer, muita... sabe, é difícil. Eu fico pensando isso. Porque isso já dá uma, tipo, uma autoridade / não é autoridade, mas que palavra que eu vou usar. Mas... tipo, é *meu*. É da *mulher*. Então o

homem, assim, entendeu. Igual ele [*marido*]... primeiro mês que eu fui receber, ele falou que se eu quisesse ele podia receber pra mim. Não que ele fosse gastar, porque ele não faz isso, entendeu. Mas eu falei assim “não, eu que tenho que ir. Desde a primeira vez o dinheiro tá no meu nome. Então sou eu que tenho que ir”. E também é um meio de eu sair mais, nem que seja pra eu ir no centro buscar o dinheiro, entendeu? Porque eu fico mais dentro de casa do que ele, e eu ainda sou nova, tenho 30 anos só. Então pra... tipo, pra mim poder ir, ver o que eu quero comprar, o que eu preciso. Ele não vai saber o que eu quero e o que eu preciso [...] agora as mulheres podem falar: *eu tô indo buscar*. Receber a bolsa família, entendeu? Não é mais o homem que... porque o homem geralmente é meio mandão, né. Tudo é ele, ele acha que ele é a cabeça então ele é tudo. Ele tem que fazer tudo. E agora tá mudando um pouco isso, né. Mas isso também mexe com a cabeça da gente, né, pelo menos com a minha.

Marielle: Pra mim é muito bom, porque eu não tinha renda nenhuma, né. Agora eu tenho / às vezes meu filho quer alguma coisa, eu tenho aquele dinheiro pra dar. Falo assim, ó, eu vou comprar / meu menino já até sabe, quando... ele vai na padaria ele “é, mãe, cê não tem dinheiro hoje né? Quando cê receber o bolsa família cê vai comprar”. Eu falo assim, “é, meu filho”. Ele já até sabe, por quê. Aí o bolsa família mudou muito muito a minha vida é o meu dinheiro pra comprar as coisas, né? Porque antigamente, mesmo ele [*marido*] me dando as coisas, ele... ele jogava na cara, sabe. Falava assim “sua vagabunda” / quando a gente brigava, assim, igual naquele período de cinco anos. “Sua vagabunda eu te dou isso, te dou aquilo”. Isso pra mim, ele me maltratava muito, entendeu? Isso pra mim mudou muito, porque igual eu falei, eu tenho a minha independência. Se eu quiser comprar isso, eu vou comprar isso. Porque o dinheiro, ele é meu e dos meus filhos. Entendeu?

Malê: Ah, pra mim mudou né. Porque... pelo cartão ser meu, eu já sei o que fazer com ele. Ah, pra mim mudou muita coisa, coisa que eu já passei antes... antes de não ter bolsa família e ter que ficar fazendo despesa sem conta pros outros porque eu não tinha como poder pagar, sabe. Pra poder comprar remédio, igual tem um homem ali que eles fala que empresta dinheiro, chegava no homem, o homem me cobrava aquele preço, tinha que ficar / aí de segunda e terça e sexta que eu tinha que ir pegar latinha aí tinha que sair toda semana pedindo latinha, eu pedia mantimento, os outro me ajudava com óleo, me ajudava com coisa pra mim não precisar usar aquele dinheiro da latinha pra mim poder pagar o dinheiro do remédio dela. Ai, era muito apertado pra mim. Eu sei lá, ele [*cartão*] tá comigo sabe. Tem que saber valorizar ele. Eu te falo que se não tivesse o programa da bolsa família no caso a minha situação hoje em dia estaria ainda mais difícil.

Maria, Mahin, Marielle e Malê, de modo geral, apontam mudanças reais em suas vidas a partir do acesso ao PBF. Em função de suas trajetórias, elas não demonstram maiores

questionamentos sobre a titularidade feminina, visto que elas percebem como da ordem do natural a responsabilização feminina pelo cuidado doméstico, embora as dificuldades sejam sentidas cotidianamente. No entanto, é interessante ressaltar como o espaço de conversa promovido pela entrevista com ênfase na história de vida se fez rico ao permitir às participantes um momento de reflexão sobre suas trajetórias. Mahin, por exemplo, hesitou sobre a sua função submissa frente ao marido e ainda colocou, de certo modo, o casamento em questionamento, caso conseguisse maior independência financeira. Com o intuito de estimular maior reflexão de como as suas histórias estão ligadas a questões políticas e societárias mais amplas, o último eixo do roteiro das entrevistas buscou compreender suas perspectivas de futuro para si e para o mundo.

4.3.3 EU NO MUNDO: SONHOS E INCERTEZAS

A fim de apontar perspectivas e possibilidades de construções futuras, o último momento das entrevistas buscou questionar as mulheres sobre ações políticas, planos para o futuro, sonhos e modelo de sociedade. Assim, este último tópico apresenta as categorias elaboradas a partir das reflexões e ações elencadas pelas mulheres frente ao cenário que estão inseridas. Em relação a possíveis mudanças políticas para as mulheres que recebem o PBF, elas apontam:

Maria: Eu daria mais oportunidades, mais vagas de emprego, mais ações sociais porque o bolsa família é bom, mas um curso, pra se profissionalizar. Mais pra frente, é bom. Igual tem gente que consegue curso, mas é menino novo, a gente mais velho não consegue um curso. Eu acho que um curso melhor pra muitas mulheres que, igual, faxineira, coisa. Poder arrumar um emprego melhor né. Não ter que ficar lavando a casa dos outro. É horrível, né, mas infelizmente é emprego que mais sai... você se humilha por uma miséria, porque é uma miséria que eles te pagam.

Marielle: Ah, sabe o que eu faria? Bolsa família é bom. Mas mulheres que recebem o bolsa família, podiam fazer uma cooperativa. Bolsa família é bom? É. Mas a gente não vai ficar a vida toda dependendo do bolsa família pra sempre. Então o que que a gente tinha que fazer: as pessoas que mexem com o bolsa família ((suposição)) tinham que fazer uma cooperativa pras mães do bolsa família. Pra não só ter que ficar dependendo daquilo pro resto da vida. Pra elas ganhar, o que, vê como é bom ganhar seu dinheiro trabalhando. É isso que eu faria.

Malê: Ah, sei lá, colocar bolsa família um benefício mais alto. Tem casa que a gente dá uma cesta ajuda, mas tem casa que precisa de duas. “Ah, cê precisa de duas? Então leva duas”. Ah, ajudaria no máximo a pessoa.

Em seguida a essa pergunta, tínhamos: “como você se imagina daqui alguns anos?”, o que gerou um mix de surpresa, euforia e pessimismo, indicando a perspectiva de um futuro melhor

atrelado ao lugar socialmente imposto para a mulher: casa e família. As narrativas de Mahin e Marielle, nesse caso, são ilustrativas:

Mahin: Ai, eu não imagino. Ah, acho que do mesmo jeito que eu tô hoje, porque... a não sei que eu tenha / aconteça esse milagre na minha vida: ganhar na mega sena por exemplo, quem dera. Não sei, daqui dois anos... nunca parei pra pensar na minha vida como que vai tá daqui a uns anos. Acho que do mesmo jeito. Uns anos atrás já tava do mesmo jeito. Eu queria que mudasse muita coisa, sabe... ganhar mais dinheiro, ter mais dinheiro, trabalhar. Queria muito trabalhar. Igual, eu tenho 30 anos / o meu sonho sempre foi gravar meu CD. E aí eu fico pensando “e se eu gravasse meu CD”? eu já parei pra pensar isso, como que seria. Eu já imagino eu viajando, compondo fora, entendeu, esses negócio assim. Mas por enquanto a minha vida é essa. Aí eu tenho, tenho vontade de estudar, tenho vontade de gravar meu CD, de cantar sabe. Queria viver só disso, não me preocupar mais. Igual tem muito cantora por aí que eu fico assim “gente”. Tem muitos cantores que estouram assim, né. Por que que não acontece comigo? É porque eu tô aqui dentro de casa, né?

Marielle: Se imagina? Não sei... ah, se imagina / ah, assim, mais independente / assim, eu sou independente. Mais ainda, sabe, eh... mais do que eu sou hoje. De que eu sou hoje eu me imagino melhor ainda, do que eu sou hoje, entendeu? Uma mulher resolvida, sabe. Decidida das coisas, isso que eu acho. Tipo assim, eu não quero ter mais filhos né, então quero ter mais a minha independência. Aí o que que acontece, meus filhos crescendo / igual eu tava trabalhando, perdi o serviço por causa deles. Porque eu quero assim, sabe, porque a gente tem que sair um pouco de casa. Eu só fico dentro de casa. Quero trabalhar fora. É isso.

Malê, por sua vez, afirma que seu sonho tem relação direta com a sua casa e família, visando, a partir disso, investir mais na educação da sua filha. Há ainda a forte presença do trabalho assalariado digno e com direitos trabalhistas como o meio de atingir os sonhos:

Malê: ah, daqui a alguns anos eu imagino eu trabalhando, com a minha casa arrumadinha do jeito que eu sonho. Com meu lar. Podendo dar muito mais as coisa pra minha filha que eu já dou hoje em dia. Ser uma mulher pra ela ((suposição)) pra quando ela crescer. Por isso que eu tento fazer o máximo, eu querer trabalhar, ensinar a ela a crescer, gostar de trabalhar. E ela ter o dinheiro dela... aí, eu me imagino sem o bolsa família, quero imaginar sem. Eu contando com o meu mesmo. Que aí o meu eu sei que vou chegar lá e vai ter. Vou passar o cartão e vou conseguir tirar.

De modo a apontar um caminho possível, as mulheres foram questionadas sobre um modelo de sociedade. Essa pergunta gerou uma certa confusão e o silêncio se fez presente. Mahin, inclusive,

afirmou não ter a capacidade de imaginar, indicando um desencanto em relação à participação popular na transformação social.

Mahin: Não sei, não sei tá. Nunca parei pra pensar, assim. Acho que é coisa, assim, que não precisa de eu pensar. Tem quem pense, né. Não vai fazer diferença... Aí eu vou pensar e vai adiantar o que? Eu vou lá e vou mudar alguma coisa? Não vou. Então eu / tipo assim, prefiro nem pensar entendeu. Vai continuar do mesmo jeito mesmo, então.

Maria, Marielle e Malê, por outro lado, afirmam:

Maria: Eu queria uma sociedade com mais empregos. E mais oportunidades pra pessoas igual / vai num lugar de chinelo e de coisa, cê não consegue um emprego. Cê não consegue o emprego, se ocê não tá arrumada. Se ocê não tem corpão, cabelão, rostinho bonitinho, cê não arruma emprego. Cê não consegue emprego como atendente. Agora vai uma pessoa bem arrumada, ela consegue rápido o emprego. Às vezes não tem experiência, não sabe fazer nada, é preguiçosa e consegue o emprego. E você que tem força de vontade e querer trabalhar, não consegue. E aí infelizmente a sociedade é desigual em todas as partes. ((silêncio))

Marielle: Eu queria assim, eu queria que não vou conseguir, mas eu queria que o mundo fosse menos violento e os homem não fosse tanto machista. Não ter muito preconceito, assim, é o mundo que eu imaginaria. Eu sei que não existe, né, mas é o mundo que eu imaginaria porque tem / igual, muitas mulheres estão morrendo nesse ano de 2019, muitas mulheres morreram. Então assim, eu queria um mundo que os homens ser menos machista. Eu quero uma sociedade assim. Um mundo assim.

Malê: ((silêncio)) ah... poderia ser assim, um amar o outro né? Um poder ajudar o outro, porque hoje em dia a pessoa anda, conversa, caminha com você mas sempre quer seu ruim. Então hoje em dia podia ser assim: você poder me ajudar e eu poder te ajudar. E aí a vida não ia ser assim. É um querendo ser mais que o outro, um querendo crescer mais que o outro sabendo que não tem capacidade disso. Então pra mim eu acho que a vida hoje em dia se um ajudasse o outro seria melhor.

ANÁLISE SOBRE AS HISTÓRIAS DAS MARIAS, MAHINS, MARIELLES E MALÊS

*“Proletários do mundo, quem lava vossas meias?”
(Movimento de Liberação das Mulheres)*

As histórias de vida da Maria, Mahin, Marielle e Malê, bem como as observações no cotidiano do campo e as questões levantadas pelo grupo de discussão, contribuem para refletirmos sobre a posição da mulher, sobretudo as mulheres negras, na estrutura social. Dentre outros elementos, as narrativas revelam a hegemonia da ideologia patriarcal na ordem burguesa, consistindo em um sistema de crenças e valores que naturaliza a posição subalterna da mulher em detrimento à posição de dominação do homem (Cisne & Santos, 2018; Saffioti, 2004).

A Política de Assistência Social brasileira, conforme observado, se concretiza através dos programas de transferência de renda, dentre os quais o PBF. Sob ideologia patriarcal e ascensão da agenda neoliberal, o Estado tem atribuído um lugar central à família, em especial, às mulheres, por considerá-las “naturalmente” cuidadoras na proporção de atenção e cuidados na gestão das políticas sociais, legitimando, assim, o papel social da mulher/mãe. Segundo Duque-Arrazola (2004), o sentido dado pela ideologia patriarcal, centrado na representação social da mulher no espaço doméstico, consolida-se através da mediação do Estado, por meio das políticas públicas, nos moldes em que estão estruturadas em nossa realidade social, em um processo tensionado pelas demandas do MPC.

Sob as determinações da divisão social e sexual do trabalho, a ideologia patriarcal também se cristaliza no mundo do trabalho e na reprodução das relações de poder na esfera social, conferindo um princípio hierárquico entre a associação do homem/produção/esfera pública e mulher/reprodução/espaço privado (Ferreira, 2017). Em termos históricos, Kergoat (2009) e Ávila (2009), apontam que o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres no âmbito familiar, traduz a forma com que o trabalho destinado à reprodução social assume na sociedade capitalista, além de apontar o forte vínculo entre a organização social com as necessidades do MPC, o que nos leva a considerar o caráter histórico do patriarcado.

O período da caça às bruxas, - brevemente ilustrado no início do segundo capítulo -, na transição do feudalismo para o capitalismo, acarretou a incorporação das atividades de reprodução social na unidade doméstica, reconfigurando as bases patriarcais que passaram a condicionar as mulheres à esfera privada e no papel de mãe- esposa-cuidadora (Federici, 2017). A historiadora feminista marxista italiana aponta o quão raramente o período da caça às bruxas aparece na

história do proletariado, o que reforça a invisibilidade das mulheres no processo de consolidação do capitalismo. Isso porque, a caça às mulheres, – denominadas bruxas –, nivelou o terreno para a construção de uma ordem patriarcal baseada na restrição das mulheres no mercado de trabalho assalariado. Nas palavras da autora: “convém demonstrar que a perseguição às bruxas (assim como o tráfico de escravos e os cercamentos) construiu um aspecto central da acumulação e da formação do proletariado moderno, tanto na Europa como no Novo Mundo (Federici, 2017, p.30).

Segundo Federici (2017; 2019), a violência foi o fio condutor no processo de acumulação primitiva. A expropriação de propriedades comunais e a privatização das terras, sobretudo no período dos cercamentos, consolidou as relações monetárias, o que implicou sérias dificuldades de sobrevivência por parte das mulheres. Nesse novo regime monetário, ocorre maior condicionamento do trabalho reprodutivo às mulheres, desenhando aquilo que viria a ser conhecido como “amor materno” ou “completude de uma mulher”. Com o surgimento do Estado, o papel da mulher, isto é, mãe, foi instituído e, por outro lado, no âmbito privado, a figura do homem (pai ou marido) é eleita representante na fiscalização e controle da conduta feminina. As mulheres são convocadas a desempenhar o papel de “boa mãe”, através do desenvolvimento de cuidados e atenção para com seus filhos e filhas. Segundo Badinter (1985), a exaltação do amor materno desenvolve-se no final do século XVIII, operando uma profunda transformação no processo de constituição das subjetividades, uma vez que transforma a imagem da mulher em mãe, bem como promove a associação do sentimento “amor” com o papel “materno”.

Rousseau, em 1762, em seu romance inacabado “*Émile e Sophie ou os Solitários*”, descreve o “verdadeiro” comportamento da mulher. Sob o olhar do filósofo, a personagem Sophie deveria cumprir com a sua obrigação de boa esposa e mãe, uma vez que isso faz parte da natureza e da boa educação feminina. Sophie é a esposa que completa seu marido Émile, isto é, ela é o que ele não é. Nesse sentido, Émile é caracterizado como forte, imperioso e de uma inteligência abstrata; Sophie, por sua vez, é definida como fraca, tímida, submissa e de uma inteligência prática. Mais de um século depois, o discurso psicanalítico de Freud também contribuiu com a idealização do papel social da mulher/mãe. De forma bem resumida, a teoria psicanalítica reforça a submissão da mulher em uma eterna busca fálica, colocando-a, por exemplo, em um lugar de desejo simbólico de se realizar plenamente em um homem, sendo este um filho ou companheiro, a partir das pulsões que, dentre outros elementos, movimentam a constante falta de um simbolismo masculino. Além disso, a psicanálise também levou a pensar que uma criança “infeliz” ou de “mau comportamento” é filho ou filha de uma mãe insuficiente ou “má”, no sentido de inadequação do seu papel social materno.

Dentre outros discursos “científicos” e hegemônicos, as mulheres que não tinham filhos ou não seguiam o padrão conservador eram consideradas anormais. Mesmo sob outras bases e configurações, ainda hoje, podemos perceber os ecos dessas premissas em nossa sociedade. Badinter (1985), salienta, ainda, que as práticas de dedicação materna, inicialmente, foram exclusivas a uma

parcela da burguesia, onde as mulheres passaram a ser reconhecidas como “sagradas” ou “rainhas do lar”. Desse modo, a instituição família foi se consolidando como “instituição-chave que assegurava a transmissão da propriedade e a reprodução da força de trabalho” (Federici, 2017, p.173), seguido por uma fiscalização e controle dos corpos femininos através da supervisão da sexualidade, procriação e vida familiar. Cabe ressaltar que, nesse contexto, o corpo da mulher torna-se peça fundamental para o capital, sendo a condição primordial para a existência da classe trabalhadora (Davis, 2016; Saffioti, 2004).

A desvalorização social deste trabalho ocorre simultaneamente a sua forte atribuição às mulheres, sob as exigências das novas formas de relações sociais de produção-reprodução e por meio de ideologias reproduzidas pela Igreja e Estado (Federici, 2019). Conforme afirma Davis (2016, p.230), a partir da separação entre produção doméstica e produção industrial, nos Estados Unidos, “um importante subproduto ideológico dessa transformação econômica radical foi o surgimento da ‘dona de casa’. As mulheres começaram a ser redefinidas ideologicamente como as guardiãs de uma desvalorizada vida doméstica”.

Na particularidade brasileira, marcada por sua condição de colônia de exploração, a organização do trabalho doméstico e de reprodução social toma contornos históricos determinados pelas relações patriarcais e coloniais assentadas no período escravocrata. Embora se tenha a abolição “formal” dos cativos, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres negras segue sendo provido de maneira assalariada, mantendo-se como uma das principais ocupações das mulheres negras através de um trabalho precário e servil. Ademais, o trabalho doméstico segue sendo o principal trabalho – invisibilizado e não remunerado – do conjunto de mulheres, convertido em um dom natural devido a capacidade biológica de gestar e parir uma criança (Davis, 2016; Federici, 2019). O trabalho doméstico e de cuidados torna-se, então, expressão máxima do afeto feminino, isto é, um “trabalho feito por amor” que, além do tempo de vida das mulheres, envolve disponibilidade emocional.

Em que pese o cotidiano das mulheres da pesquisa, as tarefas inerentes ao âmbito familiar englobam uma série de atividades que conformam o processo de trabalho de reprodução social: manutenção do espaço doméstico, provisão dos suprimentos necessários, higienização, limpeza, arrumação, preparação da alimentação, dentre outras atividades, em diversos momentos do dia. Esse conjunto de atividades voltado para a reprodução diária dos membros da família e a provisão de suas necessidades físicas, materiais e emocionais, tomando em conta a divisão sexual do trabalho, favorece o deslocamento das atividades do âmbito privado para o espaço público, designando o processo de socialização da reprodução, conforme aponta Duque-Arrazola (2004) ao citar Christopher Lasch (1991).

Conforme mencionado nos capítulos teóricos, as reformas neoliberais e políticas de ajuste estrutural reduziram o gasto do Estado com serviços e políticas sociais. O Estado, então, intensificou o movimento que partilha sua responsabilidade com as organizações não-governamentais, empresas, instituições religiosas e, sobretudo, com a instituição familiar (Montaño & Duriguetto, 2010; Teixeira, 2010). Este movimento deixa evidente que a família é a atual protagonista das

políticas sociais, contribuindo, assim, com a reprodução do chamado Estado familista (Mioto, Campos, & Carloto, 2015).

Falar de família na contemporaneidade supõe suas diferentes formas de constituição, configuração e múltiplos arranjos familiares. No entanto, a responsabilidade pelos cuidados, provisão de bem-estar e pelo trabalho doméstico de reprodução social é, ainda, em nossa sociedade, atribuída à figura da mulher, a partir de uma divisão sexual e desigual do trabalho, sob a ideologia patriarcal. Tal movimento, endossado pelo pensamento conversador, sobretudo no período bolsonarista, tenta restabelecer o ideal familiar tradicional baseado na concepção burguesa de homem, leia-se macho, provedor, e mulher, fêmea, cuidadora. Logo, uma concepção de lar imbecilizante (Brenner, 2015).

No entanto, há algumas contracorrentes que, talvez, “apareçam mais na forma como as pessoas vivem do que no sistema político no qual minorias conservadoras bem organizadas têm influência” (Brenner, 2015, p.303). Em concordância com as histórias de vida da Filomena, Joaquina, Lurdinha, produzidas, coletivamente, no grupo de discussão, muitas das famílias brasileiras são compostas por mães solteiras ou “sozinhas”, como as participantes do grupo colocaram. Os dados do IBGE (2017) revelam mais de 11,6 milhões de famílias chefiadas por mulheres, mães e sem cônjuge.

Há ainda de se considerar o significativo movimento de alguns homens e mulheres de romperem com os tradicionais padrões de gênero, compartilhando a responsabilidade no cotidiano de suas famílias e o sustento familiar, além de uma maior abertura social, embora contraditória, das relações homoafetivas, como o direito a união civil entre pessoas do mesmo gênero garantido pela jurisprudência brasileira, por exemplo. Contudo, mesmo sendo movimentos sociais importantes, “essas mudanças, no mínimo, fortaleceram a influência da família sobre os imaginários sociais e políticos populares” (BRENNER, 2015, p. 304). Nesse sentido, embora as famílias possam estar internamente mais democráticas, elas estão cada vez mais privadas, sobrecarregadas e isoladas, encerrando, inclusive, o debate para se imaginar diferentes tipos de comunidade e relações de reprodução social de apoio. Nas palavras da referida autora (p. 304) “em vez de nos organizarmos para uma alternativa revolucionária ao liberalismo da Guerra Fria e do Estado de bem-estar social, lutamos simplesmente para preservar um Estado de bem-estar mínimo”. A vida no capitalismo torna-se cada vez mais contraditória.

Além do mais, com o acirramento da crise capitalista, observa-se o crescimento da miséria e pobreza, conforme dados anteriormente aventados, o que tem atingido sobremaneira as mulheres mais pobres da classe trabalhadora. Em estudo publicado em 1978, a estadunidense Diane Pearce defende que o processo de feminização da pobreza tem início quando a mulher, sem marido ou companheiro, tem que prover o sustento familiar. Nessa lógica, a pobreza feminina é associada à ausência do marido ou companheiro no domicílio, reforçando o papel social do homem como provedor da família, assim como o da mulher como dependente desta estrutura familiar, como se pobreza feminina já não fosse uma realidade histórica (Aguilar, 2011; Novellino, 2004; Chant, 2006).

Embora os estudos em torno da chamada feminização da pobreza possam ter propiciado uma maior visibilidade da grande parcela de mulheres, sobretudo as não-brancas na base da pobreza, pode-se dizer que essa perspectiva foi capturada, pela hegemonia neoliberal, para idealizar os programas de enfrentamento à pobreza focalizados nas mulheres, dentre os quais o PBF. Sendo assim, além de carregar uma perspectiva de família burguesa, essa compreensão, em grande medida, legítima e orienta as políticas focalizadas que pouco superam, efetivamente, a pobreza, visto que não exercem impactos na redução da desigualdade entre ricos e pobres e, conseqüentemente, não altera a concentração de renda, embora o PBF tenha contribuído para a melhoria das condições de vida de uma grande parcela da classe trabalhadora (Ferreira, Ávila, & Vieira, 2014).

Segundo as referidas autoras, em consonância com Cisne (2014), as instituições multilaterais passaram a defender a centralidade das mulheres na implementação destas políticas, deixando o trabalho de reprodução social de forma “oculta”. Assim, a feminização da pobreza pode ter relação direta com o repasse de responsabilidade às mulheres no combate à pobreza, reproduzindo, inclusive, a própria divisão sexual do trabalho, aprofundando uma tendência histórica do estado patriarcal presente desde o período marcado pela caça às bruxas.

Na América Latina, os movimentos feministas dos anos 1970, de acordo com Schild (2016), emergiram no curso das lutas revolucionárias contra os regimes militares que tomaram o poder no Brasil em 1964, Bolívia em 1971, no Uruguai e Chile em 1973 e na Argentina em 1976, instituindo ditaduras altamente repressivas que usaram da tortura para eliminar qualquer pensamento progressista. Para a referida autora, em países como a Argentina e o Brasil, as políticas neoliberais foram implementadas por regimes pós-ditatoriais. Além disso, Silva (2014) observa que em países como Brasil, Uruguai e Argentina, os partidos políticos com raízes em movimentos sociais anti-neoliberais não efetivaram práticas que rompessem com o neoliberalismo, na verdade, tais partidos mantiveram-se dentro do modelo com políticas sociais compensatórias. E foi neste contexto que os programas sociais direcionados aos pobres incorporaram alguns conceitos do movimento feminista progressista, onde autonomia e empoderamento feminino veio a ser reformulada em termos de participação política e econômica, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento das políticas neoliberais da América Latina (Schild, 2016; Silva, 2014).

Sob o emblema do empoderamento e autonomia feminina, o PBF apela para a responsabilidade das mulheres e intensifica suas cargas de trabalho, tanto na gestão da política quanto em sua preocupação geral com o bem-estar de suas famílias. Assim, essa participação feminina se mostra contraditória, uma vez que o apelo à autonomia ou empoderamento das mulheres está entrelaçado a suposições tradicionais sobre seu papel de mãe (Duque-Arrazola, 2008; Mariano & Carloto, 2009), forjando a expectativa de que elas não só continuarão a se responsabilizar pelos cuidados da casa e de seus membros, como também na produção da força de trabalho para exploração capitalista. Desse modo, o tipo de autonomia e empoderamento proporcionada pelo modelo neoliberal tem andado de mãos dadas com a acumulação capitalista,

enquanto, dialeticamente, o trabalho de prestação de cuidados pesa ainda mais sobre os ombros das mulheres (Schild, 2016).

Em diversos momentos da pesquisa, as mulheres se intitularam mais empoderadas, autônomas e independentes, a partir da titularidade do PBF. Entre consensos e contradições, conforme exposto no segundo capítulo deste livro, Maria, Mahin, Marielle e Malê afirmaram os efeitos positivos do PBF sobre suas vidas, o que coaduna com alguns estudos apontados pela literatura (Pereira & Ribeiro, 2013; Pires, 2012; Pires, 2013; Rego & Pinzani, 2014). Dessa forma, mesmo observando as contradições inerentes ao Programa, alguns pressupostos levantados em torno da relação estabelecida entre as mulheres com o PBF foram confirmados, sobretudo em relação às condições materiais de gestão e destino dos recursos da bolsa que permitem sobreviver ao dia de amanhã.

A partir da titularidade feminina, as mulheres enfatizaram os aspectos econômicos e pontuaram melhorias em suas condições de vida, produzindo, inclusive, percepções mais valorizantes diante da gestão dos recursos para a compra dos itens de alimentação, material escolar, vestuário e remédios para seus filhos e filhas. Além disso, sobre a relação do PBF com o trabalho formal assalariado, algumas das mulheres entrevistadas narraram momentos em que a participação no programa, ainda que de forma tênue, se fez esteio para rejeitarem trabalhos mal remunerados, o que dialoga com as pesquisas realizadas pelas autoras Bartholo, Passos e Fontoura (2017) e Rego e Pinzani (2014). Ao mesmo tempo, o trabalho precário não formal, por meio dos “bicos”, se faz presente no desenrolar de suas vidas, de modo a complementar a transferência de renda concedida.

Outro elemento destacado por todas as mulheres, entre bolsistas e não bolsistas, que não estava, de certo modo, previsto no momento anterior ao campo, é a concordância ou até mesmo a naturalidade que a titularidade feminina e as condicionalidades impostas pelo PBF ocupam em seus cotidianos. Sob argumentos relacionados à finalidade da bolsa para a criação de seus filhos e filhas, ratifica-se o pressuposto sobre a contradição estabelecida pelo PBF no tocante ao papel das mulheres. Isso porque, ao mesmo tempo que o poder decisório da mulher no âmbito familiar é consideravelmente ampliado, o Estado delega a figura da mãe como representante legal da bolsa em nome da família, reforçando atribuições tradicionais vinculadas ao trabalho doméstico de cuidado e reprodução social. Em outras palavras, se por um lado, o PBF fortalece certos processos de autonomia das mulheres, por outro, não só mantém, mas alimenta a lógica tradicional ligada a divisão sexual do trabalho, e as tarefas cotidianas de cuidado continuam sob responsabilidade feminina, o que inviabiliza reais transformações na rede de opressões de gênero. Essa relação perversa, dentre outros estudos, já havia sido apontada pelas pesquisas da Duque-Azzarola (2004; 2008), Mariano e Carloto (2009) e Trierweiler (2014).

A história das Marias, Mahins, Marielles e Malês, através de suas narrativas, como pano de fundo, ilustra a função social da mãe ou ainda a representação social da “boa” mãe fortemente marcada pela maneira como a própria política se organiza, além da forma como a trama de suas vidas

se desenrolaram (e desenrolam). Conforme observado, suas percepções sobre a autonomia advinda da titularidade no PBF, demonstram-se, de certo modo, condicionadas a atender as necessidades de seus filhos e filhas, o que, obviamente, representa avanços importantes na posição de poder no espaço doméstico.

No entanto, como vimos, no atual modelo de política pública de assistência social brasileira, com residual participação do Estado, prevalece a gestão materna sobre os cuidados sociais e, assim, tensionamos que o trabalho não remunerado das mulheres- mães contribui na sustentação do PBF, assim como a ideologia patriarcal que condiciona a mulher no papel de mãe. Isso significa dizer que as mulheres participantes da pesquisa demonstraram processos limitados de autonomia, cuja concepção de autonomia promovida pelo PBF designa a permanência da divisão sexual e desigual do trabalho (Ferreira, Ávila, & Vieira, 2014). Partindo dessa concepção, para uma análise crítica da relação entre as mulheres e o PBF, uma breve explanação sobre o conceito de autonomia se faz crucial. Para Rodriguez (2010, p.31):

Há mais de uma década que refletimos sobre a autonomia econômica das mulheres e já comprovamos que ela não está determinada somente pela inserção das mulheres nos processos microeconômicos, mas, sobretudo, pelos impactos das políticas macroeconômicas sobre sua inserção na sociedade. Neste sentido, sabemos que essa autonomia econômica depende da contribuição das mulheres à criação de riquezas a partir de sua inserção no mercado de trabalho, por meio do chamado trabalho produtivo, ainda que, ao mesmo tempo, do invisível trabalho reprodutivo realizado no âmbito doméstico. Também consideramos que é impossível pensar a autonomia das mulheres sem analisar o contexto econômico e social, especialmente na região da América Latina, onde mudanças importantes têm se operado nas últimas décadas.

Com efeito, compreendemos que a autonomia feminina representa a capacidade de autodeterminar projetos de vida, o que está relacionado além do acesso à renda, mas acesso à serviços públicos de qualidade, direitos sociais assegurados, proteção social, acesso à política de cuidados, participação política, o fim das relações desiguais de gênero e raciais, assim como o extermínio da violência, controle e opressão de gênero. De certa maneira, o PBF e demais políticas sociais que elegem a mulher enquanto principal interlocutora, são associadas a uma suposta “sensibilidade de gênero”. No entanto, em que perspectiva as mulheres, enquanto sujeitos singulares e categoria coletiva, é concebida por estas políticas? A resposta reside, sobretudo, a partir da função materna, assim como o próprio nome Bolsa Família já designa, compreendendo, aqui, a família enquanto instituição conservadora e burguesa. Assim, ao mesmo tempo em que a titularidade feminina pode representar determinados ganhos no âmbito doméstico, conforme as próprias mulheres ouvidas reconheceram, a titularidade também pode contribuir no ofuscamento das raízes da barbárie capitalista, tornando-se, inclusive, um alibi para o neoliberalismo (Ferreira *et al.*, 2014).

Cabe ainda ressaltar que as mulheres participantes da pesquisa não se reconheceram enquanto trabalhadoras, pela falta do vínculo legal empregatício e pelo próprio processo de

naturalização de suas funções sociais, tão perversamente convertido em “obrigação da mãe” e “dedicação de amor”. Acima de tudo, sob a ideologia patriarcal, elas pouco se reconhecem enquanto sujeitos singulares e coletivos com necessidades específicas. Isso porque, a própria política se estrutura de maneira focalizada, não coletivizando as questões e, por isso, não foi possível observar uma busca coletiva por alternativas aos problemas que elas enfrentam. Na verdade, ao contrário, em diferentes momentos, elas apontaram ações fiscalizatórias e de vigilância sobre si próprias e sobre as outras mulheres bolsistas e titulares do Programa, rivalizando o debate a partir do “jeito certo” de usar a bolsa e diferenciando aquelas que são consideradas “boas” das “más” mães, o que nos indica uma lógica de política contributiva, isto é, o PBF é percebido na esfera do merecimento e contribuição, onde só deve receber quem merece, quem utiliza o dinheiro de forma honesta e correta. Logo, “as boas mães” (Marins, 2017; Paugam, 2003).

Da mesma maneira, o estudo realizado por Euzébios (2016) revela que a focalização pode desviar o foco do que precisa ser mudado, enfraquecendo o sentimento coletivo e laços de solidariedade, “colocando o pobre contra o pobre, não contra a pobreza” (Euzébios, 2016, p.263). Nessa lógica, para avaliarem o grau de merecimento, a ideia do “bom” pobre e do “mau” pobre também se concretiza. Dito de outra forma, as bolsistas percebem o PBF como um direito, favor ou “adianto” que deve ser concebido somente para quem “merece”, interiorizando a própria noção de beneficiária do Programa.

A partir da história das mulheres da pesquisa, tal concepção fica ainda mais evidente, pois o “bom” pobre, “bom merecedor” ou a “boa beneficiária” é aquela submissa, obediente que não se revolta. O consumo, inclusive, deve ser empregado com seus filhos e filhas, o que sinaliza a existência de um sistema amplo de vigilância político, social e moral, produzindo efeitos de docilização dos sujeitos inseridos na política e em suas relações sociais (Marins, 2017).

Dessa constatação, podemos aferir que a inserção das mulheres no PBF, nos moldes como estão, afasta a ideia do “nós” enquanto um todo, não colaborando com processos de tomada de consciência ou ainda com análises mais críticas sobre a realidade em que vivem e, portanto, elas não se mobilizam enquanto sujeitos coletivos fazendo valer seus direitos, organizando, por exemplo, melhorias para o Programa no qual participam. Além do mais, elas pouco se compreendem enquanto sujeitos do processo de transformação da realidade, o que nos exige repensar sobre nossas práticas como profissionais (no âmbito da política) e pesquisadores (Euzébios, 2016).

Conforme Ferreira, Ávila e Vieira (2014), o papel do Estado se faz por meio da regulação sobre as relações familiares. Trata-se, portanto, de manter a família patriarcal na qual o papel do homem é de prover a mais-valia para o capital enquanto as mulheres, “boas mães”, realizam de forma natural e gratuita o trabalho doméstico de cuidado, independente se estão inseridas ou não no mercado formal de trabalho. Por fim, entende-se que o capitalismo e o patriarcado são indissociáveis e as Marias, Mahins, Marielles e Malês trabalham, e trabalham muito. De modo geral, acordam cedo e o desenrolar de seus cotidianos é marcado por uma vida de Sophies, Amélias e Severinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa que se propõe estudar a realidade social jamais se esgota ao término de um livro ou pesquisa. Na verdade, ao contrário, novas reflexões surgem impondo novos desafios e questionamentos. No entanto, de modo a pontuar um fim, embora limitado, retornamos, aqui, à nossa questão de partida: quais são as relações que têm sido construídas pelo Estado Democrático de Direito com as mulheres no trato da questão da pobreza?

A complexidade do ponto de partida, conforme mencionado desde a introdução, mobilizou diversas problematizações, conduzidas desde os múltiplos conceitos sobre a pobreza até a caça às mulheres na Política de Assistência Social. Atualmente, o debate sobre as políticas sociais reside primordialmente sobre os programas de transferência de renda, visto que estes têm constituído o Sistema de Proteção Social brasileiro como alternativa para erradicar a pobreza. Os mecanismos de transferência regular e direta aos mais pobres dentre os pobres, dentre os quais o PBF, associado ao cumprimento das condicionalidades, visa atenuar as consequências estruturais advindas do capitalismo. No meio desse processo, através da agenda neoliberal, as famílias, além de alvo da política, são convocadas enquanto responsáveis para gerir e executar a esfera pública.

A presente pesquisa, de certa maneira, buscou mostrar o caráter sexuado do Estado através da particularidade da política de assistência social, sobremaneira o PBF, que atribui a figura da mulher como representante de cuidados na família burguesa, contribuindo para garantir a manutenção do sistema capitalista em sua face opressora. O papel da mulher, especificamente o da mulher-mãe-esposa-cuidadora-dona-de-casa, se dilui na expressão “família”, o que acaba por silenciá-las enquanto sujeitos coletivos.

Desde mais tenra idade, as atividades de reprodução social, executadas pelas mulheres, são socialmente exigidas e naturalizadas. Sendo assim, seu tempo, saberes e capacidade de trabalho são perversamente condicionados ao usufruto gratuito e explorado por parte do Estado e apropriado pela instituição familiar, garantindo a implementação de políticas sociais a baixo custo estatal. Um trabalho que não se cogita remuneração, mas colaboração em função do “dom” materno: “*a mulher é mais cuidadora*”. Mas de onde vem esse “cuidado”? Qual é o peso desse adjetivo?

A tendência do Estado de reduzir gastos sociais, sobrecarrega a figura da mulher. Em outras palavras, essa tendência interfere cotidianamente na vida das Marias, Mahins, Marielles e Malês. Elas, as mulheres, dentre outros confrontos e tensões, vivem uma vida marcada pelo trabalho de reprodução social, além das marcas da exploração do trabalho precário, onde muitas vão para mercado informal (fazem faxina, unha, capinam, reciclam lixo, etc.), em busca de uma vida digna de ser vivida. Desdobrando, assim, limites na constituição de si, na ausência de reconhecimento enquanto trabalhadoras não-assalariadas e nas dificuldades de acesso ao trabalho formal e outros direitos sociais. Desdobra-se, inclusive, relações de opressão no grupo doméstico familiar e situações de violência doméstica e de gênero, conforme narrado por elas.

Contudo, embora o cotidiano das mulheres titulares e bolsistas do PBF revele o quanto suas trajetórias são estruturadas pelas relações de cuidado aos outros (filho e marido), a forte realidade de pobreza em que vivem também revela uma certa posição de poder no âmbito familiar, mediante a administração da bolsa no orçamento doméstico, mesmo limitada a sua tradicional posição de “boa mãe beneficiária”. No entanto, por outro lado, o presente livro discute que tal posicionamento, embora significativo, se mostra insuficiente para transformar as relações que subordinam as mulheres no próprio âmbito familiar, uma vez que suas vidas permanecem organizadas em função do trabalho de reprodução sustentado pela crença de que *o filho é da mãe*, isto é, sem compartilhar suas responsabilidades com outras figuras, inclusive, a masculina.

Cooperativas das mulheres titulares do PBF, projetos geradores de emprego, renda e autossuficiência, são alternativas elencadas por elas enquanto propostas de melhorias para o programa, o que, de fato, poderiam contribuir na construção do processo de uma autonomia econômica, possibilitando, assim, mudanças da posição social da mulher tanto na esfera privada como na pública. Contudo, tais ações não estão sendo efetivadas pelo PBF, que se limita ao repasse de uma certa renda regular e demonstra depender do trabalho doméstico “natural” e invisibilizado.

Todavia, a realidade marcada pela extrema pobreza e miséria não anula a relevância do PBF, por apresentar impactos pontuais para as famílias inseridas que não dispõe, muitas vezes, de qualquer alimentação mínima. Contudo, acredita-se que os processos de combate à pobreza e/ou autonomia feminina permanecem ocultos se não articulados com avanços e lutas políticas, de modo a garantir uma educação gratuita e universal, moradias a baixo custo, direitos trabalhistas, serviços de saúde assegurados e demais serviços públicos de caráter universais de qualidade. Com isso, pode-se dizer que na democracia liberal, a titularidade feminina vestida de autonomia e empoderamento pode ser redefinida por meio de um discurso que na prática pode colaborar com a manutenção do *status quo*, através de uma lógica ligada à instrumentalização da mulher, para, inclusive, reforçar o lugar socialmente atribuído a ela: casa, família e pobreza.

No tocante à relação entre as mulheres e o PBF, alguns desafios merecem destaque: 1) as esferas governamentais e, de forma geral, a sociedade civil, necessitam aprofundar o conhecimento acerca das configurações familiares, visto que esta tem sido o foco de unidade de ações políticas; 2) as políticas sociais não devem reforçar o papel social de mãe, tão pouco invisibilizar o trabalho doméstico de reprodução social e de cuidados; 3) a política deve caminhar em direção à universalização dos direitos sociais, não o contrário, visto que tal focalização legitima uma série de violências e opressões, bem como legitima o controle e a fiscalização; 4) a política e os profissionais da política devem repensar suas práticas de modo a colaborarem com a organização coletiva, abrindo espaço para o reconhecimento de “si” enquanto “nós”, propiciando uma maior aproximação com o processo de transformação da realidade social.

Longe de quaisquer conclusões definitivas, ressaltamos os desafios de traduzir em palavras as trajetórias de vida e os sentidos atribuídos pelas Marias, Mahins, Marielles e Malês sobre o PBF.

Junto a isso, destacamos as dificuldades enfrentadas na análise das contradições que constituem a realidade, bem como a própria limitação de uma pesquisa acadêmica, além das nossas próprias limitações. Assim, compreendemos que não foi possível aprofundar determinados debates e até mesmo adentrar com maior profundidade na história de vida das mulheres da pesquisa. Em face da delimitação do objeto e do tempo desta pesquisa, não foi possível aprofundar sobre a dimensão da raça, embora se compreenda que este é um elemento essencial para problematizar a posição de desigualdade das mulheres na sociedade capitalista, sexista e racista.

Contudo, destacamos a preocupação pelo posicionamento ético, político e, até mesmo, científico, o que não é tarefa fácil. O caminho da pesquisa foi permeado por inseguranças e as angústias se fizeram enormes. Muitas foram as vezes em que nos sentimos impotentes diante da condição de profunda privação daquelas mulheres (e, em maior ou menor grau, de nós, mulheres). Mesmo sabendo, teoricamente, de que as desigualdades e opressões de gênero são parte da engrenagem do sistema capitalista, que se aprofunda com a ascensão da política neoliberal, constantemente, indagávamos sobre o motivo de vivências e experiências tão duras. Acreditamos que a Psicologia, de alguma forma, não nos fez perder a capacidade de nos indignar.

Analisar a história das mulheres trabalhadoras é olhar para história da classe trabalhadora, sendo um caminho para pensar transformações sociais que se fazem urgentes quando olhamos a face negra e feminina da pobreza e, por isso, urge a construção de um caminho de transformação do sistema social, de modo a garantir uma alternativa de confronto ao sistema de exploração, que afeta de maneira singular e coletiva a vida de todas as pessoas. Assim, finalizamos destacando algumas falas sobre os sonhos de um modelo de sociedade:

Maria: O meu sonho é poder estudar, ter minha casa arrumadinha e ver filhos bem... Eu acho que quero uma sociedade com mais empregos. E mais oportunidades.

Mahin: Tipo... Ganhar mais dinheiro, ter mais dinheiro, trabalhar. Queria muito trabalhar. O mundo hoje tá muito ruim, né, tá muito... Muito chato viver.

Marielle: Meu sonho é ter mais independência. Tipo assim, eu não quero ter mais filhos né, então quero ter mais a minha independência... Eu queria um mundo menos machista.

Malê: Ter minha casa arrumadinha do jeito que eu sonho. Com meu lar. Podendo dar muito mais coisas pra minha filha que eu já dou hoje em dia. Trabalhando, sem precisar do bolsa família... Imagino uma sociedade que poderia ter mais amor, né?

Que os sonhos das Marias, Mahins, Marielles e Malês alimentem nossas práticas e ações: amar e mudar as coisas. Afinal, os sonhos não envelhecem.

REFERÊNCIAS

Accorsi, A., Scarparo, H., & Guareschi, P. (2012). A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, 24(3), 536-546.

Acosta, A. (2018). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Autonomia Literaria.

Acosta, A., & Brand, U. (2018). *Pós-extratativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Editora Elefante.

Aguilar, P. L. (2011). La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. *Revista Katálysis*, Florianópolis, 14(1), 126-133.

Amorim, C. N. V. (2016). "*Quem pariu Mateus que balance*": Programa Bolsa Família e Relações de Gênero na perspectiva das (os) beneficiárias (os) (Lagoa Seca-PB). Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

Antunes, R. (2003). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez.

Associação Municipal de Apoio Comunitário, AMAC. Apresentação. Disponível em: <http://amac.org.br/a-amac/apresentacao.html>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. *Perfil da cidade de Juiz de Fora*, 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/juiz-de-fora_mg#idh. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

Ávila, M. B. (2009). *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Ávila, M. B. Ferreira, & VIEIRA, C. (2014). *Uma análise feminista sobre políticas de combate à pobreza no Brasil, Paraguai e Uruguai*. Brasília: Editora CFEMEA.

Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Barros, R. P., Henriques, R. & Mendonça, R. (2000). Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 15 (42), 23-142.

- Bartholo, L., Passos, L. & Fontoura, N. (2017). *Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?* Texto para discussão: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Beauvoir, S. (1980). *O segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Behring, R. E., & Boschetti, I. (2008). *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Editora Cortez.
- Bertaux, D. (2011). El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. *Acta Sociológica*, México, 56, 61-93.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça e classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, 20 (2), 27-55.
- Brasil. (2004a). Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta o Programa Bolsa Família. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF.
- Brasil. (2009a). Decreto nº 6.917 de 30 de julho de 2009. Regulamenta o Programa Bolsa Família. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília.
- Brasil. (2009b). Decreto nº 7.013 de 19 de novembro de 2009. Altera o Decreto no 5.209/04 e a Lei no 10.836/04. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF.
- Brasil. (2004b). Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Institui a Programa Bolsa Família. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF..
- Brenner, J. (2015). Democracia, comunidade e cuidado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, 18, 301-316.
- Bueno, M. (2009). *As Condicionais do Programa Bolsa Família: o avesso da cidadania*. Rio de Janeiro: Editora Lugar Comum.
- Campello, T. & Neri, M. C. (2013). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IEPA.
- Chant, S. (2006). Rethinking the “feminization of poverty” in relation to aggregate gender indices. *Journal of Human Development*, Londres, 7 (2), 202-220.

- Chizzotti, A. (2006). *A pesquisa qualitativa em ciências sociais e humanas*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Cisne, M. (2014). *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Cisne, M., & Santos, S. M. M. (2018). *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Editora Cortez.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, CEPAL. (2017). *Panorama social da América Latina 2017*. Santiago de Chile: Nações Unidas.
- Coutinho, C. N. (2000). Representación de intereses, formulación de políticas y hegemonía. In: Borgiani, E.; Montañó, C. (Org.). *La política social hoy*. São Paulo: Editora Cortez.
- Cruz, L. R. (2013). *As portas do Programa Bolsa Família: vozes das mulheres beneficiárias do município de Santo Antônio do Pinhal/SP*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- Cunha, C. O. (2016). *O Programa Bolsa Família e as representações de pobreza na visão das beneficiárias*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.
- Dantas, C. M. B., Oliveira, I. F. de, & Yamamoto, O. H. (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, 22 (1), 104-111. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000100013&lng=en&nr m=iso>. Acesso em: 24 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100013>.
- Davis, A. (2016). *Mulheres raça e classe*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e Abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Duarte, R. (2014). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*, Curitiba, 24, 213-225.
- Duque-Arazola, L. S. (2004). *O lugar das mulheres nas políticas de assistência social: um estudo sobre a experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco*. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Duque-Arazola, L. S. (2008). O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: Mota, A. E. (Org.). *O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. São Paulo: Editora Cortez, p. 225-253.

- Euzébios, A. F. (2016). Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, 28(2), 257-266.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante.
- Fernandes, F. (1965). *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Editora Dominus.
- Fernandes, F. (2009). *Capitalismo dependente e classes sociais na América latina*. São Paulo: Global Editora.
- Ferreira, V. M. (2017). *Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Fontanella, A. B., Ricas, J., & Turato, E. (2008). Amostra por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24 (1), 17-27.
- Gomes, R. (2009). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 28 ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- Griffitts. (2004). *The State of Finance for Developing Countries de 2014*. Disponível em: http://iffodatabase.trustafrica.org/iff/The_State_of_Finance_for_developing_countries_2014.pdf. Acesso em: 22 mar. 2019
- Guzzo, R. (2016). A (des)igualdade social e a Psicologia: uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. In: Ximenes, V., Nepomuceno, B., Cidade, E., & Moura Jr., J. (Org.). *Implicações Psicossociais da pobreza – diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- Ianni, O. (2000). Tendências do pensamento brasileiro. *Tempo Social*, São Paulo, 12(2), 55-74.
- IBGE. (2010). *Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 20 de maio de 2019.
- IBGE. *Panorama População Estimada*. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora>. Acesso em: 20 abr. 2019.

- IBGE. (2017). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/acfb1a9112a9eceedc4ea612d5aaf848.pdf. Acesso em 23 mar. 2018.
- IPEA. (2017). *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça de 2017*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- Jobim, S. S., & Carvalho, C. S. (2016). Ética e pesquisa: o compromisso com o discurso do outro. *Rev. Polis e Psique*, Porto Alegre, 6(1), 98 - 12.
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata, H., Lohorie, F., Doaré, H., & Senotier, D. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP.
- Lander, E. (2016). *La implosión de la Venezuela rentista*. Washington: Editora Cuadernos de la nueva política.
- Lang, M. (2016). Alternativas ao desenvolvimento. In: Dilger, G., Lang, M., & Filho, J. P. (Orgs.). *Descolonizar o imaginário : debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo.
- Lavinas, L., Cobo, B., & Veiga, A. (2012). Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Población*, México, 6(10), 35-56.
- Lenin, V. (2007). *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Brasília: Editora Nova Palavra.
- Lessa, S., & Tonet, I. (2011). *Introdução a Filosofia de Marx*. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Mariano, S. A., & Carloto, C. M. (2009). Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(3), 901-908.
- Marins, M. T. A. (2017). *Bolsa Família: questões de gênero e moralidades*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Martín-Baró, I. (2017). Entre o indivíduo e a sociedade. In: Martín-Baró, I. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Trad. Fernando Lacerda Junior. Petrópolis: Editora Vozes.
- Marx, K. (1985). *A miséria da filosofia*. São Paulo: Editora Global.

- Marx, K. (2017). *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Editora Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (1998). *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez.
- Mies, M. (1986). *Patriarchy & Accumulation on a World Scale: women in the international division of labour*. London: Editora Zed Books Ltda.
- Minayo, M. C. S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, Rio de Janeiro, 5 (7), 01-12.
- Ministério do Desenvolvimento Social, MDS. (2007). *Bolsa Família reforça autonomia e auto-estima das mulheres*. Disponível em: <http://mds.gov.br/2007/marco/bolsa-familia-reforca-autonomia-e-auto-estima-das-mulheres>. Acesso em: 23 de mar. 2018.
- Ministério do Desenvolvimento Social, MDS. (2018). *Manual do Pesquisador – Programa Bolsa Família*. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/manual_do_pesquisador_gestao_bolsa_familia.pdf. Acesso em: 22 mar. 2018.
- Mioto, R. C. T. (2008). Família e políticas sociais. In: Boschetti, I., Behering, E. R., Santos, S. M. M., & Mioto, R. C. T. (Orgs). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo: Editora Cortez, 130-148.
- Mioto, R. C. T.; Campos, M. S., & Carloto, C. M. (2015). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Editora Cortez.
- Moljo, C. B., Duriguetto, M. L. (2014). *Sistema Único de Assistência Social, Organizações da Sociedade Civil e Serviço Social: uma análise da realidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Montaño, C. (2012). Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, 110, 270-287.
- Montaño, C. (2002). *Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Editora Cortez.
- Montaño, C., & Duriguetto, M. L. (2010). *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Editora Cortez.
- Mota, A. E., Maranhão, C. H. & Sitcovsky. (2008). As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: Mota, A. E. (Org.). *O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. São Paulo: Editora Cortez.

Moura, J., Ximenes, V., & Sarriera, J. (2014). A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. *Quaderns de Psicologia*, Barcelona, 16 (2), 85- 93.

Muylaert, C. J., Sarubbi, V. S., Gallo, P. R., Neto, M. L. R., & Reis, A. O. A. R. (2014). Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Rev Esc Enferm USP*, São Paulo, 48 (2), 193-199.

Netto, J. P. (2011). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Editora Cortez.

Netto, J. P. (2001). Cinco notas a propósito da “questão social”. *Revista Temporalis*, Brasília, 3 (1), 12-24.

Netto, J. P. (2007). Desigualdade, pobreza e Serviço Social. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, 19, 135-170.

Novellino, M. S. F. (2004). Os Estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambú. *Anais...* Caxambú: ABEP, 1-12.

Oliveira, M. R. (2000). Famílias solidárias e desafios urbanos: os negros em Juiz de Fora. In: Borges, C. M. (Org.). *Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, FAO. (2019). *Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo*. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Oxfam Brasil (2019). *Bem público ou Riqueza privada?*. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/publicacoes/2019_bem_publico_ou_riqueza_privada_pt-br.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

Pastorini, A. (2004). *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo: Editora Cortez.

Paugam, S. (2003). *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Editora Cortez.

Pereira, M. C., Ribeiro, F. B. (2013). No Areal das mulheres: um benefício em família. *Política & trabalho*, Paraíba, 1 (38), 87-104.

Pimentel, E. (2012). *Uma “Nova Questão Social”? Raízes materiais e humano sociais do pauperismo de ontem e de hoje*. 2 ed. São Paulo: Editora Instituto Luckács.

- Pires, A. (2012). Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, 42 (145), 130-161.
- Pires, A. (2013). Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). *Política & Trabalho*, Paraíba, 38,171-195.
- PNUD. (2018). *Human Development Indices and Indicators*. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2018.html>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- Prado, C. Jr. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Editora Cia das Letras.
- Prefeitura de Juiz de Fora. (2012). Secretaria de Assistência Social. *Mapa social: análise da situação do desenvolvimento familiar em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Funalfa.
- Quijano, A. (2006). Os fantasmas da América Latina. In: Novaes, A. (Org.). *Oito visões da América Latina*. São Paulo: Editora Senac.
- Rego, W. L.; Pinzani, A. (2014). *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp.
- Ribeiro, D. (2006). *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Editora Cia das Letras.
- Rocha, S. (2006). *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Rodrigues, G. (2010). A autonomia econômica das mulheres e a reprodução social: o papel das políticas públicas. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade Gênero*. Brasília.
- Rousseau, J. J. (2010). *Émile e Sophie ou os solitários*. São Paulo: Editora Hedra.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Saraceno, C. (1997). *Sociologia da família*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas.
- Sawaia, B. (1999). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes: Petrópolis.
- Schild, V. (2016) Feminismo e neoliberalismo na América Latina. *Revista Outubro*, São Paulo, 26, 54-77.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Editora Cia das Letras.

Senarc. (2019). *Relatório de Informações Sociais*. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Ger%20al>. Acesso em 5 mai. 2019.

Silva, A. B. S. (2014). *O Sujeito Feminino e a Política de Assistência Social: uma análise da condição da mulher beneficiária do Programa Bolsa Família – Estudo de Caso no Município de Lauro de Freitas-Bahia*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania). Universidade Católica de Salvador, Salvador.

Silva, L. T. (2018). Classe e trabalho no feminino: um olhar sobre a história das mulheres trabalhadoras. *Revista Outubro*, São Paulo, 31, 152-175.

Silva, M. O. S. (2014). Panorama geral dos programas de transferência de renda na América Latina e Caribe. *Revista Políticas Públicas*, Maranhão, 18, 299-306.

Silva, M. O. S., Lima, V. F. S. A., Garrido, M. L. V., & Soto, S. G. F. (2015). Programas de Transferência de renda na América Latina: contextualização, a pobreza em foco e os significados e controvérsias do potencial das condicionalidades para formação de capital humano e capital social. *In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís. *Anais...* São Luís: JOINPP, 1-12.

Silva, M. O. S., Yasbek, M. C., & Giovanni, G. (2004). *A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Editora Cortez.

Siqueira, L. (2012). Desenvolvimento e Pobreza: uma análise crítica. *Revista Temporalis*, Brasília, 12 (24), 353-384.

Siquiera, L. (2013). *Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos*. São Paulo: Editora Cortez.

Siqueira, L., Alves, G. L. (2018). Pobreza e Desigualdade Social: uma breve reflexão Brasil e América Latina. *Revistas Direitos, Trabalho e Política Social*, Cuiabá, 4 (6), 11- 36.

Soares, L. T. (2004). *Indicadores Sociais: desigualdades e vulnerabilidades no Brasil do novo milênio*. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas.

Soares, L. T. R. (2001). *Ajuste neoliberal e desajuste social da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

- Sousa, B. M. (2008). *Plano de Manejo da Reserva Biológica Municipal Poço D'Anta, Juiz de Fora-MG*. Juiz de Fora: UFJF.
- Souza, P. H. G. F., Medeiros, M. (2015). Top income shares and inequality in Brazil, 1928-2012. *Sociologies in Dialogue*, Porto Alegre, 1 (1) 1, 119–133.
- Sposati, A. (2015). A assistência social e a trivialização dos padrões de reprodução social. In: Sposati, A., Carvalho, M. C. B., & Fleury, S. M. (Orgs.). *Os direitos (dos desassistidos) sociais*. 7 ed. São Paulo: Editora Cortez.
- Stein, R. H. (2009). Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: Boschetti, I.; Behring, E. R.; Santos, S. M. M., & Mioto, R. C. T. (Orgs.). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo: Editora Cortez, 130-148.
- Sunkel, G. (2006). *El papel de La familia em La protección social em América Latina*. Santiago: CEPAL.
- Teixeira, M. (2010). Equidade de Gênero e Transferência de renda - as políticas de enfrentamento à pobreza e o cotidiano das mulheres. *Iberoamericana*, Estados Unidos, 10 (20), 194-199.
- Telles, V. S. (1998). Direitos Sociais: afinal do que se trata? *Revista USP*, São Paulo, 37, 34-45.
- Trierweiler, R. R. (2014). *Gênero e cidadania feminina no Programa Bolsa Família: um estudo no loteamento Dunas em Pelotas/RS*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.
- Weller, W. (2006). Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 32 (2), 241-260.
- Yazbek, M. C. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, 110, 288-322.
- Zaccur, E. (2003). Metodologias abertas a itinerâncias, interações e errâncias cotidianas. In: Garcia, R. L. (Org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora DP&A. Apêndice A – Roteiro do Grupo de Discussão

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DO GRUPO DE DISCUSSÃO

Escrevendo histórias de vida

Objetivo: Discutir a titularidade feminina no Programa Bolsa Família

Material necessário: recortes de trechos sobre o PBF; papel; lápis; caneta.

Procedimento:

- 1) Divida as mulheres em grupos de até cinco pessoas;
- 2) Explique que cada grupo deverá criar uma personagem bolsista do PBF. Pergunte: Como ela se chama? Onde mora? Como é a sua casa? Como é a sua rotina? Quantos filhos? Como é receber o PBF?
- 3) 15 minutos para os grupos discutirem e desenvolverem a história de sua personagem;
- 4) Peça para o grupo apresentar sua personagem;

Perguntas para a discussão:

- 1) Quais são as semelhanças entre as histórias contadas? Quais as diferenças?
- 2) O que vocês acham de o programa priorizar as mulheres?
- 3) Como vocês avaliam a responsabilidade das mulheres no cumprimento das condicionalidades do programa?
- 4) O PBF afeta a vida das mulheres? Como?
- 5) Existe algo de negativo nisso? E de positivo, o que percebem?
- 6) Como foi fazer esta atividade?

Fechamento:

Fazer um resumo do que mais apareceu nas histórias sobre o papel da mulher no PBF, questionar os pontos repetitivos e discutir possibilidades de ações políticas para as mulheres.

APÊNDICE B – MATERIAL ENTREGUE ÀS PARTICIPANTES DO GRUPO DE DISCUSSÃO

- O principal objetivo do Programa Bolsa Família (PBF) é contribuir para a superação da pobreza através da transferência de renda às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza;
- A permanência no PBF está vinculada ao cumprimento de algumas contrapartidas, são elas: matricular e garantir a frequência mensal às aulas; manter atualizado o calendário de vacinação de crianças e a realização de exames médicos;
- Estudos apontam que o PBF, ao dar preferência às mulheres como titulares do cartão, se faz positivo para a autonomia das mulheres titulares, bem como para o seu poder de decisão no lar. Por outro lado, elas tendem a trabalhar menos horas no mercado de trabalho e realizar mais atividades domésticas.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

HISTÓRIA DE VIDA E PBF

- Gostaria que você me falasse um pouco da sua história.
- Como chegou até o CRAS?
- Quando começou a receber o PBF? (explorar como foi ingressar no programa; momento de vida; trajetória)
- Como você se sente ou pensa sobre receber a bolsa?

AS MULHERES E O PBF

- Quem decide o que fazer com o recurso do PBF?
- O que você pensa sobre o fato de as mulheres serem as principais responsáveis pelo recebimento da bolsa em nome da família? Você acha que isto mudou a vida das mulheres?
- O que você acha de ser a responsável pela posse do cartão?
- Essa responsabilidade mudou alguma coisa em relação ao seu papel no cotidiano familiar? Se sim, gostaria que você me contasse como foi esta mudança na sua vida (explorar a relação com cônjuge, filhos\as)
- Como você observa a questão de ter que cumprir com algumas obrigações para manter o PBF? Já encontrou alguma dificuldade em cumpri-las?
- Você acha que se parece com as outras mulheres que recebem o PBF?

FAMÍLIA

- Me fala um pouco sobre a sua casa (explorar a relação com o bairro, vizinhos).
- Quem faz parte da sua família?
- Quais atividades você desempenha na sua casa?
- O que você geralmente faz no dia a dia?
- Você costuma dividir a responsabilidade da casa com mais alguém?

QUESTÕES CONTEXTUAIS E PROJETIVAS

- Se você pudesse pensar em alguma ação política para as mulheres iguais a você, qual seria? E para melhorar o PBF?
- Como você se imagina daqui alguns anos?
Como você gostaria que a sociedade fosse?

APÊNDICE D – CATEGORIAS

Grupo de Discussão

Categorias	Breve interpretação
Relação com o PBF	Relação ambígua de favor e direito
A titularidade feminina	A responsabilidade da mulher no PBF reproduz a atividade de cuidado executada desde mais tenra idade, bem como a ideologia patriarcal. “A mulher tem mais lábia” “os filhos são da mãe”
Sentimento em relação ao PBF	Gratidão e ajuda divina

Entrevistas

Categorias	Breve interpretação
História de Vida	
Me fale sobre a sua história	Quando questionadas sobre a sua história, todas as mulheres, no primeiro momento, apresentaram dificuldades de retratar a sua história. “Não tem nada pra saber de mim” “o que eu vou falar de mim?”
Família como elemento fundamental na história de vida	Elas conseguem desenvolver suas histórias a partir das relações familiares.
Representação social	A representação do papel mulher/mãe/cuidadora/babá/dona de casa aparece muito forte, desde muito antes do PBF.
Relacionamento amoroso/conjugal	O casamento aparece como ascensão social. Representa a busca de uma vida melhor.
Trajetórias difíceis	A maioria diz que a vida era ainda mais difícil antes do PBF.

Sentimento de revolta	A revolta e indignação aparecem diante do discurso do senso comum sobre o PBF
Discurso religioso	Muitas vezes aparece como legitimador da resignação. “Deus sabe o que faz”
CRAS	
Como chegou até o CRAS	Através das próprias dificuldades da vida. A maioria diz que foi levada por outras mulheres em situações semelhantes (sogra, vizinha).
O lugar do CRAS	Engloba o sentimento de receber o PBF, bem como um local de apoio/ fortalecimento através dos grupos e acompanhamentos.
As mulheres e o PBF	
Relação com o PBF	Uma ajuda bem-vinda que não se pode contar muito. A maioria entende que é um direito, mas interpreta como ajuda pelo baixo valor da bolsa. “Eu sei que é um direito meu, mas é uma ajuda”
A provisoriedade do PBF	A maioria apresenta dúvidas sobre o auxílio. Alguns benefícios já foram suspensos e elas não sabem o motivo. “É algo que não se pode contar muito”
Titularidade feminina	A bolsa aparece como a única fonte de renda regular da mulher/mãe.
Naturalização da titularidade feminina	Defendem que a mulher é mãe e, por isso, o cartão deve estar em seus nomes.
PBF e as relações familiares	A maioria diz que a titularidade mudou suas vidas. Maior independência e autonomia em relação ao companheiro

Uso do PBF	O valor da bolsa é para as crianças. Compra de remédio, vestuário, alimentação, material escolar (jeito certo de usar). A maioria demonstrou constrangimento ao dizer que vez ou outra compra algo para si.
As condicionalidades	Não são tidas como negativas ou difíceis de serem cumpridas. A maioria coloca que elas são justas, porque é obrigação do papel da mãe cuidar dos filhos
Quem precisa do PBF?	Pessoas necessitadas. Sentem raiva de quem não precisa, mas tem.
Fiscalização do PBF	Defendem a fiscalização como uma proposta de melhorias, pois tem gente que não sabe gastar o dinheiro “tem mulher que compra porcaria, drogas” (jeito errado). Ou ainda possíveis fraudes no sistema “tem gente que não precisa, mas tem”.
Elementos de aproximação e distinção de si com as demais mulheres do PBF	A maioria diz que o ponto comum é a situação de pobreza/necessidade. Já a forma como se utiliza a bolsa as diferenciam (jeito certo é com os filhos).
A boa mãe	Reproduzem o discurso dominante de ideologia-patriarcal. Não compartilham as responsabilidades do cuidado das crianças com outras pessoas. “Eu sou a mãe”.
Sentimento em relação à maternidade	A maioria relata sentimento de culpa quando o ideal de boa mãe “falha” (filho que machuca, adocece, etc).

Relação com o cônjuge	A maioria diz que o marido ajuda na casa. Ao passo que ele aparece como legitimador do ideal de boa mãe.
Reação ao sentimento de culpa	Revolta e passividade
Trabalho	
Trabalho precário e o PBF	O PBF é um esteio para as mulheres rejeitarem trabalhos desvalorizados e mal remunerados.
Naturalização do trabalho precário	O trabalho precário ainda aparece como bico (catadora de reciclagem, faxina, manicure), uma vez que o valor da bolsa se mostra insuficiente.
Não se reconhecem como trabalhadoras	Pela falta de vínculo legal.
Naturalização do trabalho doméstico e de reprodução social	Não reconhecem suas atividades domésticas como forma de trabalho. “É obrigação da mãe”.
Trabalho digno como porta de saída do PBF	A maioria diz que a porta de saída do PBF está no encontro de um trabalho digno com direitos trabalhistas assegurados e um bom salário.
Questões projetivas	
Dificuldade de falar de si no futuro	O não saber de si apareceu quando questionadas sobre o futuro. “não sei, talvez do mesmo jeito”
Sonho	Relacionado ao consumo/conquistas e maior liberdade de ir e vir para as mulheres.

ANEXO A – PARECER FAVORÁVEL DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e suas relações com a Política de Assistência Social

Pesquisador: Fernando Santana de Paiva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 93218218.9.0000.5147

Instituição Proponente: Programa de Pós Graduação em Psicologia (UFJF)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.888.992

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa, que será realizada no município de Juiz de Fora. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com as mulheres beneficiárias e titulares do Programa Bolsa Família (PBF). As mesmas serão localizadas a partir do termo de compromisso com a rede de assistência social do município de Juiz de Fora, mais precisamente no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). A definição do número de participantes será feita pelo critério de exaustão/saturação dos dados construídos durante o processo de investigação, entretanto estipula-se o máximo de dez participantes dada a densidade de informações que os instrumentos/estratégias oferecerão (Fontanella, Ricas & Turato 2008). Para análise dos dados qualitativos das entrevistas, será utilizada a técnica de Análise de Conteúdo do tipo temática (Gomes, 2009). As categorias analíticas serão determinadas a priori e a posteriori da realização da pesquisa de campo, a partir da literatura base, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Apresentação do projeto está clara, detalhada de forma objetiva, descreve as bases científicas que justificam o estudo, estando de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, item III.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender os possíveis impactos do PBF na vida de mulheres bolsistas inseridas em um

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 2.888.992

contexto de pobreza no município de Juiz de Fora/MG.

Objetivo Secundário:

- 1) Compreender em que medida a titularidade do PBF tem contribuído na produção de autonomia entre as mulheres bolsistas;
- 2) Verificar como esta inserção tem possibilitado a construção de novas formas de identificação destes sujeitos a partir da posição de mulher/mãe;
- 3) Compreender o papel desempenhado pelas mulheres bolsistas no arranjo familiar;
- 4) Analisar como a condição de titular pode interferir nas estratégias de enfrentamento em relação à situação de pobreza.

Os Objetivos da pesquisa estão claros bem delineados, apresenta clareza e compatibilidade com a proposta, tendo adequação da metodologia aos objetivos pretendido, de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013, item 3.4.1 - 4.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos são mínimos inerentes a possibilidade de identificação e desconforto que as participantes poderão sentir de compartilhar informações pessoais. Neste sentido, caso traga algum desconforto, cabe destacar que as participantes não precisarão compartilhar suas narrativas, sendo que será assegurado de forma clara a possibilidade de interromper os encontros a qualquer momento. Ressalta-se que serão tomados todos os cuidados éticos necessários, como a proteção ao sigilo e preservação de possíveis constrangimentos, além de assegurar cuidadosamente um espaço seguro, tranquilo e em harmonia com o objetivo proposto, a fim de evitar qualquer tipo de ocorrência ou problema. Como benefício acredita-se que a presente pesquisa possibilitará o embasamento de futuras pesquisas sobre a temática, o aprimoramento do conhecimento sobre os marcadores de relações sociais de sexo e pobreza. No âmbito de formação profissional, a investigação contribuirá com a problematização das políticas de assistência social, aprimorando debates sobre o desenvolvimento e avaliação das políticas de combate e enfrentamento a desigualdade social. Identificação dos riscos e as possibilidades de desconfortos e benefícios esperados, estão adequadamente descritos. A avaliação dos Riscos e Benefícios estão de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, itens III; III.2 e V.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na

Endereço:	JOSE LOURENCO KELMER S/N		
Bairro:	SAO PEDRO	CEP:	36.036-900
UF:	MG	Município:	JUIZ DE FORA
Telefone:	(32)2102-3788	Fax:	(32)1102-3788
		E-mail:	cep.propesq@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 2.888.992

resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CPes. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: março de 2019.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

Página 03 de 04



Continuação do Parecer: 2.888.992

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1161359.pdf	10/09/2018 12:04:59		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	10/09/2018 12:04:36	Fernando Santana de Paiva	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	05/07/2018 10:01:56	Fernando Santana de Paiva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	02/07/2018 18:33:57	Fernando Santana de Paiva	Aceito
Outros	roteiro.docx	20/06/2018 16:47:17	Fernando Santana de Paiva	Aceito
Outros	sigilo.jpg	20/06/2018 16:46:39	Fernando Santana de Paiva	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao.jpg	18/06/2018 17:06:45	Fernando Santana de Paiva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 12 de Setembro de 2018

Assinado por:
Helena de Oliveira
(Coordenador)

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

Página 04 de 04